

Danièle Kergoat

LUTAR, DIZEM ELAS...



edições
sos corpo

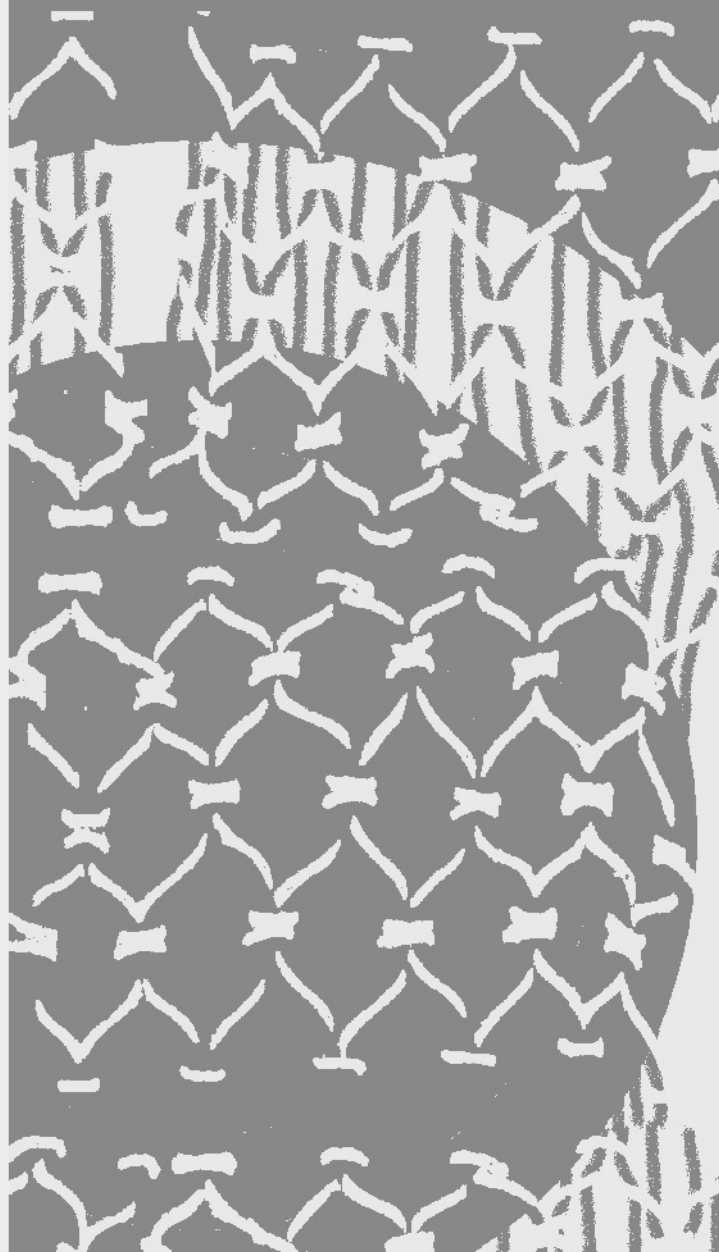
Danièle Kergoat

LUTAR, DIZEM ELAS...



Danièle Kergoat

LUTAR, DIZEM ELAS...



Recife
2018

Título Original:

Se battre, disent-elles...

Todos os direitos de reprodução e adaptação reservados para todos os países
©2012 La Dispute/SNÉDIT

Lutar, dizem elas...

Danièle Kergoat

Coordenação Editorial: Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira

Tradução: Eliana Aguiar

Revisão técnica da tradução: Helena Hirata

Realização e revisão técnica da entrevista com Danièle Kergoat: Maira Abreu

Transcrição da entrevista em francês: Héloïse Prevost

Revisão ortográfica: Cláudia Parente

Projeto gráfico, diagramação e capa: Marcela L'Amour, Triade Design

Impressão: Gráfica Provisual

Tiragem: 1000 exemplares

Recife, 2018.

K39l

Kergoat, Danièle.

Lutar, dizem elas... / Danièle Kergoat; coordenação editorial [de] Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira; tradução [de] Eliana Aguiar. – Recife: SOS Corpo, 2018.

192 p.: tab.;

Título original: Se battre, disent-elles...

1. Mulheres – Condições sociais. 2. Sociologia do trabalho
I. Título.

CDU – 396:331

Bibliotecária responsável: Denise F. Mendes, CRB4-1368

**Os gritos os risos os movimentos
Elas afirmam triunfantes que
Todo gesto é transformador.**

Monique Wittig, Les Guérillères,
Éditions de Minuit, Paris, 1969.

SUMÁRIO

Apresentação à edição brasileira Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira	9
Centralidade do trabalho, subjetividade e relações sociais Pesquisar com Danièle Kergoat Helena Hirata	13
1. Operários = Operárias? Proposições para uma articulação teórica de duas variáveis: sexo e classe social	23
2. Produção e reprodução As jovens trabalhadoras, o salariado e a família Com Odile Chenal	59
3. Relações sociais e divisão do trabalho entre os sexos	85
4. Indivíduo, grupo, coletivo: alguns elementos de reflexão	95
5. O silogismo da constituição do sujeito sexuado feminino O caso das operárias especializadas	115

6. Reflexão sobre as condições de exercício do poder por mulheres na condução das lutas: o caso da Coordenação Enfermeira	127
7. Consustancialidade <i>versus</i> interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais Elsa Galerand e Danièle Kergoat	145
Dominação, lutas e emancipação: entrevista com Danièle Kergoat Maira Abreu	167

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Danièle Kergoat, é francesa e vive em Paris. É diretora emérita de pesquisa no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e faz parte da equipe de Gênero, Trabalho e Mobilidade do CRESPA (Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris). Autora de numerosos trabalhos, tem se destacado como teórica do feminismo materialista pela sua imensa contribuição na elaboração dos conceitos de divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo e consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. Como socióloga e feminista, contribuiu para levar essas problemáticas para o campo acadêmico ao mesmo tempo em que trouxe para ação do movimento feminista e das mulheres trabalhadoras, teorias e análises empíricas fundamentais para a sustentação do projeto e das práticas políticas desses sujeitos coletivos aos quais ela está, incontornavelmente, ligada. O que se expressa com força na sua própria declaração em uma entrevista: “A revolta contra as relações de classe, de sexo e de raça, estruturou minha vida e orientou minhas pesquisas”¹.

Danièle é uma das autoras centrais na construção e defesa de uma concepção de “relações sociais de sexo” que aporta uma base materialista para a análise das relações entre ho-

1 Morgane Kuehni, « Femmes en résistances », *La Vie des idées*, 26 décembre 2012. ISSN: 2105-3030. URL: <http://www.laviedesidees.fr/Femmes-travail-lutte.html>

mens e mulheres em uma sociedade capitalista e patriarcal. Neste processo de produção de conhecimento e engajamento político no qual Danièle Kergoat funda sua carreira profissional como socióloga e como militante, a questão da dominação e resistência foi sempre o centro de sua problemática de pesquisa. Daí o profundo significado do título escolhido para nomear sua obra teórica: “Lutar, dizem elas”. Em tempos nos quais as teorias críticas são mais uma vez fortemente combatidas como estratégia para suprimir as possibilidades de construção do conhecimento que desvele as contradições e subsidiem o confronto e a revolta, reafirmar a luta como origem e horizonte da produção do conhecimento é em si um caminho metodológico e um ato de resistência.

Como uma materialista feminista que define a divisão sexual do trabalho como elemento prioritário das relações sociais de sexo, suas pesquisas empíricas e sua elaboração teórica avançam no sentido de construir novas formulações e conceitos que possam dar conta da imbricação entre as diferentes relações sociais que conformam e tensionam a realidade social, como o de consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e raça.

Danièle Kergoat está em nossas vidas faz muito tempo. Primeiro nos aproximamos dela pela leitura. Neste ponto não podemos deixar de salientar o fato de que a nossa relação de grande proximidade com Helena Hirata nos propiciou acompanhar a produção da Danièle de forma sempre atualizada. Helena é uma referência para nós e uma presença constante no desenvolvimento dos nossos trabalhos e, especialmente, no esforço de formação e difusão do conhecimento crítico feminista no Brasil.

Toda essa história entre uma organização feminista situada no Nordeste do Brasil e uma teórica feminista francesa, tem raízes em um tempo muito anterior que chega até hoje com a publicação desse livro, atravessando gerações, contatos e interlocução, colaborações institucionais transoceânicas e, por fim, muita afinidade política, intelectual e afetiva.

A viagem transoceânica que propicia a edição brasileira deste livro é, a nosso ver, a síntese de um percurso histórico e do cruzamento de trajetórias individuais de mulheres feministas de diferentes gerações que se encontram no território

comum da produção do conhecimento e do engajamento nas lutas feministas emancipatórias.

Um marco fundamental nesse encontro foi a vinda de Danièle Kergoat ao Recife, em agosto de 2014, para ministrar uma série de palestras para um público de feministas, jovens pesquisadoras, militantes sindicais e de outros movimentos sociais. O impacto deste momento ensejou a proposta de uma tradução mais completa da obra de Danièle Kergoat. Danièle, generosamente, abraçou esta ideia, nos cedeu e fez uma sugestão dos textos que conformam o livro que reúne textos clássicos de sua obra publicado na França pela Editora La Dispute em 2012. Para essa edição em português foram acrescentados uma apresentação para o Brasil, um prefácio e uma entrevista com a autora.

A equipe engajada nesta bela tarefa envolve, além da própria autora e de nós do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, outras companheiras fundamentais para realização desse trabalho. Helena Hirata foi decisiva para que este projeto se tornasse possível ao construir os elos pessoais e institucionais, pela interlocução permanente em todos os momentos desse projeto, pela disponibilidade de realizar um trabalho de revisão técnica rigorosa da tradução de todos os textos da autora aqui publicados e pela escritura do Prefácio para esta edição. À Helena, mais uma vez, dentre tantas, nossa gratidão. Agradecemos à editora La Dispute, responsável pela publicação original francesa, pela cessão generosa dos direitos de publicação e pelo entusiasmo com que acolheu essa proposta. A Maira Abreu, parceira nesse e em outros projetos, pela realização e revisão técnica da entrevista com Danièle Kergoat, que agregamos a esta edição como posfácio. À Albertina Costa, que nos apoiou nesta e em tantas outras realizações. Agradecemos a Héloïse Prevost, que transcreveu a entrevista em francês e pela solidariedade feminista ao longo desse trabalho.

A publicação deste livro é uma realização fundamental para o projeto político coletivo do SOS Corpo, um instituto feminista de pesquisa, educação popular feminista, comunicação e ativismo político que tem como uma das suas tarefas a elaboração e difusão da teoria feminista crítica e emancipatória.

Por fim, é com grande alegria que apresentamos este livro no Brasil, pela sua importância teórica e política para as feministas, pesquisadoras, militantes do movimento feminista e de mulheres trabalhadoras e para todos aqueles e aquelas que se interessam pela perspectiva crítica feminista de análise da realidade social e, também, pela admiração e afeto que nos une à Danièle Kergoat.

Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira

CENTRALIDADE DO TRABALHO, SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS PESQUISAR COM DANIELÈ KERGOAT

As relações sociais e sua intricação não são unicamente fonte de dominação. Elas são, ao mesmo tempo, potencialmente, portadores de emancipação (Danièle Kergoat, 2012,p. 254)

Helena Hirata¹

Em 2018, faz exatamente 40 anos da publicação do artigo² que abre esse livro de Danièle Kergoat. Ele oferece ao leitor a primeira elaboração de um paradigma fundamental das ciências sociais contemporâneas, o da centralidade da divisão sexual do trabalho como aquilo que está em jogo nas relações sociais de sexo. Tal paradigma continua de grande atualidade, desafiando o *mainstream* da sociologia do trabalho, que continua a considerar o trabalhador do

1 Diretora de pesquisa emérita no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), França e professora visitante internacional no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

2 Operarios = Operarias? Proposições para uma articulação teórica de duas variáveis : sexo e classe social.

sexo masculino, branco, na força da idade, como universal. Embora socióloga, Danièle influenciou com o seu paradigma da divisão sexual do trabalho economistas, antropólogas, historiadoras, politólogas, estatísticas, psicólogas, ergonomistas, sociolinguistas, filósofas, construindo pontes entre diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, pontes até com disciplinas tradicionalmente bastante distantes da sociologia como a psicosomática e a psicodinâmica do trabalho. Embora francesa, influenciou pesquisadoras e pesquisadores de diferentes partes do mundo, como a Bulgária, o Québec, o México mas, sobretudo, dentro da América Latina, o Brasil. E não apenas pesquisadoras universitárias, mas também militantes feministas e militantes do movimento operário e sindical com sua ideia poderosa de que as relações sociais de classe, de raça, de sexo, são consubstanciais e constituem relações de poder.

Dominação e resistência sempre foram indissociáveis no pensamento de Danièle. Contra todas as formas de determinismo, ela sempre postulou a existência de um espaço de liberdade para o exercício da capacidade de ação ou da potência de agir – *agency* – dos explorados, oprimidos, dominados. Exploração, opressão e dominação são dimensões indissociáveis para Danièle Kergoat (1978, 2012) na França, assim como para Heleieth Saffiotti no Brasil (1976, 1984). Exploração econômica e opressão de sexo caracterizam a dominação masculina e a desigualdade social que marcam a situação das mulheres, apesar de grandes mudanças ocorridas em sua realidade econômica, social, política e jurídica no decorrer do século XX. Como diz Danièle no capítulo que abre esse livro, “*patriarcado e capitalismo se revezam, para explorar dominando e dominar explorando*” (p. 36 desta edição). Essa conjunção entre patriarcado e capitalismo também é objeto de análise de Christine Delphy e de Sylvia Walby, diz Danièle numa das introduções à edição francesa de “Lutar, dizem elas...”

Creio que poderíamos afirmar que o processo emancipatório passa por uma consciência de gênero, de classe, de raça e por um processo de luta contra a exploração, a opressão e a dominação e, portanto, por uma tomada de consciência que é, ao mesmo tempo, teórica e prática e esse processo emancipatório tem na centralidade do trabalho a referência dinamizadora por excelência. O trabalho entendido no sentido

amplo, enquanto trabalho profissional e trabalho doméstico, enquanto trabalho formal e trabalho informal, enquanto trabalho remunerado e não remunerado. Como diz Danièle, “*é necessario recolocar o trabalho doméstico no centro da reflexão para pensar a emancipação*” (Kergoat, 2012, p. 238)

Relembramos também o que diz Danièle Kergoat num artigo com Elsa Galerand (2008) publicado inicialmente na *Nouvelles Questions Féministes* e traduzido posteriormente no *Cadernos de Critica Feminista* do SOS Corpo de Recife: não é o trabalho que é subversivo ou emancipatório, mas a relação que as mulheres têm com o trabalho em razão das posições que ocupam na divisão sexual do trabalho (Galerand, Kergoat, 2008). E se a emancipação das mulheres passa pelo trabalho ou pela relação com o trabalho, é necessário também conjugar consciência de classe, de gênero e de raça.

Os capítulos um, dois e três apresentam e aprofundam o paradigma da divisão sexual do trabalho como o que está em jogo nas relações sociais de sexo. A divisão sexual do trabalho tem como campo de referência o trabalho, enquanto as relações sociais de sexo transversalizam todos os campos do social. A problemática da divisão sexual do trabalho enquanto construção social, cultural e histórica das categorias do masculino e do feminino ou, como define Danièle Kergoat, o gênero enquanto “sistema que organiza a diferença hierárquica entre os sexos”, o que o distingue da *relação social*, que permite pensar na dinâmica deste sistema, anuncia uma lógica da contradição e do conflito em oposição à lógica neofuncionalista e neoparsoniana da complementaridade e da conciliação.

Na teoria da divisão sexual do trabalho como conflito, a dimensão opressão/ dominação está fortemente presente. Segundo Danièle Kergoat, que conceituou esta modalidade de divisão social, divisão social (duas vezes?) e técnica do trabalho são acrescidas de uma hierarquia nítida do ponto de vista das relações sexuais de poder. Esta teoria sociológica da divisão sexual do trabalho renova os paradigmas da sociologia do trabalho na medida em que amplia o conceito de trabalho. O trabalho é pensado como sendo profissional e doméstico, o status de trabalho sendo plenamente conferido ao trabalho doméstico. O trabalho é considerado remunerado e não-remunerado, formal ou informal, este último dominante nos

países ditos em vias de desenvolvimento e em franco crescimento nos países capitalistas desenvolvidos. Variabilidade no espaço e no tempo, porém permanência da divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat, “a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo são indissociáveis, formam um sistema”.

O primeiro capítulo é mais teórico, embora fundado em pesquisas sobre operárias e operários dos anos 70. O segundo é apoiado numa pesquisa empírica sobre jovens trabalhadoras e trabalhadores que vivem e foram entrevistadas/os num FJT (Foyer de Jeunes Travailleurs, Casa de Jovens Trabalhadores). O **capítulo um** lança de maneira pioneira a ideia de categorias de sexo, que antes de Danièle só teve uma precursora preocupada em conceituá-las: Nicole-Claude Mathieu (1973).

Os dois primeiros capítulos também enfatizam a heterogeneidade da classe operária, o fato de que “a classe operária tem dois sexos” (cf. Hirata, Helena, Kergoat, Danièle (1993)), afirmação corroborada, a partir da realidade brasileira, por Elisabeth de Souza-Lobo (2011[1991]). O **capítulo dois** aborda o paradigma da divisão sexual a partir das categorias de produção e de reprodução, introduzindo centralmente o trabalho doméstico na análise. A articulação e a indissociabilidade entre produção e reprodução é o ponto de partida da teoria da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo antagônicas e contraditórias entre homens e mulheres, desenvolvida por D. Kergoat. (o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao do trabalho feminino)

No **capítulo três**, publicado originalmente em 2005, Danièle realiza uma síntese magistral do conjunto de conceitos formulados há mais de 25 anos - nos capítulos 1 e 2 -, redigidos em 1978 e 1981. Ela mostra como a divisão sexual do trabalho é o que está fundamentalmente em jogo nas relações sociais de sexo, que são desiguais, hierarquizadas, assimétricas. Apresenta também os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, o princípio da separação (trabalho masculino e trabalho feminino são distintos) e o princípio hierárquico (o trabalho masculino vale mais do que o trabalho feminino). O sucesso dessa formalização foi tão grande que hoje ela aparece em teses, artigos e comunicações sem referência à autora que a produziu, como se fosse um bem comum. Ainda nesse capítulo Danièle se refere explicitamente ao fenômeno migratório, que faz afluir

nos países capitalistas avançados mulheres à procura de emprego de serviços aos particulares. Danièle também enfatiza a dupla consequência política dessa evolução: em primeiro lugar, a relação de classe entre as patroas dos países ricos e essa nova classe servil; e em segundo, a relação de concorrência entre mulheres em situação precária nos dois tipos de países.

Os capítulos quatro, cinco e seis traçam os contornos do caminho que vai do individual ao coletivo, “a passagem do ‘eu’ ao ‘nos’”, onde a subjetividade e a intersubjetividade tem um papel central. cremos que não é necessário lembrar a importância da dimensão subjetiva na elaboração teórica de Danièle - “na medida em que a atividade de trabalho é produção de si (...), não se pode “pensar o trabalho, compreendido sociologicamente, sem levar em conta a subjetividade” (D. Kergoat, 2001). Subjetividade, afetos : Danièle foi uma das pioneiras a operacionalizar o afeto no interior de uma conceitualização sociológica, teorizando, por exemplo, o “ódio de gênero” (“haine de genre”) heurístico tanto do ponto de vista dos dominados quanto dos dominantes.

O **capítulo quatro** ilustra, com os resultados de três pesquisas de campo, esse movimento do individual ao coletivo ou essa “dialética do individual e do coletivo” através de uma pesquisa sobre o “aprendizado coletivo” de jovens operários imigrantes, sobre operárias-não qualificadas e a construção do “silogismo” e sobre o movimento social das enfermeiras e a constituição de um coletivo, a Coordenação Enfermeira. É interessante a leitura desse movimento como um contraponto ao silogismo do sujeito sexuado. Da negação da identidade feminina à sua afirmação, possível apenas ao nível do grupo e não ao nível individual. Nesse capítulo, Danièle mostra também a importância teórica de estabelecer uma distinção entre grupo e coletivo. O “nós” não remete sempre a um coletivo. O coletivo é definido pela sua “forte capacidade de ação”, sendo constituído de “atores históricos do seu devir”.

O silogismo do sujeito sexuado, cuja demonstração magistral é realizada no **capítulo cinco** a partir do caso das “operárias especializadas” (consideradas não-qualificadas) é emblemático dessa reflexão sobre o sujeito mulher e o acesso das mulheres à instância do coletivo. “Todas as mulheres são ciumentas”; “eu não sou ciumenta” deveria conduzir à conclusão

“eu não sou mulher”, o que leva à impossibilidade de se identificar a um coletivo “mulheres”. O silogismo também impede e bloqueia a constituição do sujeito sexuado, pois a negação do ser mulher não é nem pensável nem dizível. A dificuldade do acesso ao coletivo e também à emancipação individual pode ser reforçada pela atomização dos espaços de trabalho e do isolamento, cujo exemplo paradigmático é o caso das empregadas domésticas e das cuidadoras domiciliares.

Trata-se aqui também de se interrogar sobre o sexo do movimento social, como e em que condições as mulheres se mobilizam e o que significa a hegemonia das mulheres no movimento da Coordenação Enfermeira na França nos anos 80, análise original e pioneira a qual é consagrado o **capítulo seis**. Esse capítulo tem por objetivo entender de que maneira as mulheres chegam a dirigir a “Coordenação”, um movimento social misto. Danièle esmiúça cada uma das quatro características essenciais desse tipo de movimento social: 1) vontade unitária; 2) auto-organização: assembleia geral soberana; 3) autonomia em relação aos sindicatos e aos partidos políticos; 4) controle e democracia direta. Essa pesquisa sobre uma mobilização coletiva nos fornece, paradoxalmente, elementos de compreensão dos processos de individuação, pois processos coletivos de emancipação e processos de individuação são, para Danièle, indissociáveis. Esse capítulo termina com uma análise fina sobre a natureza do poder – “conquistado e atribuído” - pelas enfermeiras nesse processo de organização e mobilização social, onde havia unanimidade na afirmação de que se tratava de uma luta de mulheres e dirigida por mulheres.

O sétimo e último capítulo apresenta o conceito de consubstancialidade, mostrando a distância entre ele e o “hit concept” (conceito que virou moda) como denomina Elsa Dorlin (2012), o de interseccionalidade. Se hoje a agenda das ciências sociais e da teoria feminista no Brasil dá um destaque importante às teorias da interseccionalidade, a interdependência das relações de gênero e de classe foi postulada por Danièle desde o artigo de 1978, que mais tardiamente, em meados dos anos 2000, integrou também a raça como dimensão interdependente das relações sociais de poder. Mas essa interdependência foi e é denominada por Danièle consubstancialidade ou coextensividade das relações de poder, e ela critica de maneira sistemática o conceito de intersec-

cionalidade tal como foi formulado e formalizado por Kimberlé Crenshaw em 1989, mais de dez anos depois do artigo de Danièle que propõe a articulação das relações sociais de classe e de gênero. Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw focaliza, sobretudo, as interseções da raça e do gênero, abordando parcialmente ou periféricamente classe ou sexualidade. Um ponto maior de convergência entre Crenshaw e Danièle é a proposta de não hierarquização dos tipos de opressão.

Danièle utiliza em 1978, além de consubstancialidade e co-extensividade, a categoria “articulação das relações sociais” que também era desde o início dos anos 1980, objeto de análise de Angela Davis, de Bell Hooks e de Audre Lorde, todas representantes do *blackfeminism*, mas com duas diferenças fundamentais, como nota Danièle numa das introduções à edição francesa: 1) elas não concedem um lugar central ao trabalho; 2) elas não formalizam seus raciocínios principalmente em termos de relações sociais.

A crítica da categoria de interseccionalidade é feita explicitamente por Danièle Kergoat pela primeira vez no congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS) em Grenoble, em 2006, publicada sob forma de artigo em 2009 e traduzida no Brasil em 2010 (Kergoat, 2010). No artigo citado, ela critica a noção “geométrica” de intersecção.

Essa crítica é aprofundada na introdução do seu recente livro, *Se battre, disent-elles* (2012), pelos pontos seguintes: 1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação, etc, e não apenas raça, gênero, classe) leva a um risco de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais com o risco de contribuir para sua reprodução; 2) não é certo que esses pontos remetem todos a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta, etc, sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (Kergoat, 2012, p. 21-22).

O ponto essencial da crítica de Danièle ao conceito de interseccionalidade é que ele não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e di-

nâmica. Entretanto, parece-me que outra crítica, nem sempre explícita, é a de que a análise interseccional coloca em geral em jogo mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um ângulo menos visível. Para Danièle, existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, são transversais e não são passíveis de hierarquização: o gênero, a classe e a raça. Essa não hierarquização das relações de poder de gênero, de raça e de classe social é uma tese de consequências políticas importantes, já desenvolvida por Danièle num importante artigo de 1984, traduzido para o português em 1987 (Kergoat, 1987):

“(...) recusa de hierarquizar essas relações sociais; para mim, não há nem frente principal nem inimigo principal. Uma relação social não pode ser um pouco mais viva do que uma outra, ela é ou não é” (Kergoat, 2012[1984]), p. 89). Essa ideia é, por exemplo, contrária à tese de uma sobredeterminação da classe sobre as outras dimensões, pois o paradigma da consubstancialidade critica a ideia de uma determinação em última instância pela classe social. A tese da indissociabilidade entre gênero, raça e classe também vai contra uma análise unicamente a partir da categoria de gênero, pois tratar as relações de poder unicamente a partir de uma perspectiva de gênero pode reduzir a pertinência de tal análise apenas às mulheres brancas e burguesas. Como diz Danièle, “o gênero constrói a classe e a raça, a raça constrói a classe e o gênero, a classe constrói o gênero e a raça (Kergoat, 2012, p. 24)

O conjunto desses escritos parte de um ponto de vista situado – “situated knowledge” –, segundo Haraway (1988) e Harding (1991), e de uma epistemologia: o feminismo materialista, definido por Danièle no discurso proferido no enterro da antropóloga Nicole-Claude Mathieu, em 14 de março de 2014, como “*uma das correntes de pensamento crítico mais ricas do período contemporâneo*”. A materialidade do trabalho, o peso das práticas sociais, a preeminência das relações sociais de produção e de reprodução, todas essas dimensões concorrem para uma análise em que as determinações concretas são consideradas em primeiro plano: “toda relação social tem um fundamento material” (Kergoat, 2012: p. 99).

Alexis Cukier, em sua contribuição ao *Cahiers du Genre* sobre os feminismos materialistas de 2016, mostra como

Danièle Kergoat “politiza o conceito de trabalho” junto com Christine Delphy e Silvia Federici. Segundo ele, essas autoras apontam para “a função política central do conceito de trabalho.” A ideia de base dessas autoras seria, acredita, a indissociabilidade entre as funções econômicas (produção de bens e serviços) e política (reprodução e transformação das relações sociais), o que permite “renovar a crítica marxista da economia política” e pensar o trabalho como “alavanca da emancipação coletiva”. Para Cukier, o feminismo materialista permite opor ao neoliberalismo a perspectiva de um trabalho feminista pós-capitalista e democrático

A própria Danièle Kergoat afirma que é “o potencial crítico e subversivo dessa sociologia (crítica) que se trata de evidenciar” (Galerand, Kergoat, 2014). Trata-se de uma sociologia que dá preeminência às relações sociais e ao trabalho, o que a diferencia das sociologias das “diferenças entre os sexos” ou dos “Gender Studies”, que não analisam conjuntamente trabalho e exploração, dominação e emancipação.

Não é possível, nesse prefácio, restituir toda a riqueza desse livro, que contém ideias, experiências, pistas de pesquisa, momentos de emoção. Mas podemos afirmar que pesquisar com Danièle Kergoat é reconhecer, a cada passo, a atualidade e o caráter heurístico de sua forma de pensar as relações sociais de poder para vislumbrar uma saída coletiva e, ao mesmo tempo, individual, rumo à emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black

feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

Cukier, Alexis (2016) De la centralité politique du travail : les apports du féminisme matérialiste, in A. Bidet-Mordrel, E. Galerand, D. Kergoat (coord) Analyse critique et féminismes matérialistes, *Cahiers du Genre* hors série.

Dorlin, Elsa (2012) “L’Atlantique féministe. L’intersectionnalité en débat”. *Papeles del CEIC*. CEIC, Universidad del País Vasco, n. 83, v. 2012/2. <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/83.pdf>.

Galerand, Elsa, Kergoat, Danièle (2008) Le potentiel subversif du rapport des femmes au travail, in *Nouvelles Questions Féministes*, 2008/2 (Vol. 27), p. 67-82 (trad. em português *Cardernos de Critica Feminista*, Recife : SOS Corpo, 2010).

Haraway, Donna. (1988), "Situated Knowledges: the Sciences Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective". *Feminist Studies*, 14 (3): 575-599.

Harding, Sandra. (1991), *Whose Science, Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca, NY, Cornell University Press.

Hirata, Helena, Kergoat, Danièle (1993) "La classe ouvrière a deux sexes".

Politis – la revue, nº 4, p. 55-58. (tradução em português: "A classe trabalhadora

tem dois sexos", *Estudos Feministas*, 2 (3): 93-100, 1994)

Kergoat (2012[1984]) Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation, in *Le Sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble, PUG, 1984 (traduzido para o português *O sexo do trabalho*, Paz e Terra, 1987).

Kergoat, Danièle (2001) Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *Actuel Marx*, nº 30, 2001, p. 85-100 (traduzido para o português em 2002, na revista *Proposições*, v.13, nº 2).

Kergoat, Danièle (2010) Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais, in *Novos Estudos Cebrap*, nº 86, p. 93-103 (publicado originalmente em francês em 2009).

Kergoat, Danièle (2012) *Se battre, disent-elles...*, Paris: La Dispute, collection Le genre du monde.

Mathieu, Nicole-Claude (1991, textes de 1971 à 1989). *L'Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes

Saffiotti, Heleieth (1976) *A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade*. Petropolis: Editora Vozes.

----- (1984) *Mulher Brasileira: Opressão e Exploração*, Rio de Janeiro: Editora Achimé, 1984

Souza-Lobo, Elisabeth (2011 [1991]) *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. Sao Paulo: Fundação Perseu Abramo.

1

OPERÁRIOS = OPERÁRIAS?¹ PROPOSIÇÕES PARA UMA ARTICULAÇÃO TEÓRICA DE DUAS VARIÁVEIS: SEXO E CLASSE SOCIAL

A sociologia do trabalho fala sempre dos “operários” ou da “classe operária”, sem fazer qualquer referência ao sexo desses atores sociais. Tudo se passa como se o lugar na produção fosse um elemento tão unificador que fazer parte da classe operária remeteria a uma série de comportamentos e atitudes relativamente unívocas (fato que, cumpre dizer, é tão verdadeiro para os sociólogos que se reivindicam marxistas, como para os outros...) É certo que esta tendência a promover a imagem de uma classe operária relativamente homogênea, cujas únicas verdadeiras clivagens seriam o lugar na produção e a qualificação, não ignora somente as categorias de sexo. No entanto, variáveis como a nacionalidade, a idade... se têm sua qualidade heurística pouco reconhecida, têm entretanto sido objeto, há muito tempo, de tratamentos sociológicos. Sobre a variável sexo, nada ou quase nada. No máximo, fala-se das mulheres, mas imediatamente a cultura cede lugar à natureza e o raciocínio sociológico, aos estereótipos. Não faremos aqui o bestialógico da sociologia do trabalho: seria longo demais, além de re-

1 Primeira publicação: *Critiques de l'économie politique*, nova série, n. 5, outubro-dezembro de 1978, p. 65-97.

petitivo; e, para tanto, basta abrir um livro qualquer. Assim que surge uma comparação homens/mulheres a respeito de um comportamento preciso, é impressionante como a categoria mulheres é *sempre* explicada em referência à categoria homens. É que a comparação nunca tem por objetivo mostrar a autonomia das práticas e reportar esta autonomia ao sexo social dos dois grupos; a comparação serve, unicamente, para mostrar que as mulheres caracterizam particularismos, “especificidades” *em relação ao modelo geral* (modelo definido, aliás, em todo o resto do livro ou artigo). E tocamos o coração do problema, pois este modelo “geral”, que supostamente trata do “ser humano”, não passa, com frequência (o que é particularmente verdadeiro para a sociologia do trabalho), de um discurso masculino sobre práticas masculinas². A questão “o que significa socialmente ser um homem?” nunca é colocada. Em suma, a categoria homens é tão dominante que invade a totalidade do campo sociológico³. O mesmo ocorre também no movimento sindical: o trabalho assalariado foi, durante muito tempo, considerado como apanágio quase exclusivo dos homens⁴ e ainda hoje a maioria dos sindicalistas homens das seções sindicais de empresas ou das centrais sindicais estatais continuam a balançar a cabeça, inconformados, diante de qualquer pergunta sobre os comportamentos femininos em relação ao trabalho e à reivindicação. As mulheres ain-

2 Existem, evidentemente, numerosos trabalhos sobre as mulheres, e em particular sobre as operárias. Mas esses trabalhos não tratam senão de uma categoria de sexo (cf., por exemplo, Madeleine Guilbert, *Les fonctions des femmes dans l'industrie*, Mouton, Paris, 1966) e, por mais essenciais que sejam, não colocam mais que em filigranas o problema das categorias de sexo e da classe social.

3 Cf. Nicole-Claude Mathieu, “Paternité biologique, maternité sociale”, in Andrée Michel (organização), *Femmes, sexisme et sociétés*, PUF, Paris, 1977).

4 Até o final da Primeira Guerra Mundial, as mulheres trabalhadoras foram consideradas como concorrentes pela maioria dos sindicalistas. Cf. o célebre caso Couriaü, em 1913

da são, para eles, “diferentes” e difíceis de compreender.⁵ Como no caso dos sociólogos, eles consideram as mulheres trabalhadoras como um subgrupo dotado de certas particularidades específicas e tudo se passa como se o salariado fosse um conceito unívoco (cf. a noção de reivindicações “gerais”) e como se o sexo social só intervisse como uma sobredeterminação secundária, em proveito unicamente das mulheres (cujas reivindicações seriam, portanto, “específicas”).

Há alguns anos, entretanto, o movimento operário passou por uma certa evolução. Foi atingido em cheio pela evolução dos comportamentos femininos em relação ao emprego e às reivindicações e fortemente interpelado pelo (re)nascimento do movimento feminista. Além disso, no caso específico dos sindicatos, sua representatividade, já fraca na França comparada a outros países europeus, corre o risco de diminuir ainda mais se a mulheres continuarem pouco sindicalizadas, embora cheguem cada vez em maior número ao mercado de trabalho. Os textos dos congressos, o acordo CGT-CFDT⁶ de dezembro de 1974, com base na plataforma reivindicativa das mulheres trabalhadoras, a criação de comissões sindicais de mulheres... testemunham que, embora indiretamente (o que fazer com esta massa de trabalhadoras não conformes à norma majoritária?), a questão está colocada.

E como poderia ser de outra forma? Recordemos alguns números:

– Desde 1968, o número de mulheres ativas vem aumentando sem cessar (+13,3% de 1966 a 1976); a taxa de atividade (33,4% em 1962, 38,6% em 1976) chegou a números bem próximos do que apresentava no início do século XX (cerca de 35% em 1901, 39% em 1910).

– Esta evolução não corresponde apenas ao inchamento do

5 Note-se, aliás, que a reação é praticamente a mesma quando se fala dos jovens, dos imigrantes e dos operários de origem rural.

6 Confederação Geral do Trabalho, Confederação Francesa Democrática do Trabalho (NdT).

setor terciário. A porcentagem de mulheres na população ativa industrial e operária parou de diminuir e até aumentou em certos empregos (operários especializados (OE) e não especializados), de 1968 a 1975; o número de mulheres na população operária aumentou muito mais que o número de homens (+16,8% em contraposição a +3,8%). Atualmente, as mulheres representam 22,4% desta população.

– Por fim, e não menos importante, esta evolução se verifica quaisquer que sejam o *status* familiar e a faixa etária e se mantém apesar da crise econômica⁷.

Este artigo pretende, portanto, contribuir para um início de reflexão sobre a autonomia das práticas sociais masculinas e femininas no interior de uma determinada classe, a classe operária. A questão colocada será a seguinte: o pertencimento ao grupo social homens ou ao grupo social mulheres desencadeia comportamentos relativamente autônomos no interior da classe operária? É indiferente ser operário ou operária ou existe uma maneira mulher e uma maneira homem de ser operário? Ou seja, o sexo remete a níveis sociais diferentes que devem ser tratados como tal?

Certamente, uma tal problemática assim é neutra no que concerne aos instrumentos conceituais escolhidos: um segundo tempo do raciocínio consistirá em fazer explodir a unanimidade dos conceitos aplicados até aqui ao conjunto da classe operária. Um terceiro tempo, enfim, consistirá em retornar à realidade de modo a colocar diversamente as questões (e encontrar, sem dúvida, respostas diferentes) sobre e para a classe operária. Pensamos, em particular, em seus processos de decomposição e recomposição relativos ao fluxo e refluxo da combatividade, ao problema das clivagens e de sua tradução no nível das instituições sindicais e das reivindicações (em particular sobre o emprego), ao problema das formas de luta... Mais além, esperamos poder recolocar o problema da interação entre patriarcado e capitalismo.

7 Para dados e números exaustivos, cf. Laurent Thévenot, "Les catégories sociales en 1975: l'extension du salariat", *Économie et statistique*, n. 91, julho-agosto de 1977.

Só evocaremos aqui, no entanto, a questão da autonomia das práticas sociais. É que, mais do que tentar dizer tudo, parece-nos necessário que este artigo reflita tanto o desenvolvimento temporal do raciocínio, quanto o trabalho concreto de campo, a fim de se resguardar de qualquer interpretação ideológica da realidade⁸.

Precisemos, enfim, duas coisas:

– não pesquisamos os princípios de identificação social ligados à pertinência de sexo⁹, mas nos interessamos unicamente pelas *práticas sociais*: quer se trate da classe operária ou das mulheres e *a fortiori* das mulheres da classe operária. Não queremos fazer uma sociologia da dominação, mas uma sociologia em termos de relações sociais;

– o estudo é centrado, essencialmente, nos(as) operários(as) especializados(as) - lembremos que a porcentagem de mulheres nesta categoria está em progressão - e se apoia em duas pesquisas: uma sobre os (as) trabalhadores(as) da aglomeração de Laval, ¹⁰ e outra sobre os operários (OEs, operários especializados, numa grande empresa de construção de caminhões)¹¹.

Trata-se, portanto, da apresentação (muito pontual) de resultados de pesquisa e, ao mesmo tempo, de uma tentativa de formalização destes resultados numa perspectiva problemática precisa.

8 E neste campo, é preciso reiterar o quanto o deslizamento é fácil, dada a imbricação de uma tal dinâmica de pesquisa com o movimento social onde ela enraizou-se (e enraíza-se).

9 Cf. a problemática de uma “identidade feminina” que atravessa o movimento feminista.

10 Thierry Baudouin, Jean-Noël Chopart, Michèle Collin e Danièle Kergoat, *Les Temps modernes à Laval*, cópia mimeografada, Centre de Sociologie des Organisations, 1977. Laval pode ser caracterizada pela história da sua região (multiplicidade das unidades de produção familiar trabalhando no têxtil), pelo tipo de mobilização da mão de obra ligado à descentralização industrial, pelo número elevado de mulheres trabalhadoras, pelo tipo de empresas (eletrônica, vestuário, têxtil, metalúrgicas diversas...), pelo processo majoritário de trabalho (taylorismo) e pela desqualificação maciça da força de trabalho.

11 Danièle Kergoat, *La combativité ouvrière dans une usine de construction de camions. L'entrée en lutte des ouvriers spécialisés*, relatório de pesquisa, CSO, Paris, 1977.

O UNIVERSO DO TRABALHO

As conclusões que Madeleine Guilbert tirou em 1966 de suas observações sobre o trabalho das mulheres na indústria não somente se mantêm válidas, como podemos dizer também que, doze anos depois, as características do universo de trabalho das mulheres só se acentuaram, considerando-se as estratégias patronais de desconcentração das unidades de fabricação-montagem e de sobrequalificação/desqualificação da força de trabalho, estratégias estas que utilizam e reproduzem, em todos os níveis, os mecanismos de dominação que pesam sobre as mulheres. A respeito disso, o exemplo de Laval, particularmente das indústrias eletrônicas, é bastante revelador.

Nas fábricas de mulheres, as *cadências* são frequentemente muito elevadas e as *sequências de trabalho*, extremamente curtas. Os patrões, aliás, explicitam abertamente a ligação entre o aumento das cadências e a feminização da população operária: “As mulheres são muito mais hábeis que os homens, elas aumentam muito as cadências de trabalho” (metalúrgica, Laval).

Quanto às sequências de trabalho, é sabido que as montadoras da indústria eletrônica (fábricas com mão de obra essencialmente feminina) batem todos os recordes de rapidez: as máquinas *viranos* (máquinas com inserção de elementos em circuitos impressos) “permitem” que a operadora coloque cento e oito resistências em quinze minutos. Nos carretéis de bobinagem, cada uma das seis operadoras trabalha oito segundos em cada bobina, sendo o ritmo imposto pela máquina. Quanto às fábricas de roupas, com o sistema manual é preciso colocar dezesseis mil botões por dia, por pessoa. Se o sistema for automatizado, uma única operária deve manejar e supervisionar, ao mesmo tempo, quatro máquinas de pregar botões.

Ao mesmo tempo, estas operações exigem muita destreza manual e minúcia através de gestos restritos, tolhidos pelo espaço. As mulheres ficam, a maior parte do tempo, sentadas atrás de seus postos de trabalho sem se deslocar. De fato, para o observador, qualquer gesto rompe visualmente a unidade aparente das cadeias. Este encolhimento do tempo e do espa-

ço torna-se totalmente patogênico com a introdução de certas máquinas eletrônicas¹².

Considerando tais características, é notável que o mais penoso nessas condições de trabalho seja, para as operárias, menos a individualização, o parcelado ou o rendimento do que o aspecto disciplinar do rendimento¹³.

“– E as condições de trabalho?

– É, sobretudo, a relação com a chefe que dá problema.”

Ouvimos esta frase em todas as fábricas de mulheres e, em todas elas, as relações com a contramestra são tensas¹⁴. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que, nessas fábricas com forte presença de OEs, o trabalho é tão decomposto, parcelado e empobrecido que impede o exercício do papel de enquadramento técnico do supervisor. Resta apenas a função disciplinar, que tende precisamente a suprimir um dos únicos aspectos gratificantes da situação de trabalho: a comunicação entre as operárias. Mas seria equivocado remeter tudo à organização técnica do trabalho, pois é preciso observar que, nas fábricas onde o trabalho é igualmente fragmentado, com predominância de trabalhadores homens, chegou-se muitas vezes a um *modus vivendi* entre os operários e a supervisão (“a gente amestrou os contramestres”). Na verdade, os quadros masculinos ainda têm a tendência de inflar seu poder disciplinar quando se trata de uma cadeia de montagem de mu-

12 As máquinas *viranos* são um bom exemplo: elas indicam, sucessivamente, à operadora, através de um raio luminoso, os pontos de soldagem a efetuar nos circuitos. Para que o raio seja mais visível, coloca-se um pano sobre a cabeça de cada trabalhadora, mantendo-a na penumbra. Assim, além de ter de trabalhar com tempos de operação muito mais curtos, a cobertura impede também que as operárias se comuniquem entre si.

13 Não fazemos senão constatar uma situação. A análise, se fosse feita, remeteria à aceitação (relativa) das formas técnicas da OCT [Organização Científica do Trabalho] ao condicionamento social das meninas e a rejeição do controle social ao tipo de investimento das mulheres na situação de trabalho (romper o isolamento).

14 As manifestações dessa tensão vão desde as pichações até os enfrentamentos violentos (a violência física contra a chefe não é feita só pelos operários homens), passando por insultos, desaceleração ou parada das cadeias de montagem, reuniões..

lheres. Os sindicalistas são unânimes: uma mesma observação vinda de um operário homem seria bem aceita pela supervisão, mas jamais seria tolerada se viesse de uma mulher.

A supervisão é somente um exemplo entre outros possíveis, mas é claro que, no controle social que se exerce sobre as operárias, *as relações de dominação duplicam as relações de exploração*: os comentários vexatórios, o sistema de humilhação são de natureza totalmente diferentes se a mão de obra é masculina ou feminina. Claro, a supervisão sempre utiliza, estrategicamente, os dados individuais. Para a distribuição dos “bons” e “maus trabalhos”, por exemplo, o supervisor legitimará seus atos referindo-se à idade, à situação de família... dos operários. Mas, no caso das trabalhadoras, não é apenas a seu status fora do trabalho a que ele se refere, mas à pessoa ela mesma: é seu corpo (cf. piadas sobre o físico, humilhações frequentes no momento da menstruação...), sua psicologia e sua afetividade são utilizadas para assentar o controle social. Em suma, tudo acontece como se a vida privada das mulheres passasse a ser de domínio público a partir do momento em que elas chegam à fábrica.

Não é surpreendente que, nestas condições, as relações hierárquicas sejam o aspecto das condições de trabalho que as operárias suportam com maior dificuldade.

Mas, sem dúvida, é na *desqualificação* que a utilização pelo capital das características fora da produção da mão de obra feminina fica mais evidente, pois os movimentos ligados à qualificação da mão de obra¹⁵ não atingem, indiferentemente, o conjunto da classe operária. Observa-se, ao contrário, variações qualitativas deste modelo segundo o pertencimento de sexo.

15 Fenômeno especialmente complexo, o problema da qualificação não pode ser tratado com profundidade aqui. Pedimos, portanto, ao leitor que considere como adquirido o fato de que a qualificação não mede uma competência, mas reflete uma relação social num dado momento histórico (relação capital/trabalho que deve ser analisada conjuntamente nos três níveis do setor, da empresa e da sociedade global) Precisemos, enfim, que faremos referência ao longo de todo o capítulo aos trabalhos de Pierre Naville e Pierre Rolle sobre a qualificação e aos de Michel Freyssenet sobre o processo de desqualificação/sobrequalificação da força de trabalho.

Atualmente,¹⁶ a situação é bem conhecida. As mulheres ocupam os postos menos qualificados e de menor remuneração e as operárias não constituem uma exceção à regra:

	1975*	
	Homens	Mulheres
Contramestres	6,8	1,4
Operários qualificados	42,0	22,0
Operários especializados	35,0	43,1
Operários não especializados	16,2	33,5

*A repartição por sexo das categorias socioprofissionais da Thomson em Laval (fábrica de eletrônicos) ilustra perfeitamente estes números gerais:

	Quadros	Técnicos	S	Agentes técnicos	OP	Empregados	OE
Mulheres	0	8	8	6	31	45	89
Homens	100	92	92	94	69	55	11

[S: supervisores; OP: operários profissionais; OE: operários especializados]

16 Seria, certamente, necessário analisar historicamente os fluxos e refluxos do grau de qualificação reconhecido às mulheres e, paralelamente, da estrutura de salários masculinos/femininos conjuntamente com as fases de mobilização da mão de obra feminina. Estes fenômenos são, aliás, bem anteriores ao capitalismo. Emmanuel Le Roy Ladurie observa, a respeito dos salários, que no Languedoc, por volta de 1350, as vindimadoras ganhavam 8/9 ou 4/5 da diária paga aos vindimadores (ocorria então uma grande escassez de mão de obra devido à grande peste de 1348). Mas, quinze anos mais tarde e durante todo o século XV, a relação salário homens/mulheres se estabilizou em torno de 50%, enquanto no final do século XVI, que conheceu um forte crescimento demográfico, uma mulher ganhava apenas 37% do salário de um operário agrícola (cf. Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les Payans du Languedoc*, Flammarion, Paris, 1969).

Porém e sem dúvida, o mais importante para os nossos objetivos:

- esta desqualificação vai se acentuando no correr dos anos;
- *este movimento é inverso ao que atinge os homens da classe operária.*

	1975*	
	Homens, 1968-1975 (em %)	Mulheres, 1968-1975 (em %)
Contramestres	6,8	1,4
Operários qualificados	42,0	22,0
Operários especializados	35,0	43,1
Operários não especializados	16,2	33,5
Total de operários		

Quanto à automatização, observa-se também, pelo menos nas fábricas analisadas, que ela não muda em nada a situação de desqualificação das operárias, nem mesmo quando a pirâmide socioprofissional da empresa passa por um grande abalo. Pudemos observar dois exemplos em Laval:¹⁷ num e noutro caso analisado, as operárias não se beneficiam com a automatização, ainda que o processo atinja os postos que elas

17 No primeiro caso (metalurgia), a introdução de máquinas automatizadas acarretou um achatamento da pirâmide socioprofissional correlativamente a uma feminização dos efetivos. No segundo caso (fiação e tecelagem), a sofisticação do material acarretou a supressão de numerosos postos de trabalho hiper-repetitivos, mal pagos, antes a cargo das mulheres; sua supressão levou a uma mudança radical na estrutura de qualificação e a uma forte diminuição dos efetivos femininos, pois as mulheres não são nem formadas nem recrutadas para os postos qualificados assim criados. Como disse, ingenuamente, um sindicalista desta fábrica: “A única promoção que existe é passar para a ajustadora, mas é raro e depois não é uma mulher que vai fazer isso, enfiar a mão na graxa.”

ocupam. E, ao inverso, se uma parte dos operários se beneficia disso, trata-se exclusivamente dos operários homens.

No entanto, para além das categorias estatísticas, é preciso interrogar o que as categorias de qualificação recobrem. Nas indústrias em série, mobilizando muitos OEs, os CAP¹⁸ que não são diretamente relacionados à especialidade (e, às vezes, mesmo neste caso) não são reconhecidos pelos empregadores, tanto no que diz respeito aos homens quanto às mulheres.¹⁹ Além disso, existe a desqualificação específica da mão de obra feminina, pois uma série de qualidades procuradas pelo patronato são ou não remuneradas conforme a mão de obra é masculina ou feminina. É assim que a força física é remunerada, mas não a fineza das mãos, qualidade preciosa na fição. O esforço violento merece um prêmio, mas não a destreza manual, a minúcia ou a resistência nervosa;²⁰ e isso sob o pretexto de que tais qualidades não seriam adquiridas através de uma formação, mas inerentes ao sexo feminino. Como se, para retomar o caso da eletrônica, primeiro a menina, através de sua educação específica como futura reprodutora; em seguida a mocinha, através da aprendizagem de um ofício tipo costura; e, enfim, a jovem mulher, através da frequente passagem por uma fábrica de confecção; não tivessem adquirido a agilidade e a destreza manual, a minúcia e a rapidez necessárias para estes postos de trabalho.

Para encerrar a descrição do universo de trabalho, é evidente que, dado o nível de qualificação da mão de obra feminina operária, qualquer promoção vertical é praticamente impossível, tanto nas fábricas mistas, quanto nas fábricas com grande maioria de mulheres. Diante de uma pergunta sobre a promoção dos OEs, um membro da direção de uma fábrica de montagem eletrônica responde:

18 *Certificat d'Aptitude Professionnelle* (Certificado de Aptidão Profissional) (NdT).

19 Embora neste último caso o cinismo social seja bem mais evidente; cf. o conhecido caso dos CAPs de costura não reconhecidos para a qualificação de montadora de cabos em eletrônica, assim como, aliás, também não reconhecidos em certas fábricas de... confecção!

20 Note-se, aliás, que a noção de valor igual do trabalho não é definida pela lei.

“É difícil, pois não há postos em P1; o gargalo de estrangulamento é devido, portanto, à estrutura da fábrica. Para os quadros, a supervisão, pode-se subir alegremente os degraus, mas para os OEs só é possível dar uma promoção no nível do salário.”

Mas isso, dirão, aplica-se a todas as montadoras, quer empreguem OEs homens ou mulheres. É verdade, mas o que é específico das fábricas com mulheres é que, de fato, existe, por mais tênue que seja, uma corrente de promoção, mas ela é reservada quase que exclusivamente aos homens. Tocamos aqui em um fenômeno importante: as barreiras sociais à promoção podem ser contornadas (embora fraca, a tendência existe) pelos homens, mas não pelas mulheres. Poderia ir até mais longe: nas fábricas mistas onde o número de mulheres é relativamente elevado, esta feminização acaba beneficiando os OEs homens: todo o esforço patronal de promoção e de formação dirige-se, exclusivamente, a eles.²¹

“Estimulamos jovens OEs homens, saídos do serviço militar, a passar pelos CAPs de ajustadores e torneiros, dentro do horário de trabalho [...]. A política de formação das OEs mulheres é uma política de aumento dos salários.” (diretor de uma fábrica de montagem de eletrônicos).

Esta discriminação parece, aliás, totalmente “natural” para os diretores de empresa que, em boa consciência, legitimam através da ordem natural das coisas os mecanismos sociais de dominação.

“Assim como há um amor pelo ofício, um orgulho para o tecelão, assim também as coisas são diferentes na fia-

21 Um caso limite: Coframaille, que empregava 250 pessoas, das quais 200 eram mulheres, e onde o plano de formação beneficiava apenas os 50 homens (caso citado por *L'Expansion* e reportado em Cadres CFDT, n. 282, janeiro de 1978).

ção: é muito mais um trabalho de mulher do que de homem ficar fazendo nós num fio durante um dia inteiro. Isso não convém à natureza do sexo masculino [...]; quando você passa o dia fazendo nós, não tem a sensação de ter feito alguma coisa” (direção de uma fábrica têxtil).²²

É bem verdade que, nas fábricas de montagem com homens, o patronato se mostra menos tocado pela parcialização do trabalho e pela não-promoção maciça dos OEs, mas é absolutamente notável que, neste caso, a situação seja considerada objetivamente difícil e mesmo insustentável e que o problema da promoção seja percebido como um problema social real. A boa consciência patronal só existe quando a mão de obra é feminina (ou imigrante, mas com uma argumentação modulada de maneira diferente).

Chegando ao final deste capítulo, temos então que:

- 1) a organização técnica e social do trabalho varia conforme se trate de uma fábrica de homens ou de mulheres. Neste último caso, a desapropriação ligada à organização científica do trabalho, do tempo, do espaço e do saber é quase total. Em suma, a relação de força capital/trabalho não é a mesma quando o trabalho se conjuga no feminino ou no masculino;
- 2) no entanto, os fenômenos de bloqueio (em relação à qualificação, à promoção...) que constatamos não são redutíveis, unicamente, às estruturas industriais. Estas últimas são reforçadas por toda uma argumentação ideológica que serve para legitimar a manutenção da divisão sexual do trabalho e a não-promoção maciça das mulheres.

22 Esta citação faz eco perfeitamente à declaração do CNPF [Conseil National du Patronat Français], segundo a qual “a adaptação natural da mulher a tarefas repetitivas e simples parece mostrar, em particular, que o problema das condições de trabalho existe apenas no que concerne a elas, de uma maneira menos aguda”.

É neste ponto que ocorre autonomia da situação das mulheres e dos homens da classe operária. No caso da força de trabalho feminina, os mecanismos de exploração copiam, utilizam e duplicam os mecanismos de dominação. De um só golpe, exploração e dominação formam um sistema integrado onde a margem de liberdade das mulheres (enquanto mulheres, enquanto trabalhadoras) é extremamente reduzida: impõe-se à mão de obra feminina um estatuto dentro da empresa do qual é praticamente impossível sair.

Diante disso, o conceito de superexploração torna-se insuficiente para dar conta da realidade, pois os fenômenos de discriminação não são apenas quantitativos, mas também qualitativos (os movimentos de desqualificação/sobre qualificação não são mais ou menos fortes segundo os sexos, eles vão em sentidos diferentes): *a divisão técnica e social do trabalho se justapõe estritamente à divisão sexual do trabalho*.²³ Logo, esta análise necessita, no plano metodológico, que toda e qualquer abordagem do trabalho feminino seja feita em conjunto com a análise do estatuto e do lugar das mulheres no universo da reprodução: tempo de trabalho assalariado e tempo de trabalho doméstico, aprendizagem social pela menina do papel de futura mulher e desqualificação feminina, etc., devem ser analisados simultaneamente.

Vimos, portanto, neste capítulo que o universo do trabalho das operárias forma um sistema onde capitalismo e patriarcado se revezam para explorar dominando e dominar explorando; sistema integrado, portanto, onde as barreiras sociais não são praticamente nem derrubáveis nem sequer contornáveis para as mulheres operárias.

Mas seria falso, no entanto, acreditar que por isso tudo as mulheres operárias são totalmente oprimidas e dominadas. O

23 A eletrônica é, neste caso, o exemplo mais conhecido: sob os efeitos conjugados da descentralização e da automatização, assiste-se a um movimento de desqualificação/sobrequalificação onde a acentuação da divisão do trabalho e da polarização das qualificações toma, nitidamente, a forma de uma divisão sexual do trabalho. Cf. Céreq, *Emploi, formation, qualification*, La Documentation française, dezembro de 1976.

desenvolvimento de sua vida de trabalho no tempo e no espaço (mobilidade e *turn-over*) mostra que as coisas são infinitamente mais complexas.

EMPREGO E MOBILIDADE MECANISMOS SOCIOECONÔMICOS RÍGIDOS

A pesquisa efetuada em Laval oferece, a esse respeito, resultados muito interessantes. No conjunto da força de trabalho, podemos dizer que um mercado de emprego dinâmico e complexo se estabeleceu, ao longo dos anos, no rastro da descentralização industrial.

Mas, se olharmos a realidade mais de perto, podemos constatar que esta complexidade, esta mobilidade dizem respeito apenas aos operários de Laval. Certamente, muitos são obrigados a partir, mas os movimentos no interior do setor secundário continuam extremamente complexos e, ademais, a passagem para o artesanato é (teoricamente) possível. Tudo se passa, portanto, como se várias estratégias racionais de mobilidade fossem possíveis para os homens da classe operária de Laval.

Mas as coisas são bem diferentes para as mulheres da mesma classe e não é por falta de vontade. A importância das demandas de emprego femininas no setor terciário, a hierarquização de suas demandas voltadas para o setor secundário são testemunhas de uma estratégia de mobilidade ascendente, racional e individual, face a um mercado de trabalho percebido como relativamente transparente. Mas, a esta atitude ativa se opõe a rigidez dos mecanismos desse mesmo mercado de trabalho e a não permeabilidade dos diferentes setores de emprego (fragilidade do terciário, permanência do artesanato como uma área de atividade essencialmente masculina...). Diante disso, a mobilidade ascendente é, de fato, impossível e a mobilidade profissional permanece linear – do têxtil ao eletrônico –, fortemente predeterminada e se interrompe assim que as operárias entram na Thomson ou na LMT [Le Matériel Téléphonique].

O que nos levou a levantar as seguintes hipóteses:²⁴

- 1) pode-se opor uma cadeia linear de mobilidade feminina a um conjunto complexo de cadeias de mobilidade masculina;
- 2) correlativamente:
 - nesta região de descentralização onde os postos de trabalho oferecidos se caracterizam pela não qualificação e, portanto, pela intercambialidade, somente os homens da classe operária podem adotar uma atitude ofensiva em relação a esta situação, através do *turn-over*, que tem um peso importante na relação de força capital/trabalho, pois, em período de pleno-emprego,²⁵ ele figura, junto ao absenteísmo, entre os principais problemas sociais com os quais os dirigentes das empresas se dizem confrontados;
 - o mesmo não acontece com as mulheres desta mesma classe: sua mobilidade só acarreta consequências negativas no têxtil e na confecção (e ainda seria necessário nuançar, pois ela permite também que estas empresas pratiquem baixos salários maciçamente), setores estes que são, de todo modo, diretamente atingidos pela reestruturação capitalista destes últimos anos e que funcionam de fato como fábricas intermediárias, adaptando

24 Estamos perfeitamente conscientes de que esta hipótese necessitaria de desenvolvimentos mais amplos, pois coloca em causa nada mais, nada menos que as estratégias do capital para a reestruturação industrial – global e setorial – e sua reorganização em certas partes do território tendo em vista a mão de obra disponível (a divisão sexual do trabalho se conjuga então com uma divisão geográfica). Este estudo da mobilização das mulheres por indústrias de mão de obra numa região de predominância rural e de industrialização recente deveria, portanto, ser completado por um estudo dos empregos femininos terciários, não ou medianamente qualificados, nas metrópoles urbanas, o que permitiria, ao relacionar evolução do processo de trabalho, categorias de mão-de-obra mobilizadas e localização espacial, analisar precisamente as estratégias industriais de segmentação do mercado de trabalho em termos de divisão sexual do trabalho.

25 A mobilidade dos trabalhadores só existe, é evidente, quando o mercado de trabalho não está bloqueado. Esta análise abrange aqui, portanto, o período de 1968-1974.

ao trabalho industrial uma mão de obra feminina, rural e jovem, em seu primeiro emprego. Por outro lado, a eletrônica é beneficiada por esta mobilidade.

Há, portanto, em matéria de autonomia, as categorias homens e mulheres. Mas esta análise da mobilidade, relacionada aos determinismos econômicos do mercado de trabalho, deve ser completada e enriquecida por um dado que é específico da força de trabalho feminina: a descontinuidade no tempo da vida profissional, assim como a evolução atual desta variável.²⁶

Quando se observam fábricas tipicamente femininas (em Laval: montagem em eletrônica, confecção...), percebe-se que o tipo de trabalho necessita de uma mão de obra *jovem*, cuja integridade física permita realizar serviços que exigem grande minúcia (a grande importância, por exemplo, da acuidade visual neste tipo de indústria) e suportar as cadências, em geral muito aceleradas. A saída de numerosas assalariadas por volta dos 30 anos é desejável pois, se a mão de obra envelhecesse, seria necessário reestruturar alguns ou mesmo todo o conjunto dos postos de trabalho. Além disso, estas saídas “voluntárias” são desejáveis não apenas tecnicamente, mas também socialmente: elas preservam a paz social, pois não é necessário despedir aquelas cuja visão diminui,²⁷ cuja agilidade manual decresce, cuja resistência nervosa se esgotou, ou seja, aquelas cujas aptidões físicas, precisamente as necessárias para este tipo de trabalho, foram usadas pela superexploração.

26 Sem isso, a análise se limitaria à primeira década da vida profissional. Cf. a este respeito, Annie Labourie-Racapé, Marie-Thérèse Letablier e Anne-Marie Vasseur, *L'Activité féminine*, PUF, “Cahiers du centre d'études de l'emploi”, n. 11, Paris: esta pesquisa mostra que, pelo menos, nas gerações posteriores a 1940 só existe uma proporção bem pequena de mulheres que nunca exerceram nenhuma atividade profissional e que a interrupção da atividade profissional da mulher, quando acontece, em geral é precoce (antes de 25 anos) e única.

27 Nas montadoras eletrônicas, certos departamentos são grandes consumidores de mão de obra feminina. É assim, por exemplo, na regulação dos relés, onde o trabalho é difícil e cansativo para os olhos (a operária deve verificar a equidistância entre lâminas em décimos de milímetros). A cada seis meses, o médico verifica a visão das operárias e aquelas que apresentam vista “gasta” são substituídas.

Ora, é importante notar que, se mais tarde quiserem retornar à atividade profissional, elas enfrentarão dificuldades para recuperar o trabalho que deixaram:²⁸ Esta análise nos levou a levantar a hipótese de que a tão conhecida oposição entre proletariado das grandes empresas, bem organizado, relativamente protegido, e o conjunto dos outros operários bem menos protegidos socialmente, que esta oposição recorta, no interior do proletariado e no caso exclusivo das mulheres, uma clivagem de idade: para uma operária, envelhecer é ver crescerem as chances de ser ainda mais desqualificada e superexplorada.²⁹ Esta hipótese poderia ser enunciada assim: *a descontinuidade no tempo da vida salarial das operárias é muitas vezes duplicada por uma descontinuidade no nível da qualificação*, ou seja, por uma desqualificação massiva crescente com a idade.

É bastante evidente que, no estado atual de avanço dos trabalhos, tal hipótese exige verificação. No entanto, um conjunto de índices parece apontar neste sentido, tanto nas biografias de operárias apresentadas no anexo do livro já citado de Madeleine Guilbert, quanto na modulação da taxa de desemprego. Foi assim que uma nota do Comitê do Trabalho Feminino (n. 14, maio de 1976) mostrava que a elevação do nível de desemprego de mulheres se referia essencialmente àquelas que

28 A pequena biografia de uma operária de Laval: trata-se de uma mulher de 34 anos, mas que parece bem mais velha. Tem cinco filhos (de 2 a 12 anos); trabalhou no setor eletrônico de 1964 a 1966: “Eu gostava, mas tive que parar em 1966 por causa dos nascimentos muito próximos das minhas crianças. Em 1973, quando quis voltar, telefonei para o chefe de pessoal de X. Ele me disse que tinham ficado muito satisfeitos com meu trabalho, mas que, para me readmitir, teria de fazer uns testes e que existia muita concorrência. E não passei nos testes.” Em seguida, esta mulher tornou-se OE numa empresa de construção de trailers, uma das mais duras da região quanto às condições de trabalho; ela recebe menos, embora a jornada de trabalho seja maior do que na eletrônica. Além disso, ela foi colocada no departamento de plásticos, o mais insalubre da fábrica.

29 No plano ideológico, a juventude é um atributo necessário dos seres do sexo feminino: uma mulher velha não é mais, exatamente, uma “mulher” em nossa sociedade. Se nossa hipótese se confirma, ocorreria, portanto, uma duplicação dos processos de exclusão que teriam lugar não apenas no nível da sexualidade e da psicoafetividade, mas igualmente no nível do trabalho.

perderam o emprego ou que estavam em processo de reinserção profissional e não conseguiam encontrar trabalho.³⁰

Nesta perspectiva, a mobilidade das mulheres operárias é relacionada ao seguinte sistema de coordenadas: descontinuidade da vida profissional e desqualificação massiva crescente com a idade, sistema este que seria aplicável exclusivamente à mão de obra feminina.

A resistência das mulheres

No entanto, não se deve inferir do raciocínio acima que os comportamentos femininos relacionados à mobilidade e, de uma maneira mais geral, ao emprego estão, a nosso ver, completamente determinados. Por um lado, porque o peso das estruturas não é unívoco e porque numerosas contradições emergem (cf., por exemplo, o funcionamento real dos mercados de trabalho locais). Por outro e sobretudo porque os atores sociais jamais são totalmente determinados pelas estruturas, assim como não podem ser definidos por seu lugar nas estruturas. Mesmo no caso dos grupos onde os mecanismos sociais são mais rígidos, percebe-se que tais mecanismos são esquivados, contornados, contestados...

Neste nível, a atitude das mulheres em relação ao emprego é um bom exemplo: vimos que, em Laval, as operárias têm estratégias racionais para este emprego. Mas, e é essencial, *estas estratégias sobreviveram à crise econômica*, em Laval como em outras partes. Enquanto em 1968 havia uma ligação negativa entre as taxas de atividade feminina e a taxa de desemprego das mulheres, atualmente esta tendência é inversa (cf. pesquisa Emploi INSEE):³¹ *os comportamentos femininos face ao emprego marcam uma maior rigidez, a qual não permite mais (ou permite menos) acompanhar a diminuição da atividade*

30 As faixas de idade entre 25 e 39 anos são as mais atingidas pelo aumento de demanda feminina, enquanto que para o mesmo período e faixa etária a demanda masculina é decrescente. Não seria, portanto, de espantar se estas mulheres acabassem por aceitar empregos ainda mais mal remunerados e mais desqualificados que aqueles que elas ocupavam anteriormente.

31 Emprego INSEE – Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos francês (NdT).

econômica. Contrariando as previsões de vários dirigentes de empresa e mesmo governamentais,³² as mulheres se mantêm no mercado de trabalho e em maior número sempre que uma oportunidade se apresenta.

Além disso, seus comportamentos se homogeneízam qualquer que seja a sua idade e número de filhos.³³

Taxa de atividade das mulheres (em %)

Faixa etária	Em 1962	Em 1975
17-19	48,7	35,4
20-24	61,8	66,0
25-29	45,6	62,7
30-34	39,2	54,6
35-39	40,0	50,6
40-44	41,8	49,4
45-49	45,1	49,9
50-54	46,6	48,1
55-59	42,8	41,9
60-64	34,2	27,8

Notemos que este quadro coloca em evidência a mudança do perfil de desenvolvimento da vida ativa das mulheres: foi na faixa de 25 a 29 anos e depois de 30 a 34 anos, ou seja, no período em que é mais provável ter filhos pequenos, que a taxa de atividade das mulheres mais aumentou: +17,1% e +14,4%.

32 “A importância do número de mulheres em busca de emprego é, de todo modo, um problema bastante particular. Parece que, se a mulher, mãe de família, puder ficar em casa, é uma boa coisa. Assim como o homem tem por vocação fundamental o trabalho nas fábricas e escritórios, a mulher pode passar uma parte de sua vida longe deles” (Christian Beullac, ministro do Trabalho, outubro de 1976).

33 Cf. “Activité professionnelle ou ménagère: le choix des femmes selon l'âge”, nota do Comitê do Trabalho Feminino, maio de 1974. Cf. igualmente o estudo já citado de Annie Labourie-Racapé, Marie-Thérèse Letablier e Anne-Marie Vasseur.

Esta mudança do comportamento feminino face ao emprego é ainda mais importante porque:

- não pode ser explicada pelo fato de que muitas mulheres assalariadas estão empregadas no setor de serviços, onde o emprego reage menos rapidamente que na indústria às mudanças econômicas. O estudo já citado de Annie Labourie-Racapé, Maria-Thérèse Letablier e Anne-Marie Vasseur mostra que esta tendência se verifica em todas as categorias socioprofissionais;

- resiste à crise (seu aparecimento é, aliás, posterior a 1968); portanto, ela não é explicável pelos grandes determinismos econômicos.

Certamente, o patronato (ou pelo menos parte dele) continua a considerar a mão de obra feminina como um exército industrial de reserva (embora a fundamentação deste conceito merecesse discussão). Mas é notável que as mulheres travam lutas às vezes muito duras (cf. CIP-Confection [CIP, Confection Industrielle du Pas-de-Calais] e cada vez mais numerosas para defender seu emprego e, indo mais além, seu direito ao trabalho quando ele é contestado por medidas discriminatórias contra elas (caso de Rhône-Poulenc Textile no final de 1975³⁴ e, mais recentemente, da UDD-FIM, uma fábrica de fios isolantes).

34 Em Rhône-Poulenc, a direção tentou modificar, unilateralmente, o contrato de trabalho das mulheres casadas sem filhos ou com um filho, transferindo-as do tempo integral para o meio período (final de 1975, início de 1976, dependendo da empresa). Esta discriminação, é bom frisar, contrariava tanto a Constituição, que estipula o direito ao trabalho para todos, homens e mulheres, sem distinção de sua situação pessoal ou matrimonial, quanto à legislação mais recente (art. 11 da lei de 11 de julho de 1975 [Lei n. 75-625 sobre o trabalho das mulheres]) que proíbe qualquer tipo de discriminação no trabalho, em qualquer nível, baseada no sexo ou na situação familiar. As reações das mulheres a esta medida foram sempre fortes e, em dois casos a cada três, alcançaram a sua derrogação. Cf. a este respeito, o estudo de Margaret Maruani, *Le Droit des femmes: question pour le syndicalisme*, estudo comparativo de três estabelecimentos, laboratório de sociologia do trabalho do CNAM, mimeografado, janeiro de 1978.

Mais uma vez, portanto, pareceu necessário tratar, diferentemente, a mão de obra masculina e a mão de obra feminina em suas relações com a mobilidade (noções de ramos, vínculo idade/qualificação específicos das mulheres da classe operária) e com o emprego (direito ao trabalho incontestado para os homens e questionado incessantemente para as mulheres): mostramos, igualmente, que as mesmas práticas sociais (*turn-over*, por exemplo) abarcavam realidades muito diferentes, segundo a categoria de sexo. Mas começamos também a mostrar as capacidades de resposta e mesmo de ofensividade das mulheres trabalhadoras. É nesta perspectiva que vamos evocar, agora, a relação com o trabalho por parte de operários e operárias.

O TRABALHO ASSALARIADO

Até aqui, mostramos como o capital utiliza e reproduz os mecanismos sociais de dominação, aos quais as mulheres são submetidas desde a mais tenra idade. Agora, é preciso ir mais longe e dizer que existe uma duplicação no tempo (tempo de trabalho assalariado/tempo de trabalho doméstico) e no espaço (fábrica/casa) das características sociais próprias do trabalho feminino. Concretamente, isso se manifesta em particular através dos *fenômenos de osmose entre os ritmos do tempo de trabalho assalariado e aqueles do trabalho doméstico*: as operárias, particularmente a partir do momento em que têm filhos, não têm – diferentemente dos operários – mais hora nem lugar para relaxar, para simplesmente viver e, quaisquer que sejam a hora e o lugar considerados, só fazem repetir o *mesmo tipo de trabalho*. É neste sentido, aliás, que se deve interpretar as doenças “nervosas” da mão de obra feminina, que não têm origem em nenhum tipo de instabilidade congênita do sexo feminino no plano emocional, mas

nas condições sociais nas quais se exerce a sua dupla jornada de trabalho³⁵.

Em suma, assim como a vida de trabalho, a jornada e a semana de trabalho têm ritmos muito diferentes, segundo os sexos. A alternância trabalho/não trabalho ou trabalho/tempo livre só se aplica à população masculina. Quando falamos de mulheres, é a alternância trabalho assalariado/trabalho doméstico que faz sentido.

Mas, que nos compreendam: não se trata de entoar um discurso miserabilista sobre as mulheres trabalhadoras, particularmente as operárias, pois este círculo vicioso exploração-dominação não é isento de contradições (basta pensar, por exemplo, na contradição entre a extensão maciça do trabalho em equipes e o funcionamento necessário da família, considerada “célula de base” da nossa sociedade). Sobretudo, as operárias (elas mesmas) se encarregam de emperrar o sistema ao não jogar o jogo do trabalho industrial. Certamente, sua resistência, suas lutas, seus escapes, não se manifestam, senão raramente, onde são esperadas. Tanto o que elas aceitam, quanto o que recusam da condição operária, além da condição salarial, diferem, evidentemente, do que os homens da classe operária aceitam ou recusam.

É isso que nós queríamos mostrar neste capítulo através da relação com o salário e o trabalho. Não se trata, portanto, de analisar aqui as lutas abertas (greves e conflitos), mas de mostrar como as práticas cotidianas de trabalho fazem apa-

35 Infelizmente, não podemos abordar aqui o problema do desgaste no trabalho. Contudo, é preciso insistir no fato de que as estatísticas existentes hoje não permitem situar, respectivamente, homens e mulheres em relação a doenças profissionais, nem mesmo em relação à esperança de vida de cada CSP [categoria socioprofissional]. É assim que o estudo do INSEE, *La Mortalité des adultes suivant le milieu social. 1955-1971* (“Les collections de l’INSEE”, série D, n. 44, 1976) registram a amostra de mulheres segundo a CSP de seus maridos! Isso é eloquente quanto à definição do estatuto das mulheres na sociedade (sejam elas assalariadas ou não é um fato secundário: o estatuto familiar é prioritário). Porém, como a congruência de CSP não é total nos casais e como, ademais, 25% das mulheres entre 20 e 65 anos são sozinhas, tentar, com tal material, conhecer a mortalidade das trabalhadoras é realmente algo como uma adivinhação!

recer, claramente, que as operárias não se deixam encerrar no determinismo das cadências e do rendimento.

É neste sentido que seria preciso estudar o conjunto das práticas não institucionalizadas de recusa da organização capitalista do tempo e do espaço e, em particular, o absenteísmo.

Certamente, o absenteísmo é sempre uma tentativa de reintegração de sua própria vida mas, se ele permite aos homens recuperar tempo de vida social, o modelo se complica no que concerne às mulheres. Se este tempo liberado servir, essencialmente, para conciliar trabalho assalariado e trabalho doméstico, então tudo que o absenteísmo representaria como contestação contra a exploração, ele representaria, ao mesmo tempo, como aceitação da dominação.³⁶

Seja como for, é justamente esta ambivalência que faz com que ele não seja passível do mesmo tratamento sociológico que o absenteísmo masculino, precisamente em razão dos estatutos diferentes dos homens e das mulheres no universo reprodutivo.

É, aliás, bastante significativo que, nas empresas, os sindicalistas homens e mulheres não tenham a mesma atitude em relação ao absenteísmo. Para os homens, faltar sem um motivo válido é um pouco vergonhoso. Não é raro que minimizem as taxas de absenteísmo. As mulheres, ao contrário, não somente não procuram legitimá-lo, segundo normas aceitáveis para o patronato, como não hesitam em reportar sem reticências conversas entre operárias que testemunham que o absenteísmo é considerado como um direito operário: “o direito de ‘ficar’ doente.”

Através dessa diferença de sensibilidade segundo a categoria de sexo em relação a uma conduta operária exercida tão maciçamente, chegamos ao problema central da relação diferencial com o trabalho assalariado.

36 No entanto, todos os estudos sobre absenteísmo feminino seguem antes no sentido de uma luta contra a exploração. De fato, as taxas de absenteísmo aumentam muito fortemente com a desqualificação (são as mulheres operárias não especializadas que faltam mais); e Evelyne Sullerot, em seu estudo *Les Françaises au travail* (Hachette, Paris, 1973), nota que não há correlação direta entre as taxas de absenteísmo e a situação familiar.

Salário verdadeiro ou salário complementar?

Com certeza, as operárias de Laval ou de outros lugares trabalham antes de tudo para ter um salário e, para algumas delas, é evidente que se trata de uma obrigação absoluta. No entanto, mesmo nesses casos e mesmo no caso da eletrônica, onde as OEs mulheres muitas vezes ganham tanto ou mais que seus maridos operários em outras empresas, seu salário continua a ser considerado como um “salário complementar”, tanto pelos empregadores, o que não é de espantar, quanto por várias operárias, o que já começa a sê-lo. Assim, os sindicalistas da Thomson observam que, muitas vezes, existe uma defasagem entre os salários masculinos e femininos por um trabalho igual e que as mulheres se rebelam pouco contra este estado de coisas, mesmo que o trabalho e as condições de trabalho sejam mais difíceis para elas que para os homens. O mesmo acontece na confecção: as fontes de descontentamento são múltiplas, mas os baixos níveis de salário são vividos como inelutáveis, de acordo com o setor, enquanto que o salário feminino é apresentado muitas vezes, pelas próprias operárias, como um salário extra. Em suma, trata-se, aparentemente, de uma reprodução perfeita da ideologia dominante segundo a qual uma mulher casada pode ter um salário inferior quando entra na produção porque o salário do homem é supostamente suficiente para cobrir não apenas as despesas de manutenção de sua própria força de trabalho, mas também a manutenção de sua mulher (que garante, precisamente, a maioria dos trabalhos de reprodução da força de trabalho do homem) e de seus filhos. Nesta perspectiva, a situação de assalariada é percebida muitas vezes como transitória e, correlativamente, estas mulheres não consideram o fato de trabalhar como um direito, objeto possível de reivindicações. Dito isto, o discurso dos atores sociais deve ser manipulado com precaução, pois não reflete, necessariamente, a realidade dos comportamentos, podendo ter uma função conformadora. É evidente, de fato, que a reivindicação de um verdadeiro salário não é fácil de levar pelas mulheres, pois ela só se torna possível numa perspectiva de autonomização econômica e ideológica. O discurso em

termos de salário complementar permite assegurar, portanto, a tranquilidade no interior do casal e a ficção do trabalho transitório da mulher pode continuar. De uma maneira mais geral, a hierarquia entre mão de obra masculina e feminina não é atingida.³⁷

Portanto, é difícil saber em que medida a noção de salário complementar marca em profundidade os comportamentos femininos e se ela é mesmo realmente interiorizada, visto que as mulheres encontradas em Laval ou tinham um emprego e não estavam diretamente ameaçadas de desemprego ou tinham interrompido, voluntariamente, sua vida profissional. Ora, tudo indica, precisamente, que a emergência de um segundo modelo de salário (salário “verdadeiro”) seja (também) ligada à crise: cf. as lutas das operárias de Rhône-Poulenc por seu direito ao trabalho; cf. igualmente, a evolução recente dos comportamentos femininos em relação ao emprego.

Daí, parece adequado levantar a hipótese segundo a qual a adesão das operárias à ideologia do salário complementar não seria senão uma atitude de conformização ideológica. Esta última:

- 1) não permitiria prejudicar a relação real das operárias com o trabalho e o emprego; pensamos mesmo que os dois modelos (salário complementar/salário verdadeiro) po-

37 Numa perspectiva diferente da nossa, Renaud Sainsaulieu escreve em *L'identité au travail*: “Mantidas objetivamente longe da promoção, do aperfeiçoamento e dos salários elevados pelos homens, sob o pretexto de que elas devem se realizar em casa e não buscar neste trabalho mais que um salário complementar, ao que parece, as mulheres aceitam esta posição de dominação porque ela mantém o equilíbrio tradicional das relações homens/mulheres no lar familiar. [...] Cada sexo vê o outro no trabalho através de um modo de identidade perfeitamente cúmplice, no sentido em que jogam, reciprocamente, o jogo de não ver no outro mais que os atributos socialmente reconhecidos do sexo, para demandar que não coloque em questão as relações de dominação que se instauraram na ordem da produção” (Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, Paris, 1977, p. 341).

dem muito bem existir *simultaneamente* nas mesmas mulheres³⁸;

- 2) desapareceria mais frequentemente assim que surgisse uma ameaça concreta ao emprego; nesta perspectiva, o período atual deveria ver a emergência muito mais massiva do segundo modelo.

Sendo assim, basear a diferença entre mão de obra masculina e feminina na atitude em relação ao salário nos parece ser uma abordagem falseada desde o início. Parece-nos, ao contrário, que esta diferença adquire toda a sua força quando investimos não mais a relação com o salário, mas com o trabalho.

A relação com o trabalho

A motivação salarial, se frequentemente é a causa primeira, não é necessariamente a única que leva um bom número de operárias a trabalhar. Existem outras motivações. Mas o que se deve imediatamente precisar a este respeito é que, para a grande maioria, não se trata nem de apego à empresa nem de interesse pelo trabalho ou pela situação organizacional de trabalho (possibilidades de formação ou de promoção). E isto nada tem de espantoso dada a longa história do trabalho feminino e da situação atual de superexploração, fatores mais que suficientes para explicar tais atitudes, sem a necessidade de acrescentar, como faz a quase totalidade dos quadros entrevistados, a seguinte “explicação”: “O trabalho não interessa a elas,

38 Isso permitiria explicar a coexistência, em Laval mesmo, da ausência de lutas explícitas pela igualdade de salários masculinos e femininos com o fato de que as reivindicações femininas observadas são prioritariamente salariais, às vezes apoiadas por lutas duras e de grande amplitude. Podemos integrar, na mesma ótica, um estudo da JOC [Juventude Operária Cristã] sobre as condições de trabalho da juventude operária (13 a 25 anos), que mostra que as moças, mesmo se elas parecem se resignar em uma maior proporção que os rapazes a aceitar um emprego sem qualificação para poder se inserir na vida profissional (33% e 29%), consideram o salário como elemento mais importante a ser melhorado, na mesma proporção que os rapazes (cerca de dois terços).

só o que conta é a família.” É, aliás, interessante notar como o sistema de explicação do desinteresse pelo trabalho dos OEs varia segundo o sexo: no caso dos OEs homens, a explicação apela para a sociedade de consumo, para a juventude, a marginalidade, a crise de civilização etc. Mas, quando se trata de OEs mulheres, a explicação macrossociológica desaparece em proveito da explicação... micropsicológica. Não se diz mais: as OEs não possuem o valor trabalho, mas as mulheres (entre as quais as operárias especializadas) não investem a não ser na família. Embora a desqualificação maciça das operárias seja um fato bastante conhecido e tão velho quanto a industrialização, não é a sua situação concreta (e coletiva) de produtoras que é evocada, mas antes a sua relação psicológica (e individual) com a esfera da reprodução biológica e social. E isto não é ideologicamente neutro. Confundir os resultados (interiorização da ideologia dominante) com a causa (superexploração e dominação) remete à legitimação do sistema: se as mulheres são subqualificadas, subpromovidas... é porque elas não querem. Quem, na França de hoje, ousaria, aliás, afirmar que um trabalhador imigrante não é “bem sucedido” profissionalmente porque apresenta condutas de fracasso ou que os operários são explorados porque assim o querem?

Para um mesmo comportamento e para uma mesma fração da classe operária, existem dois sistemas de explicação *totalmente inversos e simétricos*, conforme os atores sociais são homens ou mulheres.

Quanto a nós, parece evidente que o desinvestimento observado corresponde, tanto no caso dos OEs mulheres, quanto no dos homens, a uma estratégia racional de recusa para não perder sua última parcela de autonomia por um ganho inexistente.

Falta, no entanto, explicar a ausência de interesse por uma qualificação superior, atitude específica apenas das operárias. Não daremos esta explicação em termos de “desculpas”,³⁹ po-

39 A dupla jornada de trabalho já seria dura demais para que as operárias possam, ademais, investir profissionalmente. Mesmo um livro como o de Jeannette Laot (*Stratégie pour les femmes*, Stock Paris, 1977) não está isento desta forma de miserabilismo quando analisa a relação feminina com a situação de trabalho (recusa de promoção, por exemplo).

rém buscando, mais uma vez, reconstituir as estratégias individuais subjacentes a estas atitudes. Um primeiro nível de análise remete ao funcionamento das fábricas com grande maioria de mulheres (é nelas que o problema se coloca realmente, pois nas outras, como vimos antes, a corrente de promoção e de qualificação é reservada aos homens). Para uma operária, qualificar-se é muito diferente do que para um operário: ela não tem a possibilidade de tornar-se P1 (operário profissional e qualificado) e trabalhar, tranquilamente, num ateliê de manutenção, sem nenhuma ruptura com o grupo operário; qualificar-se é quase sempre se tornar “polivalente” e, portanto, desempenhar de fato, se não uma função de supervisão, pelo menos uma função de controle sobre as outras operárias. Ora, nas fábricas de mulheres, desempenhar uma função não significa, automaticamente, ter o estatuto desta função. Na maioria dos casos observados, a remuneração não muda,⁴⁰ pois as direções consideram que o aumento do interesse pelo trabalho já é recompensa suficiente.

Há, portanto, uma quebra da solidariedade por um ganho financeiro pequeno ou nulo. E aí está a explicação do desinteresse das operárias pela qualificação pois, contrariando as ideias concebidas, as mulheres não se desinteressam totalmente pela situação no trabalho. Ao contrário, a observação mostra claramente que valorizam tudo o que, nesta situação

40 Mesmo em caso contrário (certas fábricas de confecção, por exemplo, onde a polivalência dá acesso a uma categoria superior), é possível questionar se o ganho financeiro realizado (em 1976, na Laval, +0.51F a hora em relação à categoria mais baixa) realmente compensa a camaradagem perdida com as antigas iguais e a surda hostilidade contra aquelas que desempenham uma função hierárquica: “Mesmo assim, prefiro o meu lugar que o das monitoras. Elas ganham mais que nós, mas são detestadas pelas operárias e mal vistas pelos patrões” (testemunho de uma operária da indústria do vestuário, *18 millions de bonnes à tout faire*, Syros, Paris, 1978).

de trabalho, permite *acesso ao coletivo*:⁴¹ socialização permitida pelo trabalho,⁴² descoberta da solidariedade,⁴³ sair do isolamento, estabelecer relações, “participar”, como dizia uma operária, evocando a sua necessidade de participar do conjunto das atividades sociais.

“Na fábrica, mesmo sendo duro, a gente está com as outras.” “Pois eu digo: trabalho é alienação. Mas digo também: o trabalho abre os olhos.” “Os únicos momen-

41 E é exatamente a partir deste dado fundamental da relação operária feminina com o trabalho que nos parece possível reinterpretar os resultados da pesquisa realizada na Bélgica pela International Health Foundation sobre os efeitos da menopausa em 1000 mulheres de 45 a 55 anos (Genebra, 1976). Esta pesquisa mostra que o fato de trabalhar está correlacionado a uma diminuição sensível das perturbações (fisiológicas e psicológicas) ligadas à menopausa e ao envelhecimento e um aumento igualmente sensível do “índice de adaptação pessoal” (isto é, o sentimento “de estar bem consigo mesma”). A hierarquia é a seguinte:

Perturbações mínimas, índice levado de adaptação pessoal

- 
1. Mulheres que exercem um trabalho assalariado, de meio abastado.
 2. Mulheres que exercem um trabalho assalariado, de meio modesto.
 3. Mulheres sem profissão, de meio abastado.
 4. Mulheres sem profissão, de meio modesto.

Perturbações máximas, índice baixo de adaptação pessoal.

42 A condução das greves de mulheres é sem dúvida o que melhor ilustra este propósito. Pudemos observar diretamente uma delas (Exciting Laval, confecção, 15 de abril-6 de junho de 1977): num efetivo de 120 assalariadas, 110 operárias (exclusivamente mulheres) eram grevistas e ocupavam a fábrica; sua presença maciça, o agrupamento geográfico em duas peças, exíguas em relação a seu número, a presença de crianças nas quartas-feiras, as discussões enquanto costuravam ou tricotavam, tudo isso contribuía para criar um clima muito característico desta ocupação. Todas as operárias insistiam, aliás, em que a greve tinha permitido que descobrissem umas às outras e que um entendimento profundo estava nascendo entre elas. Haveria muitas coisas a dizer sobre esta luta longa e difícil, mas o importante é (tendo em vista nosso objetivo) que ocupar a fábrica era uma escolha destas mulheres: vontade aguda de controlar a luta e as negociações, mas também prazer de se encontrar.

43 Esta descoberta da solidariedade é ainda mais árdua para uma mulher do que para um homem; as formas de solidariedade femininas, ao que tudo indica diferentes das dos homens, ainda não foram devidamente estudadas.

tos em que a gente não se aporrinha é quando ficamos amigas e paramos as máquinas.”⁴⁴

Mas, parece-nos equivocado limitar o desinteresse das mulheres operárias pela qualificação unicamente a este vetor da relação feminina com o trabalho, que é o acesso ao coletivo. Deve-se levar em conta igualmente o segundo vetor: a *ausência do valor trabalho*, da ideologia do trabalho. Que nos compreendam bem: dizer isso não exclui que, em certos casos, as operárias possam ter gosto pelo trabalho bem feito (muito forte em certas fábricas de confecção), sejam sensíveis ao valor de uso de seu trabalho ou manifestem consciência profissional. Dizer que não são portadoras do valor-trabalho remete ao fato de que não investem, ao contrário dos homens, no trabalho-instituição.

Duas são as razões para tanto:

- o trabalho não se reduz para elas ao trabalho produtivo: trabalhar é também assegurar os cuidados às crianças, se ocupar da casa etc;
- o trabalho profissional é, para as mulheres, apenas uma das modalidades possíveis da existência. Claro, a escolha (ou, mais exatamente, esta ilusão de escolha) não tem nada de subversiva em si. O mais importante é a brecha que as trabalhadoras (cujo lugar na população ativa não para de aumentar) abrem na ideologia do trabalho ao se colocar a questão (que todas elas se colocam ou a elas é colocada, mesmo fugazmente): e se eu parasse de trabalhar?

Pois assim, não sendo o trabalho produtivo a definição nem primeira nem exclusiva do indivíduo, as mulheres têm uma outra atitude em relação a ele: não alimentam a menor ilusão a respeito do trabalho assalariado como modo de desabrochar a si mesma. Donde as atitudes de conformação em relação à ideologia dominante, donde a relação com a qualificação, donde igualmente a forte vontade de integrar, tanto quantitativa quanto qualitativamente, vida de trabalho e vida

44 *Santé à vendre...*, suplemento a *CFDT Action*, n. 7, abril de 1973, Comité régional CFDT des Pays de la Loire.

simplesmente; a tensão entre vontade de trabalhar e vontade de manter uma certa distância em relação ao trabalho⁴⁵, tensão, aliás, que se encontra também no nível da militância.

E o que acontece com os homens da classe operária? É evidente que a função de socialização também é importante para eles. Mas a grande diferença é que, no caso deles, esta função não é consciente, pois vida salarial e vida simplesmente se confundem completamente (e esta diferença não é sem consequências quanto às formas de mobilização e de solidariedade dos homens e das mulheres da classe operária).

O segundo ponto: a ideologia do trabalho necessita de desenvolvimentos mais amplos. Certamente seria fácil opor os operários qualificados (ou seja, quase um operário em dois, pois 48,8% da população operária masculina é composta de operários qualificados e contramestres), cujo apego ao valor trabalho é bem conhecido, às operárias especializadas e às não especializadas (ou seja, mais de três operárias em quatro).

Por outro lado, o problema é mais complexo quando se compara a relação com o trabalho apenas entre OEs, homens e mulheres. Toda uma literatura recente insiste, aliás, em sua não definição como produtor, seu desinvestimento total do trabalho produtivo e sua não participação na ideologia do trabalho. Vamos tentar, então, ver mais de perto o que ocorre realmente, a partir de um estudo sobre os OEs de uma grande empresa de metalurgia⁴⁶. Este estudo mostrou duas coisas:

- uma atitude fundamentalmente política na medida em que ataca, além da OCT, os fundamentos do sistema capitalista, e uma atitude profundamente corrosiva pelas disjunções que opera. Progresso técnico e progresso social não seguem mais juntos. A neutralidade social da técnica e da OCT é questionada, a função de vigilância e controle do enquadra-

45 Encontramos muitas operárias que queriam, absolutamente, trabalhar (e investiam muito na situação de trabalho) mas, se fosse possível, em meio período. Este último desejo marcava, é claro, a vontade de conciliar trabalho doméstico e trabalho profissional, mas também – o que era dito claramente – a vontade de guardar um tempo para si, para fazer as coisas que se ama.

46 Cf. Danièle Kergoat, *La Combativité ouvrière dans une usine de construction de camions*, op. cit.

mento é posta a nu e contestada, enquanto os mecanismos da reprodução da ideologia que a fundamentam são bloqueados. Em suma, a reivindicação desses OEs é subversiva pois coloca em causa a *totalidade* do sistema, pois o ataca não criticando sua disfuncionalidade, mas enquanto racionalidade global. É certo que a ideologia do trabalho, pelo menos tal como existe entre os operários qualificados e, mais além, no movimento operário francês, com valores centrais de trabalho e de qualificação, não existe entre os OEs. Não há mais identificação do operário com sua produção.

- o afastamento da ideologia do trabalho é limitado e ambíguo. Limitado, pois é a tarefa e não o trabalho em si que é recusada. Ambíguo, pois se a promoção e a qualificação são aparentemente colocadas totalmente em causa, resta o fato de que estes OEs não dizem *jamaís* que querem passar à categoria P1 para ganhar mais, mas afirmam que é para fazer um trabalho “mais interessante”... que eles demandam menos uma reclassificação automática e coletiva em P1 do que passar por um teste. Ou seja, que aceitam ter de provar individualmente as suas capacidades profissionais. Tudo se passa, portanto, como se houvesse uma defasagem entre a tomada de consciência coletiva (questionamento da ideologia do trabalho) e o nível de consciência individual: não é *minha* formação que é desvalorizada, mas *a* formação.

Há, portanto, uma confusão manifesta entre a qualificação, expressão da relação social capital/trabalho num dado momento histórico, e as categorias profissionais. As relações salariais não são analisadas enquanto tais (às vezes, o salário parece remunerar um trabalho; às vezes, a própria força de trabalho) e o valor-trabalho permanece vivo. O operário seria um artesão despossuído.

Portanto, concluir que os OEs estão totalmente liberados da ideologia do trabalho, da qualificação, parece apressado. Mesmo os OEs mais combativos, que esboçam uma crítica global do sistema, quando se pede que definam seu trabalho, certamente respondem insistindo em seu caráter derrisório, mas logo em seguida, é precisamente em *referência ao trabalho* (mesmo que se trate de uma situação teórica, abstrata, de trabalho) *que eles buscam redefinir seu próprio valor*, em função não do que produzem, mas do que poderiam produzir.

Se existe uma recusa do trabalho é, portanto, em suas formas atuais articuladas em torno da Organização Científica do Trabalho. Mas os OEs continuam a se definir, prioritariamente, pelo trabalho e através da situação de trabalho. Mas como se espantar, dado que são OEs homens e que, em nossas sociedades, o estatuto do homem depende prioritariamente de seu ofício e toda a sua identidade é forjada por e através do trabalho, que se transforma assim no lugar privilegiado de sua afirmação. E como existe uma imbricação total entre trabalho assalariado e a vida como um todo, os fenômenos de osmose são consideráveis. Não é somente este trabalho produtivo que marca o operário homem através da ideologia do trabalho, é também o homem que marca o universo industrial com a ideologia da virilidade⁴⁷.

Ao escrever *O direito à preguiça*, Paul Lafargue não deveria ter limitado sua denúncia apenas à ideologia do trabalho, pois se ela é tão eficaz naquilo que ele denominava sujeição do proletariado, é porque se alimenta da ideologia da virilidade – e, ao mesmo tempo, reforça-a. O conluio capitalismo-patriarcado não tem como única função superexplorar e dominar as mulheres. Ele também permite explorar ainda mais e mais facilmente os homens da classe operária.

Evidentemente, seguindo a lógica do raciocínio deveríamos tratar agora das práticas operárias de contestação aberta,

47 A campanha sobre “a revalorização do trabalho manual” é extremamente reveladora a este respeito: a divisão social do trabalho é negada através do retorno ao mito do artesanato (não é o arquiteto, é o pedreiro, o carpinteiro... que “fazem” a casa); o indivíduo deve se identificar ao produto fabricado, tudo isto estreitamente imbricado à apologia da força física, do esforço e da beleza – tão viril! – do trabalhador manual. Mas é também o conjunto da classe operária que participa desta ideologia; é assim que certas reivindicações, em particular sobre as condições de trabalho, foram refreadas: CFDT aujourd’hui (n. 31, maio de 1978) reporta que inúmeras reestruturações dos postos que teriam permitido reduzir a penosidade do trabalho (em termos de dispêndio de menos força física, por exemplo) não foram reivindicadas até aqui “por temor do ridículo”. Só muito recentemente os sindicatos começaram a analisar este tipo de práticas relacionando-as, mais ou menos explicitamente, à ideologia da virilidade. Já não estaria mais que em tempo de avançar uma problemática que articule masculinidade social, ideologia do trabalho e movimento operário?

ou seja, das lutas, das greves, das reivindicações, dos modelos de ação coletiva e das formas de militância, examinando se, também neste caso, há autonomia dos comportamentos operários segundo a categoria de sexo.

Mas seria impossível abordar o conjunto dessa demonstração no quadro de um único artigo. Preferimos, então, depois de ter mostrado a não univocidade do universo do trabalho, insistir no fato de que, mesmo no nível dos mecanismos sociais os mais rígidos, é de forma autônoma, segundo a categoria de sexo, que as práticas operárias testemunham resistência e ofensividade.

É verdade que insistimos particularmente nas condutas operárias femininas. Primeiramente, é claro, porque supúnhamos conhecidas as práticas masculinas, mas também porque desejávamos mostrar que não é porque as operárias se opõem frontalmente pouco às barreiras sociais (promoção, qualificação, desigualdade de remuneração...) que elas constituem este grupo totalmente dominado cuja imagem nos é apresentada com tanta frequência. Em outros termos, se a ofensividade de suas práticas passa tantas vezes despercebida, é porque ela se manifesta em outros terrenos que não aqueles aos quais tanto os sociólogos quanto os sindicalistas relacionam, habitualmente, à reivindicação operária, ou seja, aqueles dos homens.

E é precisamente na demarcação destes terrenos e do deslocamento das questões salariais que poderia se enraizar um estudo das práticas reivindicatórias operárias em termos de categorias de sexo e em ligação com uma problemática consciência de classe/consciência de sexo. Só depois de estabelecer tal autonomia é que seria conveniente abordar: 1) a análise da concorrência operária através da clivagem homens/mulheres e, 2) a análise das reivindicações unificadoras, levantando a hipótese de que uma entrada maciça das mulheres na luta reivindicatória aberta tenderia - pela recusa que elas fazem de isolar, em suas lutas, um aspecto da opressão em detrimento do outro, a remodelar profundamente a problemática reivindicativa: as lutas tenderiam a se voltar, *simultaneamente*, contra a organização social das relações interpessoais. Seriam questionados o estatuto do trabalho produtivo na vida de um ser humano e, mais além, a acepção corrente da palavra "trabalho", tal como foi imposta pelas sociedades industriais. Estas

lutas seriam ainda mais subversivas na medida em que atacariam de frente o corte produção/reprodução característico do capitalismo (até o advento deste último, a produção doméstica e a produção social eram intrinsecamente ligadas).

Ao chegar ao final deste artigo, esperamos ter conseguido demonstrar o caráter heurístico de uma problemática que articula classes sociais e categorias de sexo (refinamento do estudo das estratégias patronais em relação à mobilização diferenciada da força de trabalho; nova apreensão das clivagens e das formas de solidariedade que atravessam a classe operária; masculinidade social, ideologia do trabalho e movimento operário; demarcação de novos indicadores para medir a mudança social, etc.), assim como o seu alcance epistemológico na medida em que coloca em questão, sem que seja necessário mergulhar em exegeses sofisticadas, todos os cortes tradicionais que fazem pulsar nossa vida social, dos quais tantas vezes a teoria sociológica é um reflexo fiel: vida privada/vida pública, trabalho/lazer, produção/reprodução...

2

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO AS JOVENS TRABALHADORAS, O SALARIADO E A FAMÍLIA

Com Odile Chenal

Primeira publicação: *Critiques de l'économie politique*, n. 17, novembro de 1981.

O estudo apresentado parcialmente aqui teve, de início, o seguinte objetivo: compreender como a relação dos jovens com o trabalho e o emprego se articula com o pertencimento de classe e de sexo.

A VARIÁVEL SEXO

Se as estratégias dos homens em relação ao trabalho e ao emprego podem ser relacionadas a dados que pertencem ao mundo da produção (mercado de trabalho, formação, estabilidade do emprego, salário, etc.), as mulheres se determinam *desde o início e simultaneamente* em relação ao trabalho produtivo e ao trabalho reprodutivo¹. Ou seja, em relação a

1 “Reprodução” é tomada aqui no sentido amplo de reprodução do salariado. O “trabalho reprodutivo” concreto remete ao trabalho doméstico e aos cuidados das crianças.

um sistema de coordenadas cuja homogeneidade teórica não é, para dizer o mínimo, evidente. De fato, é costume destinar tudo aquilo que se refere ao universo reprodutivo unicamente ao âmbito do estudo das mulheres e restringir o estudo dos homens apenas ao trabalho assalariado.

Em geral, é a partir da produção (universo referencial único dos homens) que os modelos de relação dos jovens com o trabalho e o emprego são construídos. As mulheres estão, portanto, excluídas *a priori*, porque nunca é o seu próprio sistema de referência que serve para enquadrar a análise e porque este sistema não é redutível ao dos homens. E por um encadeamento lógico que conhecemos até bem demais, esta exclusão, *inscrita de fato nos postulados de partida da pesquisa*, é apresentada como um de seus resultados. Consequentemente, a atitude das mulheres, em particular das mulheres proletárias, não é interpretada como uma estratégia construída por atores sociais autônomos, mas como uma simples atitude reativa².

De nossa parte, tentamos, ao contrário, relacionar os dois grupos ao mesmo sistema de coordenadas, estendendo o conceito de “trabalho” mais além do universo produtivo, ao conjunto (produção + reprodução) e confrontando tanto os homens quanto as mulheres a este conjunto.

Permanece o fato de que, embora a grade de perguntas fosse a mesma, as respostas expunham o indivíduo de maneira bem diferente quando se tratava de um homem ou de uma mulher.

2 “São estes desempregados (essencialmente mulheres, imigrantes, pessoas com deficiência) que exprimem o desejo mais exacerbado de trabalho, procurando apagar sua exclusão através da reintegração ao mundo da produção.” (Olivier Galland e Marie-Victoire Louis, “Jeunes chômeurs”, *Esprit*, n. 7-8, julho-agosto de 1979). Numa perspectiva completamente diferente, encontra-se, efetivamente, a mesma abordagem na análise (na não análise?) da atitude das mulheres no trabalho em “Absentisme et conflictualité: l’usine reniée”, de Mariella Berra e Marco Ravelli, em particular p. 133 (Jean-Paul de Gaudemar [organização de], *Usines et ouvriers: figures du nouvel ordre productif*, Maspero, Paris, 1980).

As mulheres falavam de si mesmas, de seu próprio trabalho,³ enquanto os homens falavam do trabalho de suas futuras mulheres. As mulheres estabeleciam, portanto, uma relação *direta* com a reprodução, os homens uma relação *mediatizada* desde o início. Além disso, no caso das mulheres, esta relação é propriamente uma relação de necessidade – uma relação *forçada*. O que explica por que a representação que os dois sexos têm do tempo, a longo prazo, é profundamente diferente: as mulheres sempre abordam o tempo biográfico sob a perspectiva do *tempo cotidiano*, cuja organização concreta devem prever; os homens, ao contrário, falam dele sempre em termos de longas sequências que não se sucedem numa perspectiva dinâmica e coerente, mas se justapõem sem princípio de continuidade, sem que qualquer referência seja feita à rotina futura⁴. Isso se verifica mesmo entre aqueles – a minoria – que têm uma relação direta com a reprodução. É que esta relação não é obrigatória socialmente, sendo, então, a expressão de uma escolha ideológica livre.

Tudo isso supunha que, num quadro problemático comum, os modos de abordagem dos dois grupos, homens e mulheres, fossem diferentes:⁵

– para os homens, nós partimos da *natureza da relação, direta ou mediatizada, estabelecida com o trabalho reprodutivo*;⁶

3 Embora as entrevistas tivessem lugar num FJT (*foyer de jeunes travailleurs* [casa de jovens trabalhadores]), isto é, num local onde todos os jovens, homens e mulheres, estão dispensados da maioria das tarefas materiais ligadas à reprodução de sua força de trabalho (limpeza, preparação das refeições, etc.).

4 Por exemplo: as mulheres falaram dos cuidados concretos com as crianças ou de quem vai lavar a louça; os homens evocaram, abstratamente, o casamento.

5 O que explica por que não nos foi possível, no quadro de um só artigo, dar conta de modo inteligível do conjunto dos resultados: só trataremos aqui das jovens trabalhadoras proletarizadas.

6 Pareceu-nos que um indicador pertinente da natureza dessa relação era a atitude em relação ao trabalho assalariado das mulheres casadas. Mais exatamente de “sua” (futura) mulher, precisão indispensável, pois é claro que, graças à evolução dos costumes e à extensão do salariado feminino, todos são “a favor” do trabalho salariado feminino (cf. a pesquisa da CFDT “*Les jeunes et le travail*”). Atitude masculina clássica, que sempre separa o caso de *sua* mãe, *sua* mulher e *sua* filha do conjunto do grupo social “mulheres”.

– para as mulheres, as *diferentes modalidades de articulação trabalho produtivo/trabalho reprodutivo*.

A VARIÁVEL CLASSE

Esta variável tem grande peso, seja no caso dos jovens homens, seja no caso das jovens mulheres. Mas de um modo bem diferente.⁷

Hoje, todos sabem que os jovens trabalhadores dos dois sexos ocupam empregos desqualificados em relação à sua formação inicial comum, enquanto as passagens entre os setores secundário e terciário são frequentes. No entanto, esta situação ganha um significado diferente no caso dos homens ou das mulheres por duas razões:

- sabe-se que, estatisticamente, depois dos 25 anos os homens em geral “recuperam” a sua qualificação inicial, enquanto a mão de obra feminina se caracteriza por uma mobilidade horizontal difusa e contraditória: qualquer que seja a faixa de idade, sempre ocorrem movimentos de desqualificação⁸. Trata-se, portanto, de um dado realmente *estrutural* da mão de obra feminina e não, como acontece com a maioria da mão de obra masculina, de um *momento* de seu percurso profissional;
- ao contrário dos jovens proletários homens, para quem a passagem do secundário para o terciário não implica uma mudança real da *natureza* do trabalho (trata-se sempre de um trabalho manual), mais uma vez as coisas são diferen-

7 A este respeito, cf. Danièle Kergoat, “Ouvriers = Ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale”, *Critiques de l'économie politique*, nova série, n. 5, outubro-dezembro de 1978, p. 65-97, e Les Ouvrières, op cit.

8 A este respeito, cf. Annie Labourie-Racapé, Marie-Thérèse Letablier e Anne-Marie Vasseur, *L'activité féminine*, PUF, “Cahiers di Centre d'études de l'emploi”, n. 11, Paris, 1977, assim como Laurent Thévenot, “Les disponibilités de main-d'oeuvre par profession”, *Économie et statistiques*, n. 81-82, outubro de 1976, e Françoise Cribier, “Une génération de Parisiens arrive à la retraite”, relatório de pesquisa, CORDES, 1978.

tes para as mulheres: a natureza do trabalho varia consideravelmente entre a fábrica e o escritório.

Esse vaivém no mercado do trabalho não tem, portanto, o mesmo significado no caso dos homens e das mulheres e ainda se intensifica, no caso das mulheres, com o movimento de entrada e saída do mercado⁹. A nosso ver, esses movimentos não são transitórios, mas *constitutivos da força de trabalho desqualificada feminina*. Sendo assim, eles marcam, necessariamente, o pertencimento de classe, objetivo e subjetivo, a gênese e as modalidades da consciência de classe das trabalhadoras proletarizadas.

Distinguimos três grupos de mulheres:

- as operárias de produção;
- as empregadas do terciário proletarizadas;
- as funcionárias públicas com estabilidade.

Considerando o que foi dito anteriormente, compreende-se que centremos nossa análise nos dois primeiros grupos, que fazem parte das trabalhadoras superexploradas¹⁰. Trata-se, com efeito, de trabalhadoras proletarizadas: a instabilidade do emprego,¹¹ a frequência das demissões e, sobretudo

9 É importante lembrar que raras são as operárias que mantêm uma atividade sem interrupção; elas param relativamente muito mais do que as não operárias com o primeiro filho (31% operárias, 29% empregadas, 14% quadros) e sobretudo com o segundo (respectivamente, 64%, 29%, 12%). Fonte: pesquisa INED, 1974.

10 Este termo “superexploradas” é utilizado aqui para unificar o grupo num sentido bem preciso: mulheres que recebem um salário apenas suficiente para reproduzir sua força de trabalho e insuficiente assim que têm um filho. Sua utilização não deve, portanto, se prestar a confusões: seu alcance é unicamente empírico e não teórico.

11 A estabilidade/precariade do emprego foi uma das primeiras categorias consideradas para organizar a análise. No entanto, contrariando nossas expectativas, esta dimensão não se mostrou – ou mostrou-se pouco – operatória. Todos estes jovens vão e vêm entre mercados “primário” e “secundário”, entre “núcleo central” e “setores periféricos” numa espécie de incessante movimento browniano. A única oposição clara que pudemos observar ocorreu entre os funcionários públicos e os outros. Todos os outros: os que têm empregos estáveis (contratos de duração indeterminada, 40 horas semanais) e aqueles que têm empregos precários (trabalhos temporários, contratos de duração determinada etc.). Os jovens trabalhadores não são trabalhadores estáveis ou precários, mas passam de empregos estáveis para empregos precários e vice-versa.

o nível extremamente baixo dos salários testemunham a superexploração que elas sofrem. Por outro lado, os empregos dessas jovens mulheres são representativos daqueles entre os quais a massa de trabalhadoras não qualificadas circula durante toda a vida. Todas as operárias de produção já ocuparam um ou vários empregos não qualificados no terciário, enquanto todas as empregadas do terciário proletarizadas já fizeram manutenção (cf. o quadro abaixo que apresenta as três biografias). Ainda mais porque seu lugar diferente na produção (fábrica, escritório) permite estabelecer ligações entre exploração/opressão de um lado e, de outro, diferentes modalidades de articulação produção/reprodução.

Acertada a abordagem teórica, fica faltando precisar os limites deste estudo quanto a seu “campo”. As três dezenas de entrevistas,¹² feitas essencialmente num FJT da região parisiense, nunca tiveram a pretensão de cobrir o leque de práticas e atitudes do conjunto dos jovens trabalhadores em relação ao trabalho e ao emprego. Tampouco podemos presumir a frequência, na população global, dos modelos assim estabelecidos.¹³ Trata-se, simplesmente, de propor um quadro teórico de análise.

12 Estas entrevistas foram realizadas num *Foyer de Jeunes Travailleurs* [casa de jovens trabalhadores], ou seja, uma casa onde residem, em princípio numa situação transitória, jovens operários(as) e funcionários(as) do interior ou da região parisiense. Alguns vieram por conta própria, outros a conselho de seus empregadores e outros, enfim, foram “colocados” ali pela Direção de Ação Sanitária e Social. As entrevistas foram realizadas entre março e julho de 1980; semidiretivas, tiveram uma duração média de mais de duas horas (de 1:30 a 3:30hs.); duas delas são coletivas; as outras, individuais. Assinalamos, igualmente, as entrevistas com o enquadramento da FJT, assim como as conversas no bar, no refeitório ou nos corredores. Precisemos, enfim, o que tem a sua importância (pelo menos para as autoras!), que este estudo foi realizado sem nenhum apoio financeiro.

13 Observamos, a este respeito, que a pesquisa CFDT “Les jeunes et le travail”, realizada em março de 1981 com uma amostragem de quinhentas pessoas, permitiu-nos, porém, constatar que em muitos pontos os modelos assim obtidos eram aplicáveis a uma população bem mais ampla do que aquela que estudamos diretamente.

Três Itinerários Profissionais

Jovem operária de 22 anos			
	Trabalho	Desemprego	Formação
			Fim de estudos orientados: não obteve seu CEP; curso de costura.
17 anos		2 meses	
18 anos	Caixa vendedora em pequena loja, 1 ano (não retomado depois da licença maternidade).		
19 anos	Aprendiz-arrematadora (confeção), alguns meses, salário derrisório (estatuto de aprendiz)		
20 anos	Saída voluntária → Fábrica de frutas e flores artificiais; 5 anos, demissão econômica.		
25 anos		Desemprego com 90%, procura emprego no comércio.	

Empregada proletarizada de 23 anos			
	Trabalho	Desemprego	Formação
17 anos			Primeiro GI (secretariado).
	Emprego em escritório (1 mês), demitida licenciada.		
		1 mês	
18 anos	Empregada doméstica (1 mês), demitida licenciada		
		10 meses	
19 anos	Emprego em escritório (2 anos), demissão.		
20 anos			
21 anos		Desemprego	
22 anos	Temporário (dattlografia, restaurantes, etc.)		
23 anos	Dattlografa, emprego estável (há 1 mês).		

Empregada “estabilizada” de 22 anos			
	Trabalho	Desemprego	Formação
			2º grau completo/ 2 anos de Faculdade (Letras clássicas).
21 anos		1 ano (preparação para concursos administrativos, pequenos empregos).	
22 anos	Secretária administrativa.		

“Trabalhadoras superexploradas”: expressão quase tautológica no que concerne à maioria das mulheres assalariadas. De fato, tenham elas um perfil mais terciário ou mais secundário, estas jovens mulheres recebem por sua força de trabalho um salário¹⁴ que garante apenas a reprodução estrita de sua própria força de trabalho (mais ainda porque viver nas FJTs custa caro) e que se torna totalmente insuficiente quando são responsáveis por um filho (o que é o caso de muitas delas). Mas, como mulheres, as “desvantagens” que elas compartilham são bem outras: o mercado de trabalho é ainda mais fechado para elas do que para os operários, dado o tipo de formação (ou a total ausência de formação) que receberam (cabeleireira, empregada de escritório, costura, hotelaria, etc.) e as dificuldades que enfrentam quando pretendem se reconverter para um ramo considerado masculino. Voltaremos ao assunto, mas sublinhemos desde já que nenhuma delas, seja na fábrica, seja no escritório, ama seu trabalho. No máximo, consideram que é suportável e, às vezes, elas o detestam; e todas (exceto uma) recusam a formação que receberam no começo.

14 O salário médio é muito próximo do SMIG* e a diferença entre umas e outras é pequena, enquanto no grupo dos operários, não somente o salário médio é sensivelmente mais elevado, como também a dispersão era muito grande, considerando os salários relativamente altos (7.000 a 8.000 F/mês em 1980) de certos operários temporários trabalhando em setores altamente especializados (limpeza de centrais nucleares, por exemplo).

**Salaire Minimum Interprofessionnel Garanti* (Salário Mínimo Interprofissional Garantido) (NdT).

AS OPERÁRIAS DE PRODUÇÃO¹⁵

Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo são dificilmente conciliáveis depois que se tem filhos. É em torno dessa contradição que se organizam as estratégias operárias femininas.

Todas afirmam que querem trabalhar a vida inteira e (a grande maioria delas) ter filhos. Ora, para as mulheres, a natureza do trabalho industrial torna muito difícil, de fato, levar as duas coisas avante. Além disso, a ideologia segundo a qual é indispensável que seja a mãe que se ocupe das crianças é muito forte no meio operário, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres.¹⁶ Sendo assim, cuidar dos próprios filhos transforma-se num dever moral do qual é difícil esquivar-se. Enfim, a atitude de descompromisso total da maioria dos jovens operários em relação ao trabalho reprodutivo, associada à crença de que as mulheres nascem com uma qualificação “natural” para isso,¹⁷ faz com que as mulheres saibam muito

15 As operárias têm, em média, 23 anos; são solteiras; duas delas têm um filho e uma está grávida do segundo. Todas já estiveram desempregadas e tiveram, no mínimo, três empregos diferentes. São de origem operária ou subproletária e vindas de famílias de oito a doze filhos (o número de irmãos, igualmente elevado entre os operários, é um fator de discriminação em relação aos outros grupos). A entrada no mercado de trabalho aconteceu entre os 16 e os 17 anos; elas não têm ou têm pouca formação.

16 Cf. os modos de cuidar das crianças no meio operário e o papel extremamente importante que a família ampliada desempenha. Quase sempre, é considerado preferível deixar as crianças com uma avó ou uma parente do que na creche ou com uma “estranha”. Sobre o conjunto desses problemas, cf. Nadine Lefaucher, “De l'évolution (et) des modèles familiaux e sexuels”, exposição no colóquio “Institutions familiales e travail des femmes”, organizado pela Société française de sociologie, Nantes, junho de 1980, e “Le travail des femmes vu par les jeunes filles”, *Bulletin du Centre d'études de l'emploi*, n. 43, abril de 1981.

17 “Não vejo uma mulher fazendo isso [um trabalho fisicamente pesado], acho que uma mulher tem mais qualificação que um homem para as coisas da casa, para se ocupar de um bebê... – Por que é assim ou por que foi o que lhe ensinaram? – Digamos, que é porque é assim..., digamos que é a natureza... Não é questão de aprender, eu mesmo, se me ensinassem, ficaria muito invocado se tivesse que fazer isso” (um jovem operário de nossa amostragem).

bem que elas, e somente elas, terão de enfrentar as tarefas ligadas à criação das crianças. Não se trata, portanto, de um problema abstrato que basta enfrentar quando se apresentar ou para o qual existem respostas prontas. Ao contrário, a guarda das crianças aciona e desenvolve todas as suas capacidades de imaginação, pois elas sabem que é nesse momento que está em jogo o seu futuro: mulheres em casa/mulheres “trancafiadas”, mulheres assalariadas/mulheres “livres”. Deixar as coisas seguirem seu curso não é aceitável para elas, pois significa deixar os determinismos sociais agirem livremente¹⁸ e, por conseguinte, interditar toda liberdade pelo duplo confinamento no trabalho não qualificado e na família.

É, portanto, em relação a esta recusa da via já traçada que lhes assegura sua dupla condição de operárias e de mulheres que elas desenvolvem as estratégias que mesmo que, por mais diferentes que sejam umas das outras, têm em comum o fato de visar a conquista de espaços de liberdade.

Observamos em nossa amostragem três tipos de estratégias estreitamente correlacionadas com a percepção que elas têm da condição operária e da condição feminina.

Aquelas para quem a condição operária é mais opressora que a condição de mulher

Neste caso, trata-se de escapar a qualquer custo da condição operária. São jovens que vivenciaram na fábrica as piores condições de superexploração: salários não declarados ou pagos diretamente aos pais, demissões abusivas, doenças profissionais não reconhecidas, condições de trabalho dignas de um campo de trabalhos forçados do século XIX... Como não têm nenhuma formação negociável no mercado de trabalho (nem CAP nem mesmo CEP), elas não podem sequer esperar encontrar um trabalho melhor na fábrica. Elas não querem, então, voltar para lá de modo algum e estão

18 Determinismo que a vida de suas mães testemunham: elas trabalhavam antes de parar, em geral definitivamente, para cuidar dos filhos. Estes determinismos têm igualmente uma transcrição estatística, cf. a oposição estabelecida entre empregadas e operárias não qualificadas, que são majoritariamente ativas descontínuas, em *L'Activité féminine*, op. cit.

determinadas a encontrar um trabalho, qualquer trabalho, no comércio:

“Depois do nascimento, vou tentar encontrar um trabalho onde me contratem diretamente... Não, nunca mais numa fábrica, não quero mais. Fiquei cinco anos, sei o que é uma fábrica. Você só sai de noite, estraga os olhos, passa o dia trancada lá dentro... E depois, para ser paga àquele preço lá...”

Nada espantoso, nessas condições, que a condição operária lhes pareça infinitamente mais opressora (a depauperação do corpo é um *leitmotiv*) que a condição de mulher. De fato, em reação a isso, elas investem predominantemente no trabalho doméstico e na vida familiar e é em torno deles que se estruturam todos os projetos de futuro.

O trabalho doméstico é reivindicado como um território (“estar na sua casa”),¹⁹ o único, aliás, onde é possível provar que são qualificadas (“é o meu departamento”) e, portanto, o único que permite esperar um reconhecimento social evidentemente indispensável no trabalho assalariado.

Aquelas para as quais condição operária e condição feminina são igualmente opressoras, mas também igualmente suscetíveis de arranjos positivos que permitem esperar uma parte real de autonomia e de liberdade.

Muitas vezes, estas jovens vivenciaram condições de trabalho tão difíceis quanto as precedentes. Mas, em vez de esmagá-las completamente, isso fez nascer uma revolta violenta e uma vontade de escapar a qualquer custo. Escapar através

19 “Teria que cuidar e arrumar a criança de manhã cedo e depois ia buscar de tardinha. E também cuidaria da comida e da limpeza, certo? – Mas, e se vocês dois trabalharem, vão dividir esse trabalho? – Bem, isso depende porque gosto de fazer faxina, gosto muito de cozinhar... É por isso que prefiro fazer limpeza e cuidar de criança, esse é meu departamento, não?” Note-se, de passagem, que o estatuto de mãe-esposa é reivindicado unicamente por este grupo de mulheres, enquanto é este mesmo estatuto que define os papéis femininos aos olhos da quase totalidade dos jovens operários.

da marginalização social e da recusa do trabalho ou escapar pela formação profissional. Algumas, aliás, oscilam entre as duas alternativas segundo as possibilidades objetivas que se oferecem a elas.

Na verdade, “escapar” unicamente no plano do trabalho assalariado é quase impossível. Não que elas peçam a lua. Continuar a trabalhar como operárias não é uma perspectiva insuportável para elas, que acrescentam, porém, uma condição: poder obter uma formação real, com valor no mercado de trabalho e que corresponda ao que gostam de fazer. É aí que começam os problemas, pois querer fazer formação para um setor industrial pressupõe, de imediato, que se trata de uma formação “masculina”. Uma delas quer fazer estágio de mecânica geral e trabalhar nesse setor, outra quer seguir uma formação de ajustadora e ter um trabalho em contato com as máquinas. Mas, tanto os indivíduos (orientadores, formadores, pais, meio social), quanto as estruturas (setores de empregos industriais) resistem vigorosamente²⁰. A revolta contra a superexploração, que já é grande, duplica pela revolta contra o sexismo que, sob o pretexto de que são mulheres, quer impor a elas um trabalho e uma vida para os quais não sentem qualquer disposição.

No que concerne ao trabalho doméstico, a divisão das tarefas do casal parece-lhes algo que vai por si mesmo. Elas contam que vão botar os companheiros no trabalho, não importa

20 “Gostaria de fazer o seguinte: começar como aprendiz e depois trabalhar com isso, ora... Mas é difícil para uma mulher, não é a mesma coisa. Para as mulheres, é quase sempre o setor de cablagem; na mecânica, eles formam sobretudo os homens” (OE3, fez um estágio de mecânica). “Mas é um serviço de homem [está inscrita num estágio de ajustagem e mecânica]... Conversei com amigos, eles debocharam, ficaram rindo. Não sei o que isso tem de engraçado... É realmente idiota ficar rindo... Afinal, tem mulheres dirigindo caminhões, ônibus e, no entanto, é um serviço de homem... Por que as mulheres não podem se lançar na mecânica ou em qualquer coisa que gostem? Se elas gostam disso! [...] Chegaram até a me dizer, quando telefonei [para o estágio]: ‘Vai ter muitos problemas, sabe que é um serviço de homem, não?’ e tudo o mais. Mas eu respondi: ‘Por que? É o salário que os homens ganham, eles têm medo que as mulheres ganhem a mesma coisa que eles ou o quê?’”

qual seja a boa vontade deles! Não é, portanto, a vida de casal em si que parece trazer problemas para elas, mas antes a chegada de um filho. É então que as contradições sociais entre vida produtiva e vida reprodutiva se exacerbam até ficar insuportáveis.

- Contradição entre a vontade de trabalhar, porque ter um emprego significa autonomia e relações sociais, porque o trabalho é valorizado em si, por seu conteúdo:

“Eu não poderia parar definitivamente de trabalhar! De um jeito ou de outro, ia precisar da minha liberdade, ia procurar outra coisa. [...] Acho que sentiria falta do trabalho. O trabalho é contato com outras pessoas, de verdade, é contato com as máquinas. Tu vê, um monte de coisa!”

e a recusa de trabalhar em condições miseráveis por um salário irrisório:

“Com o tempo, o trabalho terminou por me repugnar. Quando me falam de trabalho, dou um jeito de sair. E digo: ‘Não sou feita para trabalhar...’ Não é que não seja feita para trabalhar, mas tenho a impressão que os patrões nem tentam saber o que os jovens buscam... Eles imaginam que basta dar 1.800 pratas e pronto, está feito! Ah, mas eu não, eu não parto desse princípio” (a *mesma* operária anterior).

- Contradição entre a necessidade de ganhar a própria vida e, eventualmente, a de seu filho, o fato de que o salário irrisório não preenche esta função e que, ademais, o trabalho é tão extenuante que não sobra nenhum tempo qualitativo e quantitativo para cuidar da criança.

A única solução “racional” seria então, na hipótese de um salário duplo e de um casal estável, a mulher abandonar o trabalho assalariado pelo tempo necessário para criar o filho. É o que elas declaram querer fazer. Mas esta afirmação é imediatamente acompanhada da reafirmação da necessidade de voltar a trabalhar o mais rápido possível a fim de recuperar sua autonomia social.

Ideologia contraditória, portanto, entre este dever absoluto que as mulheres teriam de se ocupar elas mesmas das suas crianças (dimensão transmitida notadamente pela cultura operária) e esta vontade tenaz de escapar do aprisionamento do universo doméstico e de fazer um trabalho do qual pudessem gostar.

Aquelas para quem a condição feminina é mais opressora que a condição operária.

As mulheres desse subgrupo têm uma situação profissional estável e condições de trabalho suportáveis. O trabalho é duro, cansativo, exigente, mas as relações entre colegas são boas, o ritmo de trabalho relativamente suportável e elas podem esperar aumentos regulares de salário e, algumas, até mesmo uma mudança de categoria (de OE para P1).

Ora, paradoxalmente, para algumas destas jovens a contradição entre produção e reprodução parece ainda mais insuperável. Ao contrário das precedentes, não é somente o abandono do trabalho assalariado para criar os filhos que significa perda de liberdade e aprisionamento, mas também o simples fato de viver em casal (“Quando volto para casa, talvez eu não seja livre, mas lá fora, no trabalho, sou livre...”). E para não ter que viver numa guerrilha constante para impor um mínimo de respeito por sua autonomia (poder sair quando quiser, não ter de assumir sozinha as tarefas domésticas), elas preferem riscar definitivamente de suas vidas o casamento e a maternidade.

“ – Pensa em ter filhos?

– Eu, ter filhos! Nem me fale em filhos! Bem, não é bem assim, adoro crianças... gosto muito. Mas fazer uma já é bem diferente [riso]! Não, é... Não... depois de qualquer jeito, o casamento não me agrada, sou contra. [...] Fazer minha vida com um homem, não. Só se topasse com um que ama de verdade a vida livre, não é? Mas se ele não amar a liberdade... Eu adoro a liberdade. Quero ser livre...”

Tudo se passa como se, efetivamente, atravessada a barreira da superexploração (elas passaram anteriormente por vários empregos precários e conheceram condições de trabalho muito difíceis), sua energia pudesse ser investida em outros

domínios. É, aliás, o único grupo de trabalhadoras proletariadas para quem o lazer é algo mais do que a recuperação pura e simples da força de trabalho. Elas investem nestes domínios (esportes, música) e nem pensam em renunciar a esta abertura para o mundo, completamente nova para elas.

Duas conclusões se impõem:

- todas as atitudes e práticas sociais das jovens operárias devem ser conjuntamente relacionadas para que possam ser compreendidas em relação ao lugar que ocupam no universo produtivo e no universo reprodutivo: a relação com o trabalho depende da realidade da situação de trabalho atual, mas é estruturada pela relação com o universo reprodutivo. Inversamente, a relação com o universo reprodutivo não pode ser isolada das condições concretas nas quais elas exercem ou esperam exercer seu trabalho assalariado;
- as operárias se encontram no cruzamento de uma dupla determinação: de sexo e de classe. Elas sofrem a exploração e a opressão de sua classe, mas duplicadas pelo fato de serem mulheres, e sofrem também a opressão de seu sexo.²¹

21 A escola é um bom exemplo. Todas dizem que não gostaram e não lamentam (como fazem os rapazes) a falta de uma formação técnica real, mas o fato de terem sido obrigadas a fazer uma formação que não era de seu interesse. Lamentam também não serem “dotadas” para os estudos, mas esta ideologia do dom, própria de sua classe, é reforçada, neste caso, pelo desinteresse frequente dos pais por seus estudos, pelo cuidado forçado dos irmãos e irmãs menores, pela participação obrigatória nos trabalhos domésticos. “Bem, meus pais nunca se preocuparam com minhas notas, minha classificação. Nunca se preocuparam com coisa alguma, não tinham interesse, não estavam nem aí. Acho que isso vem daí também, influencia demais. A gente diz: tudo bem, mas se eles não estão nem aí, também estou me lixando, me lixando total! [...] Lá em casa eram doze filhos. O problema era sempre que um dia eu precisava ficar para tomar conta de um; no dia seguinte, para cuidar da casa. [...] Tenho dois irmãos, um deles está no CET,* e eles adoram a escola justamente porque podem ir todo dia...” No fim das contas, tudo se passa como se os pais, ou se interessam pelos estudos das filhas, mas lhes empurram para direções que não as agradam (o que é, sobretudo, o caso das empregadas), ou demonstram um completo desinteresse, condenando-as ao fracasso escolar (sobretudo no caso das operárias).

*CET (Conseiller à l’Enseignement Technologique [Conselheiro de Educação Tecnológica]) é um serviço de orientação educacional, voltado para o ensino técnico (NdT).

Como vimos, as duas não podem ser dissociadas e, para existir socialmente, elas precisam lutar nos dois campos.

Mas é certo que o modo como elas lutam está estreitamente ligado à sua situação de trabalho: quando esse trabalho é totalmente insuportável, as mulheres, esmagadas, acabam se submetendo à ordem patriarcal que lhes parece menos selvagem, mais dependente de suas próprias capacidades de ação do que da ordem capitalista.

Inversamente, assim que o nó afrouxa, por pouco que seja (cf. os dois últimos grupos), emerge uma contestação muito forte da divisão sexual do trabalho e, mais amplamente, da ordem patriarcal: reivindicação do direito ao emprego, vontade de ter um trabalho qualificado, de poder ter um contato real com as máquinas, recusa de assumir sozinha as tarefas domésticas e recusa do confinamento no universo doméstico²².

EMPREGADAS PROLETARIZADAS²³

Os trabalhos que elas exercem e exerceram são aparentemente díspares: atualmente vendedoras, datilógrafas, cabeleireiras... elas já foram camareiras, empregadas domésticas,

22 O medo (e a recusa) do confinamento é um forte ponto em comum entre homens e mulheres da classe operária. Mas, para os homens e as mulheres do primeiro grupo, trata-se do confinamento físico no ateliê, na fábrica; para as mulheres, trata-se, majoritariamente, de medo do confinamento no trabalho doméstico (confinamento físico na casa).

23 As mulheres deste grupo viveram uma sucessão muito rápida de empregos – cinco em média para uma média de idade de 20 anos –, entremeada por períodos de desemprego. Algumas têm um CAP, outras começaram estudos secundários (até, no máximo, a *première**). Como no caso das operárias, seu nível salarial é extremamente baixo – SMIG (salário mínimo) ou inferior ao SMIG. Sua entrada no mercado de trabalho foi precoce (17 anos). Todas são solteiras, sem filhos, vindas de famílias de artesãos, operários ou pequenos empregados com, em média, três ou quatro filhos.

*No ensino secundário francês, a *première* (primeira) corresponde ao segundo dos três anos de Liceu (subdividido em liceu profissional, liceu geral e liceu tecnológico) e dá acesso, no liceu profissional, ao BEP (Brevet d'Études Professionnelles); no geral e no tecnológico, a um exame antecipado (que não dá acesso à universidade) de *Baccalaureat* (diploma de conclusão do segundo grau). (NdT).

ajudantes de cozinha, garçonetes, prostitutas, auxiliares de escritório no nível mais baixo da escala de qualificações. Esses “trabalhinhos de merda”, como elas dizem, têm, no entanto, uma característica comum: trata-se sempre de trabalhos determinados sexualmente, trabalhos “bem femininos”.

É a partir desse dado que se estrutura a realidade cotidiana de suas relações com o trabalho. E isso acontece nos mínimos detalhes: a aparência exterior, a “apresentação” é muito importante; elas não podem esquecer em momento algum que têm um corpo de mulher, tanto para conseguir o emprego quanto nas relações cotidianas de trabalho.²⁴

A força de trabalho vendida por estas trabalhadoras é uma força de trabalho sexuada. Muito mais do que na fábrica, a ligação intrínseca entre exploração e opressão é evidente. As operárias separavam o local da exploração (o trabalho assalariado) do local da opressão (confinamento na família). Aqui, as coisas são infinitamente mais complexas, flutuantes.

Desde o início, sua formação foi tipicamente feminina (elas têm CAP de auxiliares de escritório, de datilógrafa, de cabeleireira) e, na maioria das vezes, imposta a contragosto pelos pais. A entrada na vida profissional não chegou para facilitar as coisas. Elas detestam o *conteúdo* do trabalho:

“Detesto o serviço que faço. Aterrissar todo dia às 8h da manhã no escritório, dizer as mesmas babaquices o dia inteiro às mesmas pessoas, fazer o mesmo trabalho babaca o dia inteiro!”

– e também as condições de trabalho e emprego, ou seja, essencialmente a *relação de serviço* subjacente à maioria desses trabalhos²⁵:

24 Uma entrevistada narra a seguinte cena numa agência de emprego temporário: “Duas moças, uma delas de muito boa aparência, são admitidas imediatamente, dizendo: ‘O que estão fazendo como secretárias? Não poderiam ser modelos?’ Uma outra, não tinha nada a seu favor, gorda, feia, apresenta um monte de diplomas. Deixam ela acreditar que vão lhe encontrar trabalho. Assim que ela vira as costas, rasgam sua pasta. ‘Aqui não tem emprego para isso! Você viu a cara que ela tem?’”

25 Que pode chegar até mesmo ao serviço sexual.

“O que você faz exatamente?”

Lá, eu sou datilógrafa. Bem, meio empregada doméstica também, mas sou datilógrafa. [...] No momento, faço só datilografia ou então uns serviços babacas como carimbar papéis ou ir comprar cigarro... ou reservar as passagens daqueles senhores ou flores para a madame.”

E não se enganem: elas não se limitam a descrever “ingenualmente” uma situação. Teorizam e denunciam o fato deste tipo de trabalho ser reservado apenas às mulheres e das mulheres serem destinadas a este tipo de trabalho. “Tenho horror da datilografia. Sou datilógrafa porque uma moça tem que ser datilógrafa”). Em sua revolta, elas dissociam nitidamente o que deriva da venda “normal” de sua força de trabalho daquilo que vem “a mais” porque são mulheres e exercem ofícios de mulher:

“Quero fazer bem o meu trabalho, mas não levar uma vida de boa datilógrafa. [...] Não quero ser aquela funcionária-modelo com quem se pode contar.”

Mas, justamente, pode-se socialmente fazer bem o seu trabalho de datilógrafa sem com isso ser uma datilógrafa submissa à ordem patriarcal? Nesses “ofícios” é assim tão fácil desvincular o que deriva da “simples” exploração – normal, poderíamos dizer, na medida em que se vende a própria força de trabalho – das relações de dominação?²⁶

Sem dúvida, não. E talvez seu fracasso presente explique a força com que elas investem nos projetos profissionais.

Todas, sem exceção, querem exercer um trabalho social: enfermeira, puericulturista, educadora... Ou seja, ofícios que, paradoxalmente, são centralmente organizados por esta mesma relação de serviço contra a qual elas se insurgem de maneira tão violenta.

É verdade que elas distinguem, cuidadosamente, o serviço imposto no quadro da exploração da relação de serviço,

26 Cf. Helena Hirata. “Femmes, si je pouvais ne pas être secrétaire”, *CEP*, n. 12, julho-setembro de 1980.

de certa maneira “liberada”, que teriam no trabalho de seus sonhos:

“Quero sentir que eu sirvo para alguma coisa para alguém. Quando eu trabalho, não me sinto útil. Sim, claro, presto serviço, mas não é humano. Prestar serviço a uma criança é mais humano. Portanto, eu *quero chegar ao ponto de não trabalhar mais por dinheiro*. Quero conseguir fazer alguma coisa boa, para servir realmente para alguma coisa. [...] Seria dia e noite; seria algo que eu amasse, que me deixasse motivada. Quero ficar contente de ir para lá e não contente de sair de lá. É isso.”

Cuidando de crianças ou de seres infelizes, desamparados, de certa forma a relação de serviço passaria por uma depuração, tornando-se socialmente “inocente”, fora das relações mercantis.²⁷

Utopia evidente, mas utopia não inocente precisamente por tratar-se de mulheres, pois é exatamente a relação de serviço que caracteriza, de maneira mais central, o conjunto dos trabalhos efetuados pelas mulheres na esfera reprodutiva²⁸ (serviço às crianças, serviço aos pais idosos, serviço sexual). Não podemos deixar de pensar que este trabalho com o qual elas sonham²⁹, embora seu valor de uso, sua utilidade social seja evidente, *não somente continuará inscrito nas relações capitalistas de produção, mas sobretudo não fará mais que reinseri-las naquelas normas femininas das quais algumas querem tão ardentemente se desmarcar.*

27 Ilustração do que precede: a única que afirma ter escolhido e gostar de seu trabalho (cabeleireira), ama-o precisamente por seu valor de uso: fazer, às vezes, as mulheres felizes. “Como a velhinha que ganha quase nada de aposentadoria e que vem se enfeitar porque os filhos vão chegar. Quando são penteadas, essas velhas senhoras revivem.” Mas, no caso do cabeleireiro, a relação comercial vem estragar tudo (esta jovem deseja ser professora).

28 Para uma teorização da relação de serviço, cf. Danielle Chabaud, Dominique Fougeyrollas e Françoise Mason-Sonthonnax, *Famille, travail domestique e espace-temps des femmes*, CAESAR, Paris, 1981.

29 No entanto, não se trata somente de um “sonho”, mas de um projeto realizável, pelo menos para algumas, dado o seu nível de estudos.

A diferença é, portanto, muito grande em relação às operárias. Estas mulheres não buscam acomodar a situação atual, não buscam um emprego estável como fazem as operárias. Pelo contrário, suportam relativamente bem a precarização ou o trabalho temporário³⁰, pois, na ótica delas, o trabalho atual é unicamente instrumental, representa apenas um momento da vida. Em suma, sua relação com o trabalho e o emprego se desenvolve, simultaneamente, em relação a um presente que elas recusam e a um futuro com o qual sonham. Sempre ao contrário das operárias, não é a contradição insolúvel entre manter o emprego e ter filhos que estrutura suas práticas sociais (claro que em sua situação atual existiria realmente uma contradição se tivessem um filho, mas nenhuma de nossas entrevistadas tinha filhos nem queria ter a curto prazo). Elas também colocam, simultaneamente, trabalho assalariado e filhos. Mas, quando pensam em filhos, eles estão situados num futuro mais ou menos próximo, onde elas já teriam alcançado o trabalho com o qual sonham. O filho não é um problema *atual*, diferentemente das operárias que, em muitos casos já têm um e sabem muito bem que sua situação de trabalho não vai mudar fundamentalmente até lá.

E no futuro, todas³¹ declaram, logo de início, que não pensam absolutamente em parar (aliás, para elas o direito ao emprego parece ser uma aquisição sobre a qual não se pode voltar atrás). Primeiro porque, nesse futuro, elas já terão um trabalho que amam, no qual investirão muito fortemente. Sendo assim, será impossível deixá-lo. Depois, porque este trabalho lhes parece ser compatível objetivamente (algumas pensam que já poderão levar o filho para

30 O que não significa que estas jovens aceitem beatamente a superexploração que o trabalho temporário implica. Muito pelo contrário, elas fazem denúncias contra as agências de trabalho temporário e, às vezes, chegam até a recorrer à justiça do trabalho quando se consideram lesadas demais.

31 Exceto uma, aliás de origem operária, que pensa em parar enquanto as crianças forem pequenas e que considera ser este seu papel de mulher.

o trabalho, outras que o horário será flexível) e subjetivamente com a maternidade.

Ser exploradas como proletárias, mas também como mulheres é exatamente o que todas deste grupo rejeitam. Mas, ao mesmo tempo – e de maneira contraditória –, querem exercer um “trabalho de mulher”. Esta contradição se desenrola em dois níveis:

- na atual situação de trabalho, as jovens empregadas proletarizadas lutam, encarniçadamente, contra a exploração³²; mas, ao mesmo tempo, elas acreditam que a exploração é evitável ou, mais exatamente, que um trabalho voltado para os seres humanos e não para a matéria transcende as relações de classe;
- a relação de serviço parece constitutiva das relações entre homens e mulheres no trabalho e, para algumas, também no casal. Porém, mais uma vez, estas relações de dominação seriam evitáveis, contornáveis: no trabalho, exercendo uma profissão social; fora do trabalho, recusando a vida em casal ou simplesmente impondo-se como “pessoa” ao outro.

Parece-nos que esta dupla contradição entre as práticas atuais e os postulados sobre os quais repousa o projeto profissional deve ser relacionada, para que possamos compreendê-la, às posições de classe e de sexo que estas mulheres ocupam na estrutura social.³³

32 Esta luta toma formas bem diferentes segundo os diversos subgrupos e pode ir do individualismo mais exacerbado e da recusa total de investir em qualquer ação coletiva - pois isso seria participar da vida da empresa, o que é absolutamente rejeitado (“Tudo o que procuro numa empresa é dinheiro. Estou me lixando para o que acontece lá dentro”) - até um sentimento de pertencimento muito forte à classe operária, que se enraiza na consciência de uma exploração comum e se exprime em práticas sindicais.

33 Sobre este problema das estratégias de resistência ao rebaixamento, cf. Nadine Lefaucher, “De l’évolution (et) des modèles familiaux et sexuels”, artigo citado.

De fato, este projeto profissional pode ser analisado como *uma estratégia de mobilidade ascendente* em relação à situação atual subpaga, desqualificada, precarizada que marca um rebaixamento real considerando seu nível de estudo, suas próprias aspirações e as de seus pais.³⁴

Querer exercer uma profissão social é também querer transmitir ou impor normas sociais. E quer se trate de crianças, deficientes, delinquentes, de doentes, a relação social é inevitavelmente dissimétrica, pois é, necessariamente, uma relação de poder.

Nesse nível, a contradição observada pode, portanto, ser considerada como expressão do lugar ambíguo que estas mulheres ocupam na estrutura de classe: à sua situação de trabalhadoras proletarizadas acrescenta-se uma ideologia pequeno-burguesa (lugar central da relação interindividual, vontade de ascensão na estrutura social). Estas mulheres são, *ao mesmo tempo*, proletárias e pequeno-burguesas.

Simultaneamente, como vimos, este projeto profissional deve ser analisado também como uma *estratégia de sexo*. Mas uma estratégia destinada, por seus próprios fundamentos, ao fracasso. A questão é que essa relação de serviço não aparece como uma *relação social* entre o conjunto dos homens e o conjunto das mulheres, mas como uma relação individualizada.

Ao tentar fugir da exploração e da relação de serviço que, nesse caso, é intrínseca a ela, essas mulheres não estarão fazendo mais que realizar seu destino de sexo e, por este viés, reintegrando os mecanismos de exploração, acreditando que estão se libertando deles. Ao rebelar-se contra um sistema de valores, não fazem mais que se submeter mais profundamente, o que vem a ser, por isso mesmo, uma negação objetiva dessa rebelião. Negar-se querendo se afirmar: esta é a espiral da opressão feminina.

34 Esta estratégia tem, ademais, a vantagem de ajudá-las a suportar a situação atual ao defini-la como transitória.

Toca-se, igualmente, no que nós chamamos em outra ocasião, na falta de algo melhor, de intrincamento entre capitalismo e patriarcado: as empregadas proletarizadas exprimem uma rejeição mais violenta e mais nítida da ideologia patriarcal do que muitas operárias, mas seu pertencimento de classe pequeno-burguesa, ao projetá-las num futuro mítico onde as relações de exploração e dominação serão apagadas, as encerra nesta mesma ideologia e nestas mesmas relações sociais que elas denunciam. Além disso, através das profissões que desejam exercer, é quase inevitável que acabem contribuindo para a reprodução destas relações sociais.

Para essas camadas que não são claramente situadas, a relação de serviço, constitutiva da ideologia que pesa sobre as mulheres e expressão nua da relação de dominação que organiza as relações entre grupos de sexo é, portanto, um dos impedimentos para a formação da consciência de classe e para a entrada numa luta coletiva contra todas as formas de exploração e dominação.

CONCLUSÃO

No final desta análise, nós nos encontramos diante de uma configuração complexa de estratégias diferentes. Restam, entretanto, não mais que linhas de força atravessando esta diversidade.

I. Quanto ao fato de que são *jovens* trabalhadoras.

O discurso e as práticas destas mulheres se demarcam em mais de um ponto daqueles das gerações anteriores:

- a *centralidade da reivindicação* (entre as operárias) ou da *afirmação* (entre as empregadas) do *direito ao emprego*. Esta mudança é, aliás, ainda mais nítida no caso das operárias: as razões expostas para desejar um emprego são sempre (exceto nos casos das mais desvalidas no mercado de trabalho) a vontade de escapar ao modelo mãe-esposa. A

- novidade, sem dúvida, não é o fato em si, mas a possibilidade social de dizê-lo em alto e bom som;
- no mesmo movimento, a contradição entre produção e reprodução se *descentraliza*: enquanto, outrora, a vida reprodutiva determinava a entrada e a saída das mulheres, hoje é antes a vontade de permanecer na relação salarial que questiona a vida reprodutiva;
 - o que pode explicar que, à diferença das gerações anteriores, elas *distinguem* cuidadosamente o *trabalho doméstico do cuidado das crianças*. Se muitas delas pensam que o cuidado dos filhos cabe prioritariamente a elas, também consideram, unanimemente, que a divisão das tarefas domésticas no casal é uma necessidade absoluta.

II. Quanto à *problemática de partida*.

As análises feitas nos dois grupos foram dissimétricas: descrevemos as diferentes estratégias elaboradas pelas operárias a partir da articulação produção/reprodução. No entanto, no que diz respeito às funcionárias, centramos a análise na variável classe. Não podendo demonstrar, por falta de espaço, como esta variável influenciava a articulação produção/reprodução, tivemos de limitar-nos à apresentação de um modelo geral.

1. *Sobre a articulação produção/reprodução*, demonstramos:
 - que esta articulação deve ser considerada centralmente, para que se possa compreender as modalidades concretas da entrada das mulheres no assalariamento;
 - que os dois termos dessa articulação são indissociáveis: a entrada maciça das mulheres no assalariamento (ou seja, na relação social salarial) modifica suas atitudes individuais em relação ao reprodutivo, enquanto seu estatuto de mães-esposas³⁵ continua a modelar os modos que elas têm de situar-se na relação salarial.

35 Estatuto que também marca uma relação social, aquela que organiza as relações entre grupos de sexo.

2. *Sobre a variável de classe*, mostramos que as modalidades da articulação produção/reprodução são diferentes segundo o lugar na estrutura de classe. Esta última se mostrou determinante em diversos níveis:

1) O grau de ambiguidade em relação à ideologia patriarcal:

- as operárias não querem ficar encerradas em casa, mas pensam que cabe a elas criar os filhos (recusa de assumir a relação de serviço no tocante ao marido, mas aceitação no que toca aos filhos);
- as empregadas proletarizadas recusam a relação de serviço que sua atual situação de trabalho demanda que assumam, mas sonham em se colocar a serviço de... (seres humanos);
- as empregadas estabilizadas têm uma linguagem modernista a respeito da divisão das tarefas no seio do casal, inclusive no que diz respeito ao cuidado das crianças, mas estão prontas a ajustar sua situação salarial para poder “conciliar” trabalho assalariado e doméstico.

2) Todas vivem uma tensão entre os dois polos: produção e reprodução. Nem por isso, suas (futuras e atuais) práticas sociais são homogeneizadas:

- as operárias querem construir sua autonomia ao redor do direito ao emprego e ao trabalho. Para elas, a entrada – e em seguida a permanência – no assalariamento é uma condição indispensável para poder lutar na família contra a divisão tradicional dos papéis. Mas, como a família operária tem um papel de pivô no que diz respeito à reprodução da força de trabalho e como elas são os únicos elementos motores dessa família, veem-se diante de uma contradição que tentam reabsorver suprimindo (definitivamente ou por algum tempo) um dos termos;
- em compensação, o conjunto das empregadas (proletarizadas e estabilizadas) considera o direito ao emprego como uma aquisição que não será colocada em questão, seja porque elas já têm um trabalho fle-

xível (funcionárias públicas),³⁶ seja porque projetam um futuro no qual assalariamento e reprodução não serão mais antagonistas. As primeiras *ajustam* e as segundas *deslocam* as contradições.

Maio de 1978

36 Assim, querer um trabalho em tempo parcial pode recobrir estratégias radicalmente diferentes: no caso das operárias, isso se inscreve numa estratégia de direito ao emprego, pois é a única maneira de continuar a trabalhar quando se tem filhos; para as empregadas estabilizadas, inscreve-se numa estratégia de conciliação dos papéis.

3

RELAÇÕES SOCIAIS E DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS

Primeira publicação: Margaret Maruani (organização), *Femmes, genre et sociétés*, La Découverte, “L’État des savoirs”, Paris, 2005.

Sexo, gênero, diferenças entre os sexos, relações sociais de sexo. Estes termos não são intercambiáveis, embora se refiram ao tratamento diferencial que a sociedade dá aos grupos sociais de sexo. Portanto, é necessário chegar a um acordo sobre as definições *a minima* dos termos utilizados e examinar um pouco os seus usos e funções. Com maior razão ainda por se tratar, numa perspectiva científica, menos de descrever o fenômeno estudado do que de buscar compreendê-lo. Para tanto, uma caixa de ferramentas é indispensável.

“Relações sociais de sexo” remete a uma terminologia especificamente francesa (mais ainda porque “*rapport*” é intraduzível em inglês, espanhol, russo etc., a não ser que se traduza por “*relation*”, que tem um sentido bem diverso – mas voltaremos a isso). Costumam dizer, às vezes, que é uma expressão difícil, feia. Talvez seja, mas mesmo assim continua incontornável, pois se o “gênero”, depois que cruzou o Atlântico, designa o sistema que organiza a diferença hierarquizada entre os sexos, a noção de relação social permite pensar a dinâmica deste sistema. A nosso ver, os dois termos são, portanto, úteis, não concorrenciais e não intercambiáveis.

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

As questões da regulação e da integração social, assim como aquelas do indivíduo e do vínculo social, dominam atualmente o pensamento sociológico. Ora, as relações entre os homens e as mulheres, qualquer que seja a terminologia empregada, não fazem parte, a não ser marginalmente, destes campos epistemológicos. É verdade que homens e mulheres estão sempre lado a lado, vivem juntos e “produzem vida” juntos. Mas a teoria do vínculo social está longe de poder dar conta, sozinha, do real observável: desigualdades de toda ordem perduram¹, as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla a vida do grupo das mulheres em nome do universal, explora seu trabalho profissional e extorque o sobretrabalho (o trabalho doméstico). O fato de, neste último ponto, muitas mulheres cederem “por amor” (ao parceiro, aos filhos) ou por senso de dever não muda em nada a teimosa realidade dos fatos. É a relação social que permite pensar estas diferentes dimensões em conjunto, ultrapassar o relacional para compreender assim o que bloqueia o maquinário social.

A relação social pode ser assimilada a uma *tensão* que atravessa a sociedade. Essa tensão se cristaliza, pouco a pouco, em *enjeux* ou questões em jogo em torno das quais, para produzir sociedade, reproduzi-la ou “para inventar novos modos de pensar e agir”, os seres humanos estão em permanente confronto. São estas questões em jogo [enjeux] que constituem os grupos sociais. Estes últimos não são determinados desde o início, mas se criam em torno dessas questões em jogo pela dinâmica das relações sociais. Em outros termos, se os seres humanos, machos e fêmeas, existem desde o início, o gênero ao qual pertencem socialmente é fruto de um processo his-

1 Alan Bihl e Roland Pfefferkorn, *Hommes, femmes, quelle égalité?*, Éditions de l'Atelier, Paris, 2002.

tórico e cultural². É por isso que se pode dizer que os grupos sociais de sexo são criados e se criam na relação social, que não são preexistentes a ela. Enfim, as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. É em conjunto que elas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica. As relações sociais são consubstanciais, pois são indestrinçáveis no seio da matriz societal. Falar de consubstancialidade significa, portanto, afirmar que “sequenciar” as relações sociais é uma operação – certamente necessária para o sociólogo – que deve permanecer na ordem da lógica, mas não pode, em caso algum, ser aplicada sem precaução à análise das práticas sociais.

Portanto, a noção de relação social remete, simultaneamente, a um princípio de engendramento (as relações sociais produzem e reproduzem, através da mediação das questões em jogo [*enjeux*], as práticas sociais que, em troca, agem sobre as tensões que são as relações sociais) e a um princípio heurístico (as relações sociais servem para compreender as práticas observadas).

As relações sociais de sexo respondem às mesmas características: os grupos sexuais não são produto de destinos biológicos, mas são antes construtos sociais. Estes grupos se constroem por tensão, oposição, antagonismo em torno de uma questão [*enjeux*]. As relações sociais de sexo têm uma base material, embora tenham também uma base ideal: todo poder, como dizia Foucault, precisa de um saber e aqui é o naturalismo que faz as vezes de ideologia de legitimação, de “doxa de sexo”, como nomeia Monique Haicault³. Elas podem ser periodicizadas e fazem a História assim como as outras relações sociais. Estas relações sociais re-

2 Ann Oakley, *Sex, Gender and Society*, Temple Smith, Londres, 1972; Nicole-Claude Mathieu, “Sexe et genre”, in Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène le Doaré et Danièle Senotier (organização), *Dictionnaire critique du féminisme*, PUF, Paris, 2000, p. 191-200 (*Dicionário crítico do Feminismo*, São Paulo: Unesp, 2009, tradução de Vivian Aranha Saboia, Francisco Ribeiro Silva Jr.).

3 Monique Haicault, *L'Épreuve sociale du quotidien. Corps, espace, temps*, Presses de l'université d'Ottawa, 2000.

pousam, antes de mais nada, sobre uma relação hierárquica entre os sexos: trata-se, sim, de uma relação de poder, de uma relação de “classe”⁴ e não de um simples princípio de “classificação”.

A relação social de sexo é, portanto, da mesma natureza que as outras relações sociais (é consubstancial a elas), embora tenha suas características próprias: atravessa a totalidade do espaço-tempo conhecido, as segregações que ela opera têm formas particulares⁵; as mulheres não são segregadas como os outros grupos dominados; elas são inscritas no conjunto dos sistemas sociais de idade, de classe, de raça⁶.

Mas trata-se de definir a principal questão em jogo [enjeux] nessa relação social. Note-se que esta operação de definição é essencial tanto no nível teórico quanto no metodológico. De fato, as relações sociais são invisíveis e não podem ser objeto de observação direta e medida. Somente as questões que estão em jogo [enjeux] nestas relações se prestam a isso. Existem duas questões [enjeux] que são fundamentais segundo as sociedades e o período considerado: a procriação (o controle da procriação) e o trabalho (a divisão do trabalho entre os sexos).

4 Colette Guillaumin, *Sexe, race et pratique de pouvoir. L'idée de Nature* (textos de 1977 a 1992), Coté-Femmes, “Recherches”, Paris, 1992

5 Sobre a caracterização das relações sociais de sexo, cf. Collectif, *Le Sexe du travail. Structures familiales et système productif*, op. cit.; Collectif, *Les rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyse*, op. cit.; Françoise Battagliola, Danièle Combes, Anne-Marie Devreux, Michèle Ferrand e Annette Langevin, *À propos des rapports sociaux de sexe: parcours épistémologiques*, CSU-IRESO, Paris, 1986 (reed.1990); Anne-Marie Devreux, “Les rapports sociaux de sexe; un cadre d'analyse pour des questions de santé?”, in Poierre Aïach, Dominique Cèbem Geneviève Cresson e Claudine Philippe (organização), *Femmes et hommes dans le champ de la santé: approches sociologiques*, Éditions de l'École nationale de la santé, Rennes, 2001, p. 97-116. Para o histórico sociológico e político das duas noções, ver Danièle Kergoat, “Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe”, in Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Sénottier (organização), *Dictionnaire critique du féminisme*, op. cit.

6 Erving Goffman, *L'Arrangement des sexes* (1977), *La Dispute, Le genre du monde*, Paris, 2002.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Levantamos a hipótese de que, na sociedade francesa e mais amplamente na sociedade ocidental, o trabalho é a principal questão em jogo [enjeux] nas relações sociais de sexo. Não se trata aqui apenas do trabalho assalariado ou mesmo profissional, mas do trabalho como “produção do viver”. O que significa utilizá-lo tal como foi definido a partir do século XVIII e em seguida construído como paradigma pelos filósofos do século XIX, principalmente Marx e Hegel. Mesmo se as doxas marxista e economista tenham reduzido o trabalho apenas à produção mercantil, isso não impede que, atendo-se aos textos, toda atividade verdadeiramente humana seja “trabalho”, com suas duas vertentes: o trabalho como obra e criação *versus* o trabalho como alienação. São estas duas vertentes que a psicodinâmica do trabalho retoma quando Christophe Dejours escreve: “Trabalhar não é apenas transformar o mundo, é também transformar-se a si mesmo, produzir-se a si mesmo⁷”.

Essa conceitualização do trabalho implica, igualmente, no nível coletivo, a inclusão não somente do trabalho profissional (quer ele seja assalariado ou não, mercantil ou não, formal ou informal), mas igualmente o trabalho doméstico, que ultrapassa amplamente as tarefas domésticas para incluir os cuidados corporais e afetivos com os filhos, o seguimento de sua escolaridade e, mesmo, a produção física das crianças⁸. Este último não se caracteriza como uma soma de tarefas, mas como uma atividade integrada, tão produtora de riquezas quanto o trabalho assalariado, senão mais; ele se define como “modo de produção doméstico”⁹, ou como uma “relação de serviço” – a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família e mais amplamente da parentela

7 Christophe Dejours, “‘Travailler’ n’est pas ‘déroger’”, *Travailler*, n. 1, 1998, p. 5-12.

8 Paola Tabet, *La Construction sociale de l’inégalité des sexes: des outils et des corps*, op. cit.

9 Christine Delphy, *L’Ennemi principal*, op. cit.

–, considerada como característica do processo de trabalho doméstico¹⁰. Diante disso, vê-se bem como, seguindo o fio do trabalho assim redefinido, as redes da análise conseguem apreender campos e noções tão tradicionalmente distantes do salariado quanto, por exemplo, os sistemas familiares.

Nesta perspectiva, a tensão ocorre em torno da “partilha” do trabalho entre os sexos, partilha que tem como características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a captação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Esta forma de divisão social tem, a nosso ver, dois princípios organizadores:

- o princípio de separação (existem trabalhos de homem e trabalhos de mulher);
- o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher).

Uma anedota sobre a diferença de valor dado ao trabalho conforme ele seja executado por um homem ou por uma mulher merece ser contada. Alguns anos atrás, eu visitei por duas vezes uma metalúrgica. Antes da automatização, o posto de operador de ponte rolante era reservado exclusivamente aos homens, que assim o justificavam: era muito cansativo, de alta responsabilidade (se uma carga caísse daquela altura podia esmagar outros operários) e exigia uma atenção constante. Alguns anos mais tarde, graças à automatização, só restavam alguns postos manuais... que eram exercidos por mulheres! Quando expressei meu espanto, explicaram (ou melhor, os homens explicaram) com a maior seriedade que era “um trabalho de mulher”: como o trabalho deixava muitas horas mortas, um homem, isolado em sua ponte, ficaria entediado, enquanto as mulheres, bem, elas podiam... tricotar! O trabalho e a carga de trabalho eram, no entanto, os mesmos. Em compensação, o posto tinha sido fortemente rebaixado na grade

10 Dominique Fougeyrollas-Schwebel, “Travail domestique”, in Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Sénottier (organização), *Dictionnaire critique du féminisme*, op. cit., p. 235-240.

de qualificações e o salário amputado em cerca de um terço. E, que eu saiba, sem protesto sindical.

Este exemplo é ilustrativo pois, se estes dois princípios se encontram em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isso não quer dizer, contudo, que a divisão sexual do trabalho é um dado imutável. Ao contrário, ela é um fato de uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço conforme já foi amplamente demonstrado por etnólogos(as) e historiadores(as). O que é estável não são as situações (elas evoluem constantemente), mas a defasagem entre os grupos de sexo. É, portanto, para esta defasagem, assim como para as “condições”, que a análise deve se voltar, pois se a condição feminina melhorou incontestavelmente, em todo caso na sociedade francesa, a defasagem permanece insuperável. No entanto, mascarada pelo movimento browniano das relações sociais, frequentemente ela é mal percebida.

**Uma percepção da defasagem (relação [*rapport*] social)
alterada pelo cotidiano (relações sociais) [*relations sociales*]**

Dizíamos que “relation sociale [relação social]” não é, de modo algum, sinônimo de “rapport social”. As relações sociais são imanentes. Elas aparecem entre indivíduos concretos (e não grupos sociais) no curso de seus encontros. O *rapport* social é anterior ao encontro e posterior a ele (as práticas sociais podem modificá-lo). As relações sociais podem devastar um indivíduo, mas não alteram em nada os *rapports* entre os grupos sociais aos quais esses indivíduos pertencem. No entanto, estes grupos também são produtores de pertencimento, de solidariedade, de reconhecimento mútuo, embora os processos dessa produção sejam muito diferentes conforme pertençam àquele dos dominados ou ao grupo dos dominantes¹¹.

Sob o efeito da escola mista, do debate em torno da paridade na política, do discurso individualista e igualitarista,

11 Nicole-Claude Mathieu, *L'Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*, op. cit.

tudo se passa como se, no nível do social epidérmico, homens e mulheres fossem iguais. E eles o são (quase!) diante da lei. É como indivíduos que nos colocamos à prova, que vivemos cotidianamente, não é – exceto no curso de movimentos sociais – como parte de um grupo. É, portanto, explicável que as mulheres vivenciem a si mesmas, no cotidiano, como “iguais”. Aquilo que resiste não seria mais que arcaísmo, atraso de mentalidade ou má vontade individual. E que a busca do amor, em todas as camadas sociais, faça mais do que nunca um modelo.

Os estudos recentes sobre as representações que as jovens mulheres têm de seu futuro são bastante instrutivas a este respeito. A norma igualitarista reina soberana: seria totalmente aceitável ter um cônjuge cujo estatuto profissional é inferior ao seu e a divisão do trabalho doméstico aparece como uma aquisição incontornável. A divisão sexual do trabalho parece negociável, não ao cabo de um movimento social, mas nas relações interpessoais, no casal. Se não for, e se os meios financeiros permitirem, as mulheres externalizam o trabalho doméstico, o que permite evacuar a tensão em torno desse ponto de estrangulamento da divisão do trabalho que é o trabalho doméstico: as relações no casal são salvaguardadas e pode-se dizer, de boa fé, que em casa não há “nenhum problema”. Em outros termos, se realmente existe aqui um deslocamento das linhas de tensão, o *rappor*t social homens/mulheres permanece intacto.

Um novo paradigma para pensar uma sociedade que se move, mas reproduz incansavelmente a defasagem homens/mulheres.

Retomemos o exemplo da externalização do trabalho doméstico. Para ser completa, a análise deve se desenrolar em dois níveis: o das relações sociais, mas também (e a teorização em termos de relações (*rappor*ts) sociais o permite) como um novo paradigma da servidão, na encruzilhada da divisão sexual, étnica e social do trabalho, mas também das relações (*rappor*ts) de sexo, de classe e étnicas. É, aliás, marcante o fato de que inúmeros trabalhos se dediquem atualmente a tal situação, seja insistindo sobre a questão do trabalho de serviço

às pessoas (o trabalho de *care*), seja no tópico das migrações femininas do Sul para o Norte e do Leste para o Oeste.

Declinemos este paradigma. As mulheres das sociedades do Norte trabalham cada vez mais. Cada vez mais frequentemente, são quadros e investem em suas carreiras. Para poder fazê-lo - como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis e o envolvimento subjetivo é cada vez mais requisitado, senão exigido pelas novas formas de gestão das empresas -, elas precisam terceirizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem buscar na enorme reserva de mulheres precarizadas pobres, francesas e imigrantes.

Esta demanda, massiva na Europa, criou um imenso respiradouro para as mulheres imigrantes que chegam aos países do Norte na esperança de encontrar um emprego de serviço (babá, faxina, cuidar de idosos...). Estas mulheres, muitas vezes diplomadas, entram em concorrência direta com as precárias dos países de origem, raramente diplomadas.

Duas relações sociais entre mulheres, historicamente inéditas, se estabelecem assim: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e esta nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de uma forma diferente, dos países do Norte e dos países do Sul e, em pouco tempo, de “cores” diferentes com a chegada a este mercado das mulheres dos países do Leste.

As relações étnicas estão, assim, em processo de remodelamento através das migrações femininas e da explosão dos serviços às pessoas. Quanto às relações de gênero, elas também se apresentam sob uma forma inédita: a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses dos países do Norte (e em muitos casais burgueses, urbanos, dos países do Sul, mas trata-se aí de movimentos migratórios internos de cada país) e permite, igualmente, uma maior flexibilidade das mulheres diante da demanda de envolvimento vinda das empresas. Num nível mais macro, permite que as sociedades do Norte economizem uma reflexão sobre o trabalho doméstico. Mas esta pacificação das relações sociais nos casais e nas empresas não faz a luta pela igualdade avançar um milímetro sequer. Ao contrário, ela tem antes uma função regressiva a este respeito, pois funciona no nível do mascaramento e da negação. Ao mesmo

tempo, as relações de classe são exacerbadas. Numericamente, pelo grande número de indivíduos engajados(as) nesse tipo de relação, e concretamente ao colocar – em contato físico, por meio do trabalho doméstico - mulheres precarizadas (econômica ou legalmente) e mulheres ricas.

Muito longe de ter esgotado os problemas sociais, as problemáticas das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho ainda têm, obviamente, muito trabalho pela frente!

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Helena Hirata e Philippe Zarifian, “Travail (le concept de”, in Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (organização), *Dictionnaire critique du féminisme*, PUF, Paris, p. 230-235.*

*“Trabalho (o conceito de), in Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (organização), *Dicionário crítico do feminismo*, Unesp, 2009, tradução de Viviam Aranha Saboia, Francisco Ribeiro Silva Jr. (NdT).

Nicky Le Feuvre, *Penser la dynamique du genre*, dissertação de habilitação para dirigir pesquisas, université Toulouse-Le Mirail, 2003.

4

INDIVÍDUO, GRUPO, COLETIVO: ALGUNS ELEMENTOS DE REFLEXÃO

Primeira publicação: Philippe Cardon, Danièle Kergoat e Roland Pfefferkorn (organização), *Chemins de l'émancipation et rapports sociaux de sexe*, La Dispute, Paris, 2009.

Tenho me colocado, desde sempre, a questão da mobilização: como os dominados(as) conseguem se reunir para lutar contra a dominação sempre me pareceu um verdadeiro enigma. Esta questão da passagem do “eu” para o “nós”, do individual para o coletivo, constitui um dos fios condutores que atravessam o conjunto das minhas pesquisas.

No texto a seguir, meu objetivo consiste em estender esse fio condutor através de três casos que se sucedem desde o início de minha carreira, há cerca de quinze anos. Falarei, portanto:

1. De jovens operários imigrantes e da “aprendizagem coletiva”;
2. De operárias não qualificadas e daquilo que denominei “o silogismo”;
3. De enfermeiras e da constituição do coletivo Coordenação Enfermeira; eu tratarei o problema em dois níveis: o movimento ele mesmo como paradigma do que é um coletivo e aquilo que foi preciso desconstruir no nível individual para fundar um coletivo. Este segundo nível será uma forma de contraponto ao silogismo.

OS JOVENS OPERÁRIOS IMIGRANTES E A “APRENDIZAGEM COLETIVA”

As reflexões que seguem nesta primeira seção se apoiam numa pesquisa que resultou em meu primeiro livro: *Bulledor ou a história de uma mobilização operária*.¹ A observação se deu em empresa de engarrafamento de água mineral, de porte médio (cerca de duzentas e cinquenta pessoas), reunindo uma maioria de operários especializados e não especializados portugueses e um pequeno grupo de operários profissionais franceses. O período estudado vai do final de 1967 a março de 1969.

A problemática desta pesquisa pode ser sintetizada brevemente. As hipóteses de partida eram as seguintes (e são enunciadas claramente na introdução da obra): 1. A classe operária não é um todo determinado por toda a eternidade capitalista, mas um todo que se (re)constitui historicamente *na e pela* reivindicação; 2. A classe operária é *heterogênea*: os grupos que a constituem são numerosos e mantêm relações complexas; 3. Por fim, a classe operária é um todo dinâmico a partir do interior: é a *dinâmica entre estes grupos constituintes* que modela a forma da reivindicação.

Sendo assim, tratava-se de analisar os processos de mudança, não como reflexo da evolução de uma parte majoritária ou hegemônica da classe operária, mas como o resultado de uma tensão permanente entre os diferentes grupos.

A greve de maio de 1968

A greve de maio de 1968 na fábrica Bulledor pode ser dividida, esquematicamente, em três fases distintas: 1. Durante a primeira semana, a fábrica foi ocupada, mas a entrega de água mineral nos hospitais continuava; 2. A segunda fase foi o período que chamaremos de “autogestionário”: as garrafas d’água começaram a acabar e os gre-

1 Danièle Kergoat, *Bulledor ou l’histoire d’une mobilisation ouvrière*, Le Seuil, Paris, 1973.

vistas decidiram constituir uma equipe de engarrafamento para poder garantir a entrega aos hospitais². Esta fase foi interrompida pela recusa dos operários especializados portugueses de continuar o engarrafamento, contra a opinião dos responsáveis sindicais que até então tinham organizado e enquadrado o movimento; 3. Uma terceira semana foi, enfim, o período de negociações conduzidas pelos sindicalistas, mas controladas de modo contínuo pelos trabalhadores imigrantes, período que terminou em 7 de junho com a retomada do trabalho.

O método de análise

Estudei o grupo operário respeitando a segmentação socio-profissional própria do estabelecimento:³ primeiro, os operários especializados e os não especializados – pois estes operários, imigrantes em sua quase totalidade, desempenharam o papel mais importante durante maio de 68 – depois os motoristas e os operários profissionais.

Para cada subgrupo, procurei determinar:

- seu lugar real no sistema técnico e social da organização;
- seu comportamento durante os acontecimentos de maio (e a greve de 1969) e sua representação *a posteriori* da greve;
- a aprendizagem ou a não aprendizagem de novos modos de ação coletiva, consecutivas a maio.

Minha conclusão foi que a experiência autogestionária em maio de 68 permitiu ao grupo operário a aprendizagem de um sistema de ação coletiva, articulando de modo coerente as aprendizagens de cada subgrupo.

Esta simples exposição serve, portanto, de introdução para a nossa proposição, pois fica claro que emerge, deste estudo específico, assim como de numerosos outros que rea-

2 Eram os tempos felizes em que os hospitais colocavam garrafas individuais de água à disposição de cada doente.

3 Não tenho certeza de que adotaria os mesmos recortes se refizesse atualmente uma pesquisa semelhante. Hoje, é muito provável que optasse por colocar, centralmente, a diferenciação estáveis/precários.

lizei durante o mesmo período sobre grupos operários, duas linhas conceituais que dizem respeito diretamente à nossa proposição:

- a noção de aprendizagem coletiva;
- a distinção entre grupo e coletivo.

A noção de “aprendizagem coletiva”

Esta noção tem sua fonte numa observação que logo fui obrigada a fazer: era inútil juntar todos os discursos e práticas dos operários individualmente, pois isso não me forneceria as chaves de compreensão das práticas coletivas que observava. Havia uma defasagem constante entre a tomada de consciência do grupo operário e seu comportamento objetivo – como no período “autogestionário”, por exemplo.

Daí, este duplo enunciado:

1. A aprendizagem coletiva não se reduz à soma das aprendizagens individuais. Em outros termos: a lógica individualista não pode dar conta das mobilizações coletivas;⁴
2. Esta defasagem indivíduo/coletivo, deve ser associada a uma segunda defasagem, dessa vez temporal – como na greve de 1969, por exemplo: tudo se passa como se um tempo de maturação tivesse sido necessário para que a nova experiência pudesse ser primeiro assimilada pelos grupos sociais para, só depois, reorientar sua ação.

É neste sentido que falei de “aprendizagem coletiva”. Este termo pretende dar conta, ao mesmo tempo, da reorientação da ação coletiva e do tempo necessário para que

4 O que remete ao paradoxo de Olson. Segundo este último, os atores são racionais. No entanto, mesmo que uma ação coletiva (por um aumento de salário, por exemplo) seja a mais rentável para o indivíduo, constata-se que é grande o número daqueles que não se engajam nesta ação coletiva (e este é o paradoxo). O fato é que eles esperam colher os benefícios sem assumir os riscos ou inconvenientes desta ação (retenções de salário em caso de greve, por exemplo). Cf. Mancur Olson, *La logique de l'action collective*, PUF, Paris, 1987 (*A lógica da ação coletiva*, São Paulo: EDUSP, 1999, tradução Fábio Fernandez).

esta reorientação se desenhe, se estabilize e induza novas condutas específicas. Em suma, a aprendizagem coletiva é aquilo que, para mim, é subjacente à transformação de um grupo em coletivo.

O “grupo” e o “coletivo”⁵

Retornemos ao nosso exemplo concreto e à evolução da prática reivindicativa desde o pré-Maio de 1968 até a greve de 1969.

Compreender esta evolução significa mostrar três elementos principais:

1. Houve, por parte do grupo operário, uma aprendizagem de seu próprio poder. Esta aprendizagem coletiva desenvolveu-se em três níveis: a descoberta do lugar real onde se situa o poder antagonista (a direção geral e não a direção local); a consciência de que, coletivamente, representa-se uma força pelo menos potencial; a descoberta de meios possíveis de pressão sobre a direção e a prática destas descobertas através da aplicação de uma estratégia ofensiva;
2. Ocorreu a constituição de um *grupo operário total*, o que supõe a transformação das relações internas ao grupo operário. Utilizei esta expressão “grupo operário total” para designar o fato de que a evolução do grupo operário de Bulledor era global e caracterizada por uma reestruturação do conjunto inicial e pela passagem, no decorrer dos meses, de um agregado de indivíduos para um grupo estruturado.
3. Deve-se buscar a *dinâmica* desta evolução num desequilíbrio motor (clivagens, conflitos, oposições, alianças...) ao

5 Retomo aqui a terminologia de Gramsci. Cf. em particular em “Les cahiers de la prison”: “Question de ‘l’homme collectif’ ou du ‘conformisme social’ (XXX [13]) e “Le travailleur collectif” (XIV [9]), in François Ricci e Jean Bramant (coletânea de textos organizada por), Gramsci dans le texte, 1016-1935, Éditions sociales, Paris, 1975.

mesmo tempo intergrupos, mas também - e talvez sobretudo - intragrupos⁶.

Aquilo que na época denominei “grupo operário total” é o que chamei mais tarde de “coletivo” em oposição a “grupo”.

O coletivo não é, portanto, a simples soma dos grupos. Assim, não é constituído por grupos com fronteiras delimitadas como, por exemplo, os operários especializados ou os motoristas -, como não é, tampouco, a adição estabilizada de um certo número de indivíduos. O “grupo operário total” ou o “coletivo” se limita, em períodos normais, aos operários mais combativos de cada grupo profissional, enquanto que, em situação de crise, ele se estende à quase totalidade dos operários da empresa. A passagem de um grupo fracionado - em geral, entre camadas socioprofissionais - com uma capacidade de ação nula ou fraca, a um grupo com uma consciência de grupo - consciência de ser coletivamente ator na empresa, no setor, na sociedade: eis o coletivo. Em outras palavras, pode-se dizer que o coletivo é o exercício possível da potência, ou seja, de um poder não hierárquico, não coercitivo.

A crise, aliás, não é a *causa* dos novos fenômenos mobilizadores. De fato, ela apenas permite a *manifestação concreta* do grupo operário total.

A distinção entre grupo e coletivo é, a meu ver, indispensável teoricamente. E, ao contrário do que o silêncio sobre esse problema em numerosas teorias deixaria supor, não se passa sem mediação do indivíduo ao coletivo. É necessário passar por um estágio intermediário, o do grupo, muito mais estável no nível espaço-tempo do que o coletivo.

Na perspectiva das relações sociais de sexo, isso é importante: temos indivíduos (homens e mulheres), grupos de sexo (que retomam categorias biologizantes ou grupos profissionais) e coletivos, sistemas com grande capacidade de ação, que são transversais às categorias, mesmo que sejam distin-

6 Assim, no caso que nos ocupa, a tensão ocorria no próprio seio dos OEs portugueses, entre aqueles que queriam permanecer na França e aqueles que queriam retornar, ulteriormente, a Portugal.

tos por gênero – isto é, de um lado ou de outro da hierarquia por sexo – e atores históricos de seu próprio devir – o que os grupos não são. Veremos isso concretamente a respeito das enfermeiras.

As barreiras específicas à constituição do coletivo no caso dos grupos femininos: “o silogismo do sujeito sexuado feminino”.

Eu me apoio, num segundo momento, em um dos meus estudos transversais: “O silogismo da constituição do sujeito sexuado feminino. O caso das operárias especializadas”⁷. Aqui, não se trata mais de um estudo de caso, mas antes de uma reflexão mais geral que repousa sobre numerosas observações feitas entre 1968 e 1998, junto a operários e operárias pertencentes a diferentes setores: eletrônica, metalurgia, vestuário, agroalimentação, petroquímica, automobilística, etc. Trata-se aqui de compreender como os atores sociais se reapropriam das relações sociais e transformam-nas (ou não) em práticas sociais.

De uma maneira muito sintética, diria que o grupo operário feminino aparece como atomizado – e não clivado como os grupos masculinos. Ele se define em seu funcionamento, na representação dada pelas operárias, como um agregado atravessado por uma intensa concorrência interindividual (a solidariedade seria apanágio exclusivo do grupo masculino ou pelo menos do grupo misto). O problema das “inveja” aparece na quase totalidade das entrevistas. No grupo das mulheres, a “diferença” não é aceita (exceto nos períodos de conflito aberto com o patronato) e é fonte de exclusão. Tudo se passa como se não

7 Depois da primeira publicação do artigo, em 1988, inúmeros trabalhos de estudantes (em sociologia e em psicodinâmica do trabalho) e de médicos do trabalho fizeram uso dessa análise, aplicada a grupos de trabalho feminino muito diversificados, e puderam testar sua pertinência. Cf. Danièle Kergoat, “Le syllogisme de la constitution du sujet sexué féminin. Le cas des ouvrières spécialisées” (1987), *Travailler*, n. 6, 2001, p. 105-114.

existisse compromisso possível entre o “eu” e o grupo social mulheres – exceto, mais uma vez, em caso de luta ou de desespero extremo de uma delas: a morte de um filho, por exemplo.

O que diz, então, este discurso recorrente em tantas entrevistas?

1. Todas mulheres são “invejosas” (o mesmo raciocínio pode ser usado a propósito da “maledicência”, da “hipocrisia”, do medo diante do chefe, etc.).
2. Quanto a mim, eu não sou invejosa.

Não se trata aqui de uma interpretação: estes dois pontos são enunciados nestes termos na quase totalidade das entrevistas.

De um ponto de vista lógico, estamos diante das premissas de um silogismo:

1. Todas as mulheres são invejosas (maior)
2. Eu não sou invejosa (menor)

Formalmente, a conclusão deveria ser:

Logo, eu não sou mulher.

Ora, esta conclusão virtual ilustra a negatividade do discurso operário: a recusa que as mulheres expressam nas entrevistas de se identificarem a um coletivo “mulheres” corresponde, de fato, à impossibilidade de fazê-lo. Isso tem uma série de consequências, sobretudo as seguintes:

- todas as bases para a criação de um coletivo são, assim, solapadas;
- a constituição sexuada do sujeito se encontra bloqueada no nível de suas representações, pois a afirmação “eu não sou uma mulher” não é dizível e nem sequer pensável.

Com isso, só o indivíduo pode se afirmar, mas um indivíduo neutro do ponto de vista do gênero. Logo, as mulheres só encontram saída através de uma ética individualista. Mas esta saída é, ela mesma, condenada pelas formas materiais da divisão sexual do trabalho: bloqueio à formação, à promoção, à qualificação, etc. Elas não têm, portanto, os meios sociais para pôr em prática, na situação de trabalho, a ética individualista que seria a saída lógica de seus discursos, ao

passo que a “estranheidade” em relação ao trabalho⁸ e a impossibilidade de se reconhecerem no grupo têm um efeito cumulativo que pode explicar a gênese de inúmeras práticas sociais.

É este o caso da relação aparentemente “passiva” que elas mantêm, frequentemente e diferentemente dos homens, com a qualificação. Isso é certamente produto da concorrência homens/mulheres. Mas não é só isso: esta relação de fracasso não é um simples efeito da dominação. Ela se constrói ativamente no interior de cada sujeito. De fato, as relações de exploração secretam violência. Ora, isso pode ser parcialmente reinvestido pelos homens no interior do próprio universo do trabalho, através das lutas individuais e/ou coletivas – pela carreira, pela promoção, pela qualificação etc. Mas as mulheres não dispõem dos meios sociais para este reinvestimento, pois há uma descontinuidade entre o sujeito sexuado, de um lado, e o grupo sexuado e o universo de trabalho, do outro. Há, então, a constituição de um círculo vicioso: a violência se volta contra o grupo dos seus pares e contra elas mesmas.

Ao negar o grupo, as mulheres negam-se a si mesmas como sujeito (as duas negações são coextensivas), o que dá origem a comportamentos constantes de auto-desvalorização. É verdade que operários e operárias não qualificados(as) desvalorizam seus conhecimentos, seu

8 As operárias não qualificadas têm uma posição totalmente original: elas valorizam – muito – sua atividade, seu emprego e os benefícios secundários que proporcionam em termos de socialização mas, em compensação, não gostam de seu trabalho e mantêm-se relativamente estranhas não ao “mundo do trabalho”, mas àquele do universo industrial. Foi para dar conta disso que propus o uso da noção de estraneidade (a estraneidade é a situação jurídica de um estrangeiro num dado país) que, a meu ver, tem o mérito de significar a capacidade destas mulheres de estar, simultaneamente, dentro e fora do mundo industrial e de oferecer uma chave para a compreensão de práticas profundamente marcadas pela ambivalência. José Calderon observa, por sua vez, no capítulo IX deste livro, “Du travail collectif au collectif de travail. De l’usine au mouvement de sans”, que “o mundo da fábrica é um mundo completamente estrangeiro para elas [as operárias]”.

savoir faire [saber fazer] e, no mesmo movimento, se autodesvalorizam: “faço um trabalho estúpido, logo sou estúpido”. Mas isso é duplicado, no caso das operárias, por uma autodesvalorização como mulheres⁹, daí as múltiplas condutas de fracasso e a falta de agressividade em relação ao universo produtivo.

A passagem do grupo ao coletivo: uma questão em jogo [enjeux] na reprodução das relações sociais

As observações precedentes esclarecem um problema que apenas mencionaremos aqui: a grande dificuldade que nós encontramos nas empresas de abordar a divisão sexual do trabalho e a concorrência homens/mulheres. Certamente, muitas razões objetivas explicam este silêncio. Mas, mantendo o ângulo de análise aqui adotado, é preciso observar que a atomização do grupo operário feminino, sua não constituição em coletivo não poderia deixar de acarretar grandes dificuldades para pensar também o grupo dos homens como um grupo, precisamente, e como um grupo adverso. Aliás, todo o universo da empresa é atomizado: os problemas não são colocados logo de início num quadro coletivo ou organizacional, mas são remetidos a uma constelação de relações interindividuais.

Assim, a difícil construção de um coletivo a partir do grupo de trabalho tem consequências sobre a gênese e a condução das lutas na produção. A primeira delas é que esta configuração sujeito/grupo reproduz e reforça as relações de dominação, pois faz uma representação de si mesma, forjada pelo

9 É importante destacar, ademais, que o naturalismo próprio do discurso operário, tanto masculino quanto feminino, é agravado, no caso das mulheres, pelo fato de que seu discurso implica a totalidade de um grupo social – as mulheres – do qual elas fazem parte necessariamente, enquanto os homens, ao contrário, nunca comprometem a totalidade do grupo social “homens” em seu discurso, mas antes os “jovens”, “velhos” ou “mulheres” – em suma, sempre os grupos dos quais quem fala não faz parte.

grupo dos dominantes. É por isso que nos recusamos a raciocinar aqui em termos de “identidade”. O que nós encontramos foi, sobretudo, a “falsa consciência” de Colette Guillaumin¹⁰ ou a “consciência dominada” de Nicole-Claude Mathieu.¹¹ Além disso, uma tal representação enfraquece, ainda, a posição das operárias nas relações de classe: praticamente todas assim as vivenciam e se dizem exploradas, mas não percebem a sexualização dos mecanismos desta exploração. Donde a tendência a deixar o campo livre para os homens no que concerne à concorrência nas empresas e a ser apenas suas “auxiliares” na luta de classe.

Mas isso não esgota o problema, pois ainda que de uma maneira negativa, é em relação ao grupo social das mulheres que as operárias especializadas se situam. Ademais, a consciência aguda de ser explorada, a vontade de manter-se em atividade e ter um emprego, tudo isso pesa muito quando se coloca o problema das condições para a mudança dessa autorrepresentação que bloqueia o acesso ao coletivo. Ora, é evidente o quanto essa passagem é potencialmente subversiva. No influxo de uma luta envolvendo as mulheres e dirigida por elas, o grupo operário feminino, livre da canga das habituais dominações, pode, enfim, se conjugar no positivo. A identificação do “eu” com o grupo torna-se possível e, portanto, a passagem ao coletivo. O “eu” pode começar a se apoiar no “nós” e o coletivo, no indivíduo. Um mecanismo delicado através do qual são combatidas as relações de exploração, ao mesmo tempo em que se esboça e depois se constitui – se a luta durar um pouco – um verdadeiro coletivo que leva em

10 Colette Guillaumin, “Question de différence”, *Questions féministes*, n. 6, 1979, retomado em Colette Guillaumin, *Sexe, race et pratique de pouvoir. L'idée de nature, Coté-femmes*, “Recherches”, Paris, 1992.

11 Nicole-Claude Mathieu, “Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations em ethnologie”, in Nicole-Claude Mathieu (organização), *L'Arraînement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*, Éditions de l'EHESS, “Cahiers de l'homme”, Paris, 1985.

conta não apenas as diferenças ligadas ao lugar na produção, mas igualmente as diferenças ligadas ao lugar nas relações de gênero. Assim, compreende-se as diferenças observadas entre os modos masculinos e femininos de mobilização e de condução das lutas.

Diríamos, portanto, que este grupo de operárias não qualificadas é, ao mesmo tempo, na cotidianidade, um vetor privilegiado da reprodução das relações de sexo e, na luta, uma vez transformado em “coletivo”, um suporte para o questionamento da totalidade do social, pois tanto a simultaneidade da luta contra a exploração e a opressão, quanto aquela da expressão positiva do “eu” e do “nós” são necessidades incontornáveis para a própria sobrevivência dessa luta.

A meu ver, a portadora de mudança é a passagem do grupo para o coletivo sexuado e não a constituição de uma identidade mulher, pois subversiva não é a afirmação “nós somos mulheres”, mas a constituição concreta de um coletivo que dê conta dos lugares ocupados e as faça trabalhar nas relações sociais enquanto produtoras e enquanto mulheres. O que está em jogo é, antes de mais nada, a aquisição de uma consciência de gênero, condição *sine qua non* para uma emancipação coletiva e individual. É o processo desta aquisição, sempre em movimento, sempre recolocado em questão, que tentei apreender em lutas como aquela das enfermeiras.

As enfermeiras e a constituição de um coletivo, a Coordenação Enfermeira

Tomo como base, enfim, neste terceiro exemplo, uma pesquisa coletiva que resultou no livro *Les infirmières et leur coordination* (1988-1989)¹².

A metodologia utilizada deriva da imersão e da observação participante durante os dezoito meses de existência da

12 Danièle Kergoat, Françoise Imbert, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, *Les infirmières et leur coordination* (1988-1989), Lamarre, aris, 1992.

Coordenação Enfermeira (associação, regida pela lei 1901). Este terceiro tempo da reflexão permite trazer à luz de maneira ainda mais nítida o que se passa na dialética do individual e do coletivo nas relações sociais de sexo e sublinhar o papel fundamental do coletivo no processo de individuação.

A Coordenação Enfermeira (associação, regida pela lei 1901) como exemplo de “coletivo”

Neste caso, falarei menos da passagem do grupo ao coletivo. Tentarei, antes, traçar os contornos daquilo que é um coletivo ou, em todo caso, do que era este coletivo. A principal característica da coordenação foi o alto grau de integração dos elementos que a compunham. Forma e sentido do movimento são indissociáveis e é isto que explica a radicalidade dessa luta. A coordenação permitiu, primeiramente, uma integração horizontal de seus elementos. A enumeração das características – vontade unitária, auto-organização, vontade de autonomia, inclusive na negociação, vontade de controle e democracia direta – não basta para caracterizar a forma coordenação, pois cada uma delas poderia ser encontrada em outras formas de organização de luta, tanto no passado, quanto num período mais recente; tanto na França, quanto no exterior. O determinante é o fato de que estas características são criadas e funcionam em constante interação. Estes princípios formam, na Coordenação, um todo que justifica que falemos de experimentação social, tanto individual, quanto coletiva¹³.

Assim, forma e sentido estiveram em constante interação. A observação das práticas de luta demonstra que o “sentido” é revelado pela ação coletiva, ao mesmo tempo em que ele se cria nesta ação coletiva. A solidariedade, o sentimento coletivo, não preexistiam à Coordenação, mas surgiram com ela, com o avanço da primeira plataforma reivindicativa, nas as-

13 No plano individual, devemos destacar, sobretudo, o quanto a utilização intensiva de técnicas modernas de comunicação (Minitel, respondedores automáticos, informática, mídia) pesaram sobre o nascimento de um sentimento coletivo e permitiram a expressão da subjetividade dos indivíduos e, portanto, a integração dessa subjetividade na luta.

sembleias gerais e na greve, paralelamente à constituição de coordenações locais, regionais e nacional.

Assim, também, a reivindicação salarial derivou da morte da “vocalização”, mas, simultaneamente, a ação coletiva permitiu que elas se situassem claramente na relação salarial enquanto grupo e não mais como indivíduos isolados atingidos, de alguma forma, pela graça da vocalização.

Encontramos uma problemática semelhante concernente à questão da democracia. A preocupação com democracia é transversal a todos os níveis do movimento e assumiu, particularmente durante sua fase ascendente, características próprias. Não se tratava tanto de tomar uma decisão majoritária ou consensual, remetendo-se a um funcionamento fusional, quanto de criar a unidade não apenas respeitando, mas partindo da diversidade dos indivíduos, dos grupos e dos pontos de vista. Esta preocupação apareceu claramente nas primeiras assembleias gerais que estabeleciam a plataforma reivindicativa, assim como durante a greve. As modalidades desta última foram, de fato, variáveis de um serviço a outro, de um hospital a outro.

O exemplo da greve aponta um outro fenômeno: a democracia está igualmente presente nas reivindicações sobre o reconhecimento profissional, a dignidade no trabalho, o papel próprio da enfermeira, etc. A democracia era uma aspiração anterior ao movimento: ela fez parte do sentido desse movimento e modelou sua forma. Em troca, se não houve, na realidade, um questionamento da divisão social do trabalho, é patente que a própria forma “coordenação” alimentou a reflexão sobre a questão profissional e permitiu que se exprimissem preocupações que não haviam sido coletivizadas até então.

A entrada da indivíduo no coletivo

Tentarei mostrar aqui, me apoiando no exemplo da qualificação, como as relações de sexo, que no silogismo eram fonte de bloqueio, transformaram-se em pilares da entrada no coletivo. Como no caso do silogismo, as relações sociais de sexo serão mobilizadas na explicação, mas dessa vez não mais como obstáculos na passagem do grupo ao coletivo, mas como segmentos da mobilização possível para chegar

ao coletivo. Trata-se, portanto, de analisar a superação do silogismo retomando a sequência relações sociais de sexo/divisão sexual do trabalho/qualificação. De fato, a qualificação (uma das modalidades da divisão do trabalho entre os sexos e as classes), assim como a relação que as mulheres (tanto operárias, quanto enfermeiras) mantêm com ela é uma passagem obrigatória para quem pretende refletir sobre as relações de gênero. A construção da qualificação, em sua tripla dimensão - relação com os outros, relação consigo mesma e confronto com o material -, faz parte do mínimo de construções materiais e simbólicas necessárias não apenas para resistir, mas também para construir coletivos (de luta). E vimos que, para existir, os coletivos femininos precisam integrar a dimensão do gênero. Então, como as enfermeiras fizeram?

Sempre esteve subjacente ao movimento das enfermeiras a vontade de fazer reconhecer – concreta e simbolicamente – as suas competências profissionais pois, se é evidente que a representação social da qualificação de enfermeira é mais valorizada que a das operárias, isso não apaga o fato de que ainda existem muitas ambiguidades no que diz respeito às qualidades e qualificações exigidas das enfermeiras e ao modo pelo qual as próprias enfermeiras vivem sua qualificação. Três dissociações tiveram de ser operadas para que se estabelecesse uma relação coletiva com a qualificação: a negação da vocação, a separação nítida entre vida privada/vida profissional e a separação entre papel feminino e papel profissional. É o que vamos analisar a seguir.

É indubitável que a fonte dessa ambiguidade reside na história da profissão, no fato de que ela, até bem recentemente, era exercida por religiosas. A ideia de vocação postula uma relação imediata, quase visceral, entre o indivíduo e a profissão. Nesta perspectiva, ter vocação é uma condição prévia a qualquer ideia de formação ou qualificação. A primeira ruptura a ser operada era, portanto, com esta definição.

Esta profissão é, aliás, maciçamente feminizada e os papéis sociais exigidos das trabalhadoras são papéis *femininos*, remetendo mais uma vez a *qualidades*, mais que a uma qualificação, e remetendo, mais ainda, a qualidades *individuais*. Isso tem como consequência uma construção mui-

to difícil da noção de qualificação, pois não se codificam qualidades morais. Portanto, não se pode estabelecer sua remuneração, bem como não é possível remunerar qualidades de gênero, as ditas qualidades femininas, assim como a definição social de uma competência profissional não pode repousar sobre uma lista de qualidades individuais. É por isso que dizemos que a enunciação destas qualidades foi, durante muito tempo, um empecilho à conceituação do ofício em termos de qualificação. Num caso, estamos no domínio da essência, da educação moral – e tudo isso é da ordem do individual, não negociável, não “mercantilizável”; estamos em algum lugar fora do assalariamento. A qualificação é, ao contrário, a expressão da relação capital/trabalho num dado momento. É a mediação necessária, no campo da relação salarial, para encetar uma negociação em termos de classificação e salário. E a qualificação remete imediatamente ao nível coletivo.

Chegamos assim à segunda ruptura que as enfermeiras tiveram de operar. Levantei a hipótese de que, na origem do movimento, havia a contestação fundamental de uma profissão constituída em torno da pessoa enfermeira, definida por papéis prescritos, e de que esta contestação, para ter sucesso, deveria, num primeiro tempo, assentar a profissão no campo da relação salarial, antes de poder pensá-la em termos de qualificação. De fato, a entrada consciente no assalariamento é a passagem obrigatória para a construção de uma relação com a qualificação, sendo esta última a condição necessária para poder negociar salário e estatuto.

Mas, para que a vontade de reconhecimento material e simbólico passe do estágio de demanda para aquele da reivindicação, ainda é preciso operar uma dissociação entre papéis femininos – qualidades individuais –, de um lado, e papel profissional, do outro. É o que explica, a meu ver, a afirmação tantas vezes repetida de que o trabalho de enfermeira é um trabalho como outro qualquer. “Um trabalho como outro qualquer” significa um investimento limitado no tempo e no espaço, ou seja, a dissociação entre vida profissional/vida privada: “Se a gente aprendesse a ser profissional, seria bom. Se conseguisse fazer a triagem entre o que é profissional e o que é pessoal... Mas nessa profissão, tudo se mistura um pouco.

Porque a gente dá tanto de si que não sabe mais onde está o limite” (uma enfermeira).

Isso corresponde à palavra de ordem “*ni bonnes, ni nonnes, ni connes*”¹⁴: a ruptura com a vocação é efetiva, elas não estão no hospital para fazer trabalho doméstico, não querem mais ser usadas e abusadas à vontade, em nome da utilidade social de sua profissão. Em suma, querem ser reconhecidas como assalariadas com pleno direito. No entanto, e a nuance é importante, não como assalariadas: não se trata apenas de vender melhor a própria força de trabalho, mas igualmente de reivindicar que essa força de trabalho que se exerce de maneira útil seja reconhecida e sancionada como tal. De fato, os problemas que elas colocam são novos precisamente por serem articulados de maneira inédita. Existe sexualização do personagem salarial. Isso aparece claramente nas variáveis que elas privilegiam para construir sua relação com a qualificação.

Mas esta dissociação entre papéis femininos (qualidades individuais) e papéis profissionais é difícil de operar por duas razões:

- o modo como a profissão de enfermeira é definida, a partir do exterior, em torno de qualidades que são, todas elas, qualidades tradicionalmente femininas – o devotamento, por exemplo, mas também a minúcia, a destreza, a limpeza... – e qualidades individuais.
- o fato de ser, por outro lado, algo de amplamente interiorizado pelas enfermeiras e, sem dúvida, ainda mais extensivamente pela maioria das mulheres. Mais uma vez, o fato de ser mulher é um obstáculo à entrada no coletivo.

Portanto, o caminho é difícil: *é preciso que esta relação com a qualificação se construa, simultaneamente, no nível individual e no nível coletivo.*

O que as enfermeiras demandavam através do reconhecimento da profissão era o reconhecimento de uma qualificação não somente técnica, mas igualmente relacional. E todas, in-

14 Em tradução literal: “nem criadas, nem freiras, nem babacas” (NdT).

dividual e coletivamente, insistiam neste último aspecto para valorizá-lo.

Então, o que significa o fato de ter o sentido e o desejo do relacional? Isso deriva de uma qualidade de gênero, de uma qualidade individual ou de uma modalidade da qualificação profissional? Claro está que as enfermeiras não colocam a alternativa explicitamente nestes termos. Mas é, no entanto, evidente que quando algumas delas – muitas vezes as mais envolvidas no movimento reivindicativo – contam sua história profissional, trata-se, ao mesmo tempo, de uma lenta dissociação entre a pessoa e sua profissão e de uma construção progressiva do relacional:

“O fio condutor de minha vida profissional se encontra com aquilo que sou como indivíduo e, ao mesmo tempo, com o que sou como mulher. [...] No começo, como enfermeira, recebia muito mal as observações vindas de homens, coisas do gênero: “você tem uma mão suave”, coisas assim. Recebia isso muito mal porque não queria misturar as coisas, quero ser reconhecida como enfermeira, não como mulher. [...] Antes, estava sempre com medo. Você sabe, quando a gente é mulher, tem sempre medo dos contatos porque vive isso como uma agressão física: não pode me tocar, porque significa querer tomar meu corpo, isso eu não suporto. Isso era na época em que ainda sentia a necessidade de me afirmar como profissional, como mulher também. Mas agora, quando me dizem isso, porque sei que estou num plano profissional, num plano puramente individual, acho que é uma coisa que não me choca mais [...] Agora, o objetivo é que o paciente diga: sim, me faz bem, o contato me faz bem [...] Sou uma pessoa que privilegia o relacional.”

O que aparece num plano mais geral é o fato de que era o coletivo – a coordenação – que oferecia as condições de emergência de um movimento de autonomização e de individuação.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para terminar, sublinharia simplesmente três pontos importantes para o tema que nos preocupa neste livro:

1. Toda mobilização remete a um “nós”, mas não necessariamente a um coletivo. Para isso, é preciso que forma e fundo do movimento entrem em interação (ver a mobilização das enfermeiras).
2. As relações sociais e seu entrelaçamento não são, unicamente, fonte de dominação. Elas são, *ao mesmo tempo*, potencialmente portadoras de emancipação.
3. No caso das enfermeiras, é evidente como o processo de individuação é, ao mesmo tempo, processo individual e processo coletivo de emancipação. O coletivo é, portanto, a condição necessária para que exista movimento de autonomia e de individuação e movimento – coletivo – de emancipação.

5

O SILOGISMO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SEXUADO FEMININO O CASO DAS OPERÁRIAS ESPECIALIZADAS

Primeira publicação: este artigo foi publicado inicialmente nas atas da mesa redonda internacional realizada em Paris nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1987 e organizada pelo APRE (Ateliê produção/reprodução), Cahiers de l'APRE, no 7: *Les Rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyse* [As relações sociais de sexo: problemáticas, metodologias, campos de análise], IRESCO, Paris, 1988, três volumes. vol. 1, pp. 283-291. Reedição: *Travailler*, no 6, 2001.

Este texto, escrito em 1987, tenta desmontar a caixa preta das práticas sociais femininas no trabalho, penetrando na alquimia misteriosa que liga relação social e práticas sociais individuais e coletivas. Esta ligação não é de causalidade – sociologia da dominação –, mas é antes um movimento de criação recíproca. Com escopo demonstrativo, o texto limitou-se unicamente ao universo produtivo, sabendo que o público do colóquio ao qual se dirigia num primeiro momento conhecia as teses sobre o duplo estatuto do trabalho – assalariado e doméstico – e poderia estender sozinho as passarelas necessárias para chegar ao universo familiar. De uma maneira mais concreta, este texto é a saída que a socióloga mulher que sou encontrou para responder ao que percebia como um imperativo categórico: dar conta de uma forma de sofrimento das operárias, sofrimento-violência propriamente indizível

para elas, e de levá-la, na medida do possível, à cena pública, com a esperança de que, num segundo momento, certas mediações permitissem que as interessadas assumissem isso e usassem à sua maneira, em sua intimidade e em sua própria cena pública.

Os trabalhos destes últimos anos demonstraram amplamente que os mecanismos de opressão e exploração pesam sobre os grupos e sobre sua constituição, estruturam as relações sociais globais de classe e de sexo, permitem explicar as práticas sociais. Mas se determinadas “correspondências” teóricas foram assim estabelecidas, falta ainda ver como se dá a passagem entre relação social e práticas sociais concretas. Em outros termos, poderíamos dizer que avançamos muito no campo do porquê das coisas se passarem desta ou daquela maneira, mas o como permanece enigmático: como os atores sociais – individuais e coletivos – sustentam, refletem, se opõem, contornam... as relações sociais? Como explicar as práticas sociais não apenas em termos de resposta ou de adaptação aos determinismos sociais? Como abordar o problema da mudança levando em consideração ao mesmo tempo as estruturas e os atores?

Para que possamos tratá-las, estas questões passam necessariamente pelo estudo do modo como os atores sociais se re-apropriam das relações sociais, transformando-as, ao fazê-lo, em práticas sociais. Este ponto de confluência entre o abstrato e o concreto está situado, para nós, na interface entre o sujeito e o coletivo.

Esta exposição se situa, portanto, num momento preciso de um itinerário de pesquisa; ela é sustentada pelos trabalhos anteriores, cujo objetivo era contribuir para uma análise materialista da condição operária sexuada¹; análise esta que, embora exija continuidade, já forneceu apoio suficiente para que possamos retornar ao ator sem derrapar no psicologismo e no ideológico.

Esta exposição pretende, portanto, ser uma contribuição para a constituição do sujeito sexuada e dos coletivos sexuais e, evidentemente, para a imbricação dos dois. Para tanto, privilegiamos uma abordagem metodológica – a análise do conteúdo do discurso operário feminino –; teórica – a aborda-

1 Danièle Kergoat, *Les ouvrières* [As operárias], *op. cit.*

gem materialista da linguagem vista ao mesmo tempo como indicador das relações sociais e como agente ativo da produção e reprodução destas relações² –, e contextual – as relações de classe serão aqui um pano de fundo, pois o acento se coloca nas relações de dominação. Sabemos, entretanto, que o *corpus* coletado é infinitamente maior do que o apresentado aqui e do que o conjunto do trabalho³ ao qual esta exposição se refere implicitamente remete a uma metodologia plural⁴.

De todo modo, resolvemos nos concentrar num único ponto: os impasses da constituição do sujeito sexuado feminino no universo do trabalho, ponto que nos parece nodal para a compreensão dos coletivos de trabalho femininos; a demonstração irá se apoiar num só grupo, o das operárias não-qualificadas⁵.

2 Josiane Boutet, “Construction sociale du sens dans les entretiens d’ouvriers et d’ouvrières” [Construção social do sentido nas entrevistas de operários e operárias], relatório GEDISSST-DRL, Paris-VII, 1985.

3 Trata-se de um estudo sobre a qualificação operária realizado com Josiane Boutet, sociolinguista, e com a colaboração de Anne Lerolle, Chantal Rogerat e Danièle Senotier. Ele teve como base o setor metalúrgico automotivo, eletrônico, de fundição, mecânico. Os tomos 2 e 3 do relatório final foram publicados (cf. Josiane Boutet, “Construction sociale du sens dans des entretiens d’ouvriers et d’ouvrières”, artigo citado; Anne Lerolle e Chantal Rogerat, *L’appropriation de la qualification, vécus et luttes d’ouvrières* [A apropriação da qualificação, vivências e lutas de operárias], relatório GEDISST-CNRS, 1987). Estudos anteriores também foram utilizados, em particular a pesquisa sobre o trabalho em tempo parcial (Danièle Kergoat, *Les femmes et le travail à temps partiel* [As mulheres e o trabalho em tempo parcial], La Documentation Française, Paris, 1984), a respeito da “solução terceiro filho”. É importante precisar, enfim, que a reflexão apresentada aqui foi em parte elaborada no quadro de uma participação no seminário interdisciplinar de psicopatologia do trabalho “Plaisir et souffrance dans le travail” [Prazer e sofrimento no trabalho] (cf. Christophe Dejours, *Plaisir et souffrance au travail*, atas do seminário, CNRS, 1987). Um dos pontos de partida é a retomada da tese de Christophe Dejours, segundo a qual o trabalho é o mediador privilegiado entre inconsciente e campo social.

4 Monografias de empresa, estudo dos processos de trabalho, políticas de pessoal e sua evolução, observação dos postos de trabalho, trajetórias familiares e profissionais, entrevistas aprofundadas – cerca de sessenta.

5 O estudo foi realizado sobre as operárias especializadas, mas igualmente sobre operários – OS e OP [Operário Especializado e Operário Profissional] –, sobre operárias profissionais e algumas técnicas. Uma pequena minoria era sindicalizada.

A RELAÇÃO DAS OPERÁRIAS COM O UNIVERSO DE TRABALHO

Tomemos o exemplo das trajetórias. A este respeito, não podemos deixar de observar a linearidade dos discursos masculinos oposta aos meandros e aos fluxos dos discursos femininos assim que se evoca a vida profissional: a dificuldade das mulheres de lembrar as datas de mudança de categoria e de classificação, os diferentes postos ocupados e mesmo a própria qualificação – oficial – atual, se contrapõe à clareza das exposições masculinas. Além disso, é notável como os homens não tentam justificar suas escolhas, ao passo que as mulheres explicam, legitimam constantemente: porque pararam de trabalhar – ou não pararam –, porque num determinado momento e não em outro, porque “escolheram” aquele tipo de trabalho e de empresa. Por outro lado, é importante notar que – ao contrário dos homens – o casamento, o nascimento dos filhos, as mudanças de endereço são situadas no tempo com grande precisão: estes acontecimentos não são apenas pontos de referência temporais, mas são apresentados como elementos-chave, que remodelaram suas vidas, inclusive profissionalmente.

Não é, portanto, possível reduzir o conjunto referencial das operárias aos pares antinômicos trabalho/família, trabalho assalariado/trabalho doméstico ou ainda opressão/exploração. As práticas sociais femininas formam um conjunto complexo e ambivalente que percorre constantemente, no tempo e no espaço, a totalidade do social.

Vem daí a posição absolutamente original das operárias especializadas: elas se importam – muito – com sua atividade e seu emprego e com os benefícios secundários que ambos oferecem em termos de socialização – muitas delas insistiram no fato de que, em momentos críticos de suas vidas, o trabalho foi uma “salvação”; por outro lado, contudo, elas não amam seu trabalho e permanecem relativamente estranhas não ao “mundo do trabalho”, mas ao mundo do universo industrial. É para dar conta disso que proponho utilizar a noção de estraneidade – “situação jurídica de um estrangeiro no país em que se encontra”.

Ilustraremos esta noção por meio da relação de insegurança que as mulheres OS mantêm com a organização do trabalho; em seguida, passaremos à descrição do grupo de trabalho.

AS OPERÁRIAS: UM GRUPO ATOMIZADO, SUJEITOS INSECURIZADOS

No que diz respeito ao indivíduo, uma das constantes do discurso é o medo.

Ele aparece em vários níveis: medo de mudar de posto ou de grupo de trabalho, medo da técnica e das novas máquinas, medo da chefia, medo da formação... Por trás disso tudo, um denominador comum: não o medo da mudança enquanto tal, mas o sentimento agudo de que qualquer mudança é prejudicial, particularmente se esta mudança for reivindicada pela própria operária. Tomemos o exemplo da formação: se resultar num fracasso, dá ensejo ao sentimento de “passar vergonha”, mas se for um sucesso, todo um perigoso mecanismo de transgressão dos papéis tradicionais e das normas igualitaristas do grupo operário feminino se desencadeia. Este medo, remetendo a perigos reais para o indivíduo mulher, tende, portanto, a encerrá-lo em práticas defensivas em relação ao universo do trabalho, pois qualquer mudança, seja ela seguida de um “fracasso” ou de um “sucesso”, implica de fato um risco grande e incontornável.

Nesta configuração desestabilizante, o grupo de trabalho poderia ser um ponto de apoio. Ora, o que acontece neste nível? O coletivo de trabalho feminino nunca aparece fora dos períodos de luta⁶. Em outros termos, o grupo operário feminino aparece totalmente atomizado – e não clivado como os

6 Sobre a ligação entre luta e coletivo, cf. Marie-Victoire Louis, “La lutte des femmes de Bekaert-Cockerill” [A luta das mulheres de Bekaert-Cockerill], Les Cahiers du GRIF, setembro de 1983; Chantal Rogerat, “Quand les femmes se mêlent de ce qui les regarde” [Quando as mulheres se metem naquilo que lhes diz respeito], in Anne Lerolle e Chantal Rogerat, L'appropriation de la qualification..., op. cit.

grupos masculinos: ele se define em seu funcionamento na representação que dele fazem as operárias, como um agregado atravessado por uma intensa concorrência interindividual – a solidariedade seria apanágio exclusivo dos grupos de homens ou pelo menos do grupo mixto: o problema da “inveja” retorna como um *leitmotiv* na *quase-totalidade* das entrevistas. Nos grupos de mulheres, a “diferença” não é aceita – exceto nos períodos de conflito aberto com o patronato – e é fonte de exclusão. Tudo acontece como se não houvesse compromisso possível entre o “eu” e o grupo social mulheres – exceto, mais uma vez, em caso de luta ou de desespero extremo de uma delas, como a morte de um filho, por exemplo; mas neste último caso, deveríamos falar antes de identificação coletiva.

INDIVÍDUO E COLETIVO: UM SILOGISMO PARADOXAL

Aqui chegamos ao coração de nossa análise. Ao invés de esvaziar os discursos totalmente recorrentes sobre a não-solidariedade, a inveja, as oposições interindividuais – às vezes violentas –, optei, ao contrário – sempre na perspectiva teórica das práticas sociais de linguagem –, por dar-lhes a importância que têm aos olhos das próprias operárias⁷; postulei que poderíamos ir além do raciocínio em termos de reprodução dos estereótipos sexuais e que este discurso não era, não podia ser neutro. Busquei, portanto, saber o que manter um tal discurso exigia, ou não, da pessoa – no nível

7 Este silogismo pode ser encontrado em vários outros grupos profissionais além daquele das operárias especializadas – donde a utilização frequente no texto das palavras “operárias” e mesmo “mulheres” no lugar de “operárias especializadas”. Por outro lado, a articulação sujeito/grupo tem modulações diversas segundo o lugar que ocupa nas relações de produção.

da constituição do sujeito sexuado –, e se não era revelador de uma articulação particular grupo/indivíduo. Afinal, o que diz este discurso? 1. Todas as mulheres são “invejosas” – o mesmo raciocínio pode ser desenvolvido a respeito da “maledicência”, da “hipocrisia”, do medo diante do chefe, etc.; 2. Eu pessoalmente não sou invejosa. Não se trata aqui de uma interpretação: estes dois pontos são enunciados assim na quase totalidade dos discursos

De um ponto de vista lógico, estamos diante das premissas de um silogismo:

- “Todas as mulheres são invejosas”: maior;
- “eu não sou invejosa”: menor.

Formalmente, a conclusão deveria ser:

- “logo, eu não sou mulher”.

Esta conclusão evidencia a negatividade do discurso operário: existe realmente uma recusa a identificar-se com um coletivo mulheres.

Donde:

– todas as bases para a criação de um coletivo são assim solapadas;

– a constituição sexuada do sujeito fica bloqueada no nível de suas representações, pois a afirmação “eu não sou mulher” não é dizível e nem sequer pensável.

Sendo assim, apenas o indivíduo pode se afirmar, mas um indivíduo neutro, tipo “ser humano”. Consequentemente, as mulheres só podem encontrar uma saída através de uma ética individualista. Mas esta saída é ela mesma condenada pelas formas exteriorizadas da divisão sexual do trabalho: bloqueios à formação, à promoção, à qualificação, etc.

Elas não dispõem, portanto, dos meios sociais necessários para colocar em prática, na situação de trabalho, a ética individualista que seria a saída lógica para seu discurso. Por outro lado, a extraneidade em relação ao trabalho e a impossibilidade de se reconhecer no grupo têm um efeito cumulativo que pode explicar a gênese de numerosas práticas sociais.

É o que ocorre na relação aparentemente “passiva” que elas mantêm com frequência – ao contrário dos homens – com a

qualificação. Isso é certamente um produto da concorrência homens/mulheres⁸.

Mas não é só isso: esta relação de fracasso não é um simples efeito da dominação; ela se constrói ativamente no interior mesmo de cada sujeito. Expliquemos: as relações de exploração secretam violência; esta violência pode ser parcialmente reinvestida pelos homens no próprio interior do universo de trabalho através das lutas – individuais e/ou coletivas – pela carreira, pela promoção, pela qualificação, etc.; as mulheres não dispõem dos meios sociais para esse reinvestimento, pois existe descontinuidade entre o sujeito sexuado, de um lado, e o grupo sexuado e o universo de trabalho, do outro. Logo, temos a constituição de um círculo vicioso: a violência retorna contra o grupo de seus pares e contra elas mesmas.

Ao negar o grupo, as mulheres negam-se a si mesmas como sujeitos – as duas negações são coextensivas. Onde os constantes comportamentos de autodesvalorização. Com certeza, homens e mulheres OS desvalorizam seus conhecimentos, seu *savoir-faire* e, ao fazê-lo, se auto desvalorizam: fazemos um trabalho babaca, logo somos babacas. Mas no caso das operárias isso é duplicado por uma autodesvalorização enquanto mulheres⁹; donde as múltiplas condutas de fracasso e a ausência de agressividade em relação ao universo produtivo.

8 Ghislaine Doniol-Shaw, *Qualification des ouvrières et déqualification do travail* [Qualificação das operárias e desqualificação do trabalho], relatório GEDISST-CNRS, 1985.

9 É preciso destacar, aliás, que o naturalismo próprio do discurso operário tanto masculino, quanto feminino (sobre a “biologização das diferenças”, cf. Danièle Kergoat, *Les Pratiques revendicatives ouvrières. Processus revendicatifs et dynamiques collectives* [As práticas reivindicativas operárias. Processos reivindicativos e dinâmicas coletivas], relatório CSO-CNRS, 1978) é agravado no caso das mulheres pelo fato de que seu discurso implica a totalidade de um grupo social – as mulheres –, do qual elas são necessariamente parte. É necessário precisar? Os operários nunca acusam “os homens” em seus discursos, mas “os jovens”, “os velhos” ou “as mulheres”, ou seja, grupos dos quais eles mesmos não fazem parte: eles “exteriorizam” a naturalidade.

A PASSAGEM DO GRUPO AO COLETIVO: PONTO FULCRAL NA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

As observações precedentes esclarecem um problema que não faremos mais que evocar aqui: a grande dificuldade que encontramos nas empresas para abordar a divisão sexual do trabalho e a concorrência homens/mulheres. Obviamente, muitas razões objetivas explicam tal silêncio¹⁰. Mas se mantivermos o ângulo de análise aqui adotado, é preciso notar que a atomização do grupo operário feminino, sua não-constituição como coletivo gera inevitavelmente imensas dificuldades para pensar o grupo de homens como um “grupo”, justamente, mas ao mesmo tempo como um grupo adverso. Aliás, todo o universo da empresa é assim atomizado: os problemas não são colocados conjuntamente num quadro coletivo ou organizacional, mas são remetidos a uma constelação de relações interindividuais.

A difícil construção de um coletivo a partir do grupo de trabalho tem outras consequências: donde, a tentativa frequente de buscar soluções individuais e no campo do privado (*cf* aquilo que chamei de “solução terceiro filho”) para problemas eminentemente coletivos, tais como a não-qualificação, o desinteresse, a não-estabilidade dos postos de trabalho oferecidos às mulheres. Trata-se frequentemente de práticas não somente defensivas, mas individualizantes.

Mas o que pretendemos é nos deter na gênese e na condução das lutas na produção. É bem verdade que a primeira consequência desta configuração sujeito/grupo pode servir – e serve – para reproduzir as relações de dominação ao infinito e para reforçá-las ainda mais, pois se trata de interio-

10 Helena Hirata e John Humprey, “Division sexuelle du travail dans l’industrie brésilienne” [Divisão sexual do trabalho na indústria brasileira], in coletivo, *Le Sexe du pouvoir* [O Sexo do poder] (atas do colóquio “Femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations” [Mulheres, homens e poderes nas organizações], Dauphine, 1984), Epi, Paris, 1986.

rizar uma representação de si mesmo forjada pelo grupo dos dominantes¹¹.

Além disso, isso enfraquece ainda mais a posição das operárias nas relações de classe: praticamente todas se sentem e se dizem exploradas, mas não percebem a sexuação dos mecanismos desta exploração. Vem daí a tendência a deixar campo livre para os homens no que diz respeito à concorrência na empresa e a ser apenas “auxiliares” deles na luta de classe.

Só que o problema não se esgota aí, pois, embora de forma negativa, é em relação ao grupo social das mulheres que as operárias especializadas se situam¹². Aliás, a consciência aguda de serem exploradas, a vontade de continuar em atividade e de ter um emprego pesam muito quando se coloca o problema das condições de mudança desta autorrepresentação que bloqueia o acesso ao coletivo. Ora, vê-se o quanto esta passagem é potencialmente subversiva. Quinze anos atrás, aquelas de nós que diziam que, quando as mulheres se movimentavam no campo produtivo, isso mexe igualmente com o campo do reprodutivo, tinham toda a razão. Mas não da maneira mecanicista que imaginávamos. O que ocorre é muito mais sutil: no bojo de uma luta que engaje as mulheres e seja dirigida por elas, o grupo operário feminino, livre do jugo das dominações ordinárias, pode enfim se conjugar no positivo; a identificação do “eu” com o grupo torna-se então possível e, portanto,

11 E é por isso que nos recusamos a raciocinar aqui em termos de “identidade”; o que encontramos é mais a “falsa consciência” de Colette Guillaumin (“Question de différence” [Questão de diferença], *Questions féministes*, no 6, 1979) ou a “consciência dominada” de Nicole-Claude Mathieu (“Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques unes de leurs interprétations em ethnologia” [Quando ceder não é consentir. Determinantes materiais e psíquicos da consciência dominada das mulheres e de algumas de suas interpretações em etnologia], in Nicole-Claude Mathieu (organização), *L'arraisonnement des femmes. Essais en anthropologie des sexes* [A persuasão das mulheres. Ensaio de antropologia dos sexos], Éditions de l'EHESS, “Cahiers de l'homme”, Paris, 1985)

12 Cf. Yasmina Kabiri, “Identité de classe et identité féminine chez les femmes OS” [Identidade de classe e identidade feminina entre as mulheres OS], in coletivo, *Le Sexe du pouvoir*, op. cit.

a passagem ao coletivo: o “eu” pode começar a se apoiar sobre o “nós” e o coletivo no indivíduo. Mecanismo delicado através do qual é possível combater as relações de exploração ao mesmo tempo em que, se a luta tiver um certa duração, se gesta e depois se concretiza um verdadeiro coletivo¹³, que leva em conta não apenas as diferenças ligadas ao lugar na produção, mas também as diferenças ligadas ao lugar nas relações de gênero. Compreendem-se assim as diferenças observadas entre os modos masculinos e femininos de mobilização e de condução das lutas¹⁴.

Eu diria, então, que este grupo de operárias especializadas é ao mesmo tempo, na cotidianidade, um vetor privilegiado da reprodução das relações de sexo e, na luta, uma vez transformado em “coletivo”, um suporte para *colocar em questão a totalidade do social*, pois tanto a simultaneidade da luta contra a exploração e a opressão, quanto a luta pela expressão positiva do eu e do nós são necessidades incontornáveis para a própria sobrevivência desta luta.

Estamos, portanto, bem distantes das relações sociais de classe e de sexo que modelariam do exterior as práticas dos atores sociais. Queríamos falar deste sofrimento que encontramos tão presente em todas as operárias, desta violência exercida contra si e contra as outras mulheres. Por amor à fidelidade ao discurso destas mulheres, mas também para sair do não-dito que pesa sobre estes problemas que bloqueiam o acesso ao coletivo – e não apenas entre as operárias. E para tentar igualmente, graças aos instrumentos sociológicos, compreender a lógica e os funções deste bloqueio.

E assim sendo, esta comunicação poderia ser apresentada como a ilustração concreta da metáfora de Lou Andreas-Salomé: é preciso, diz ela, recusar-se decididamente a não

13 A passagem do grupo ao coletivo sexuado é, a meu ver, a portadora de mudança e não a constituição de uma identidade mulher, pois não é a afirmação “nós somos mulheres” que é subversiva, mas a constituição concreta de um coletivo que considere e trabalhe os lugares que elas ocupam nas relações sociais enquanto produtoras e enquanto mulheres.

14 Danièle Kergoat, “Les pratiques revendicatives ouvrières...”, artigo citado e Les Ouvrières, op. cit.

ver nada além da parte da frente de um tecido, a ser sensível apenas e tão somente à impressão produzida pela imagem de conjunto, e passar a examinar, ao contrário, o avesso deste tecido, observar “os fios isolados, as linhas que seguem, seus entrelaces, os pontos em que se unem”. Sem dúvida alguma, a ilustração não está à altura do modelo esboçado, mas é exatamente o que propomos aqui: a ideia de que para avançar numa sociologia dos grupos dominados, é necessário recusar o caminho que leva à simplificação da realidade ao modelizá-la, pois no mais das vezes esta formalização se resume a dar forma às representações do mundo dos dominantes¹⁵, e aceitar, ao contrário, a imersão na complexidade – às vezes até na contradição –, tentar articular os múltiplos degraus da realidade, realidade de que o ator individual e o ator coletivo são partes integrantes.

15 Karen Horney, “La fuite devant la féminité” [A fuga diante de feminidade] (1926) et “La défiance entre les sexes” [A desconfiança entre os sexos] (1930), *La Psychologie de la femme* [A psicologia da mulher] (coletânea de textos), Payot, Paris, 1969.

6

REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DO PODER POR MULHERES NA CONDUÇÃO DAS LUTAS: O CASO DA COORDENAÇÃO ENFERMEIRA

Primeira publicação: Michèle Riot-Sarcey (organização),
Femmes, pouvoirs, Kimé, Paris, 1993.

A questão levantada aqui não é a dominação (mostrar como as enfermeiras sofrem as dominações médica, masculina, burocrática, etc.). Nosso propósito é examinar concretamente se e como as mulheres chegam a dirigir um movimento social misto, sabendo que a forma de organização estabelecida por este último é particular: uma coordenação. As características essenciais desse tipo de movimento social são, a meu ver, quatro:

- vontade unitária: todo mundo deve poder participar. Vontade esta que a própria sigla da coordenação manifestava perfeitamente: “Coordenação Nacional Enfermeira, sindicalizadas, não sindicalizadas, associadas, não associadas”;¹

1 Deve-se lembrar que, se a profissão conta apenas com um número reduzido de sindicalizadas, ela é, por outro lado, fortemente organizada em associações de caráter profissional.

- auto-organização: a assembleia geral é soberana. É ela que decide, expede mandatos, elege e demite delegados, controla o trabalho das comissões etc. A coordenação pode, portanto, ser comparada a uma espécie de pirâmide cuja base seria constituída pelas AG de serviços e de hospitais e cujo “topo” seria a assembleia geral nacional e o comitê nacional de coordenação;
- vontade de autonomia em relação aos sindicatos e aos partidos políticos;
- vontade de controle e de democracia direta.

Estas quatro características são importantes em si e, particularmente, quando relacionadas a uma reflexão sobre “mulheres e poder”; reflexão que deve integrar não somente o problema da direção de um movimento por mulheres, mas também um grande número de outras questões levantadas pelo conceito de poder(es), entre as quais a distinção capital entre relações de poder e relações de força². De minha parte, farei referência, sobretudo, ao segundo nível do poder, tal como é apresentado por Michèle Perrot:

“No plano histórico, a questão é, pelo menos, dupla. Como os diferentes tipos de sociedades se representam e organizam a divisão do poder e, notadamente, a distinção entre público e privado, que é um de seus paradigmas? É, em suma, o ponto de vista normativo. Segundo conjunto de questões: quais são as práticas de poder efetivas em ação numa sociedade por parte dos grupos e dos indivíduos?”³

2 Veremos assim que as relações de força no movimento social e na profissão podem ser fortemente alteradas, ao mesmo tempo que perduram as relações de dominação.

3 Michèle Perrot, “Histoire et pouvoir des femmes”, in Nicole Aubert, Eugène Enriquez Vincent de Gaulejac (organização), *Le Sexe du pouvoir. Femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations*, Desclée de Brouwer, Paris, 1986.

ALGUMAS OBSERVAÇÃO HISTÓRICAS

- A Coordenação Enfermeira vai de março de 1988 (primeira manifestação contra o Decreto Barzach, visto como uma desvalorização do acesso à profissão, seguida da decisão de criar uma coordenação regional das IDE – *Infirmières Diplômées d'État* [enfermeiras com diploma de Estado] – de Île de France), a dezembro de 1989, data da dissolução da CNI (*Coordination Nationale Infirmière*) propriamente dita, ou seja, a Coordenação Nacional Enfermeira tal como existia em associação (Lei 1901, de 7 de novembro de 1988)⁴.
- o movimento social das enfermeiras vai de março de 1988 até novembro-dezembro de 1988, ou seja, até o fim da greve e o refluxo do movimento social. O período seguinte (ano de 1990 e os oito primeiros meses de 1991) é um período de refluxo, marcado, no entanto, por ações esporádicas, algumas delas muito importantes (a greve de nove semanas no Hospital Tenon, em Paris, na primavera de 1991, por exemplo). O movimento social retorna no outono de 1991, menos importante que o de 1988, mas acompanhado, mais uma vez, por diferentes movimentos de greve⁵. O fim dos anos de 1991 e 1992 foram novamente de refluxo do movimento e da retomada de ações esporádicas aqui e acolá.

Este simples relato dos fatos leva a duas observações:

1. A difusão do movimento social, o fenômeno de sua capilaridade que conduziu, no correr dos meses, à invasão de

4 Atualmente, a sigla CNI tem um sentido totalmente diverso daquele de 1988-1989. Trata-se de um sindicato corporativista, organizado por uma parte da Coordenação.

5 Cumpre destacar que, se essas greves foram menos numerosas do que em 1988, elas foram tendencialmente mais duras e uma parte importante deste movimento ocorreu, dessa vez, em bases intercategoriais.

todo o setor social (cf. o movimento das assistentes sociais em particular);

2. A diferença que eu fiz entre o movimento social e a coordenação (eles se recobrem apenas parcialmente). É preciso insistir sobre a importância desta distinção: periodização, certamente, mas também os instrumentos de análise e de conceituação do poder também serão diferentes quando se refere à coordenação propriamente dita ou ao movimento social e da greve.

Distinguirei três níveis sucessivos na análise:

- o movimento social e o confronto com o Estado;
- a profissão, o exercício de um poder e a vontade de reconhecimento deste poder;
- a coordenação e a “regulamentação” do exercício do poder em seu seio.

PODER, CONFRONTO COM O ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL⁶

Como se trata de um movimento social – e não simplesmente de uma greve⁷ – coloca-se o problema da questão do poder, de saber quem é o interlocutor e de saber quem é o adversário.

Dirigir-se diretamente ao Estado foi sempre a vontade da Coordenação. Nomear o adversário não era tão evidente. Outras escolhas eram possíveis: poder médico, chefes de serviço, diretores dos hospitais, instâncias regionais... A Coordenação considerou que o real poder de decisão se situava no nível do Estado e era lá que poderiam ser colocados e re-

6 Este capítulo deve muito a análise de Hélène Le Doaré. “Esquisse pour une double interprétation des événements”, in Danièle Kergoat, Françoise Imbert, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, *Les infirmières et leur coordination* (1988-1989), Lamarre, Paris, 1992.

7 Sobre a discussão: movimento social ou não movimento social, cf. Danièle Kergoat, “Mouvement social e coordination: un état de la question”, *ibid.*

solvidos os problemas. Ou seja, o interlocutor e o adversário estavam lá.

Setembro de 1988 (primeira manifestação desde março, primeira greve) marca sua irrupção no espaço público. É então que a Coordenação começa a expressar sua vontade de negociar diretamente com o Estado.

No entanto, o ministério da Saúde se recusa a entrar em cena. Era a lógica estatal tentando impor suas próprias regras (as negociações costumeiras com as organizações sindicais). Foi preciso esperar a grande manifestação de 13 de outubro (100 mil pessoas na rua, uma esmagadora maioria de enfermeiras) para que o governo aceitasse um encontro tripartite em Matignon. Vitória, portanto, de ter obrigado o outro (i.é, o Estado) a reconhecer o adversário como “válido”, em suma, a reconhecê-lo, ponto final...

Embora o Estado continue a negociar com seus parceiros habituais e oficiais, ou seja, os sindicatos (o que resultará nos “acordos Évin” de 24 de outubro, que somente a CGT e a CGC não assinaram), uma brecha havia sido aberta na estrutura fechada do poder político. E a análise desse face a face é rica de ensinamentos.

Inicialmente, pela defasagem espaço-tempo que este encontro produziu de um lado e do outro. O que ilustra claramente as duas citações a seguir. Um membro da Coordenação Île-de-France declarou:

“Nós viemos para demandar tal coisa, não negociamos, não estamos aqui como negociadores; portanto, isso foi nosso *leitmotiv* e causou problemas. Como vocês querem que o Estado discuta conosco se a cada vez, a cada decisão, temos de retornar à AG? Mas essa é a verdadeira democracia. Havia uma ida e volta que criou problemas, visto que nós não funcionávamos como os outros.”

Do lado do governo, o choque desse encontro é de natureza certamente diferente, mas igualmente forte:

“Era inacreditável, exclama um membro do gabinete de Évin, “essas moças da Coordenação contam, cada uma

delas detalhadamente, os seus problemas de vida cotidiana. São tocantes, emocionantes, mas como negociar com uma fatia de vida?”

Essa defasagem, essa incompreensão semântico-política⁸ remete de fato à oposição de duas lógicas radicalmente opostas no que diz respeito ao tratamento do social: de um lado, uma lógica abstrata, fortemente codificada, correspondendo a uma estrutura fechada; do outro, uma lógica enraizada num cotidiano reivindicativo, concreto, indizível, na consciência da legitimidade fundamental de suas demandas, na consciência de seu “bom direito” oposto ao direito, exatamente como haviam dito, vários anos antes, as operárias de Lip.

Para além das lógicas, colocam-se, face a face, dois poderes diferentes:

- um monolítico, inscrito no espaço da política. É o nível do Estado, funcionando de fato com base numa lógica masculina;
- o outro, plural, impulsionado por mulheres, remetendo bem mais ao político que à política. É o nível da coordenação.

O encontro termina com um fracasso imediato. Mais ainda, anuncia a morte do movimento social (cf. o refluxo rápido das greves e mais geralmente, das lutas) e, de certa forma, “perverte” a Coordenação, pois nos meses que se seguem é precisamente a interiorização das regras da lógica estatal que leva a Coordenação a focalizar seus debates internos em torno da seguinte questão: devemos ou não buscar nos estruturar encontrando formas “reconhecidas” para entrar no jogo definido pelo Estado?⁹

8 Esta incompreensão é, no fundo, claramente de ordem política. Cf. Por exemplo, na segunda citação, a afirmação da oposição privado/público por um representante do Estado.

9 As diferentes correntes estavam de acordo sobre a necessidade de enfrentar este problema, mas se dividiam a respeito da importância relativa deste debate, assim como sobre as formas organizacionais a adotar.

E, dialeticamente, com o refluxo da luta, ela vai perder, pouco a pouco, sua capacidade de produzir a própria imagem de maneira autônoma, desligando-se, no mesmo movimento, da fonte do poder que tinha construído para si.

PODER E PROFISSÃO

Não é possível, no quadro dessa exposição, analisar detalhadamente o que é a profissão de enfermeira e, mais amplamente, de cuidador. Portanto, tratarei apenas de apontar os diferentes problemas.

O poder não era reivindicado somente na cena política, na afirmação da autonomia em relação aos sindicatos e aos partidos políticos ou no confronto com o Estado. Ele era reivindicado também no nível profissional, através do “papel próprio” (*versus* o papel delegado pelo médico).¹⁰

Mas esta reivindicação, embora se tenha falado muito dela, permaneceu num nível amplamente encantatório.

Querer o reconhecimento de seu papel próprio significava avançar em reivindicações sobre o controle do trabalho. Ora, o movimento sindical é singularmente pobre neste ponto, pois durante muito tempo a tradição francesa foi de que a gestão e a organização do trabalho eram um domínio unicamente patronal. Só recentemente, e sob a pressão dos assalariados, foi que ele se debruçou sobre estes problemas. Certamente, as novas tecnologias, os novos modos de gestão do pessoal, os grupos de expressão nas

10 Sobre o problema do papel próprio e do papel delegado, *cf.* os capítulos “Cent ans d’évolution de la profession”, de Danièle Senotier, e “Coordination et profession”, de Françoise Imbert, in Danièle Kergoat, Françoise Imbert, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, *Les infirmières et leur coordination...*, *op. cit.*

empresas¹¹ obrigam cada vez mais as confederações sindicais a mudar de atitude.¹²

Mas isso não parece ter acarretado, até agora, o surgimento de modelos coletivos de contrapoder quanto *à organização e à gestão do trabalho* no contexto econômico atual, *a priori*, no quadro das empresas feminizadas onde a expressão organizacional de uma competência feminina coletiva me parece particularmente difícil.¹³

Por outro lado, uma definição clara do papel próprio pela coordenação teria implicado, necessariamente, uma reflexão sobre as relações com as outras categorias. Ora, todos sabemos que a tendência categorial prevaleceu. Ela teria implicado, igualmente, uma análise do poder da enfermeira sobre o doente (no nível nacional, em todo caso, o problema nunca foi tratado, embora devesse ser objeto central de análise para pensar o coletivo de trabalho). Ao mesmo tempo, considerando estas restrições, não seria possível elaborar a reflexão sobre o papel próprio em todas as suas facetas.

O PODER E A COORDENAÇÃO

Tratamos aqui do problema da relação de dominação entre os homens e as mulheres, problema relacionado, como em outras instâncias sociais, à divisão sexual do trabalho. Portanto, como as relações sociais de sexo foram tratadas na Coordenação?

11 Segundo a lei francesa, em todas as empresas, qualquer que seja seu efetivo, os assalariados têm direito à expressão direta e coletiva sobre o conteúdo, as condições e a organização de seu trabalho. Este direito se exerce no local e no tempo de trabalho, em reuniões em geral denominadas “grupos de expressão”, que são pagas como tempo de trabalho (NdT).

12 Danièle Linhart, *Le torticolis de l'autruche*, Le Seuil, Paris, 1991.

13 Cf. Danièle Kergoat, “Le syllogisme de la constitution du sujet sexué féminin. Le cas des ouvrières spécialisées”, *Cahiers de l'APRE*, n. 7: *Les rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyses*, op. cit

Nos hospitais públicos, que foram o setor de ponta da luta, 85% das enfermeiras são mulheres e 93% das IDE também. É, portanto, inegavelmente um movimento conduzido pelas mulheres e concernente às mulheres. E, contrariamente a todos os hábitos, elas foram amplamente majoritárias em todas as instâncias da coordenação; nas AGs de hospitais, AGs regionais e nacionais, mas também nas comissões próprias de cada instância.

Neste momento de minha exposição, quero destacar três coisas:

- seu “poder de greve” foi enorme;
- não há exclusão das mulheres quando se sobe na pirâmide organizacional, justamente o inverso do que se constata em toda parte;
- muito pelo contrário, é no Comitê Nacional [*Bureau National*] da Coordenação que elas são mais numerosas: 70% de mulheres, em média, na totalidade das reuniões do BN durante o ano de 1989.¹⁴

Trata-se aqui de um fenômeno muito interpelativo: 70% é realmente uma cifra enorme se comparada às porcentagens de mulheres nas diversas instâncias sindicais e políticas.

Convém, portanto, interrogar-se sobre os meios concretos utilizados no seio da Coordenação para que tal resultado fosse possível. Ainda mais tendo em vista que bem no início, em março-abril de 1988, se as mulheres eram majoritárias no movimento, os homens eram onipresentes em todos os níveis do trabalho realizado: comissões de trabalho, elaboração da plataforma reivindicativa, primeiras assembleias gerais, assim como no trabalho de agitação nos hospitais, de popularização, no contato com a mídia, etc. Muito rapidamente, apareceu uma clivagem entre os militantes – na maioria militantes sindicais e em ampla maioria homens – e os não militantes, em larga maioria mulheres.

14 Acompanhamos a totalidade das reuniões do comitê nacional durante o ano de 1989.

Esta clivagem reaparecia constantemente. Para cada tarefa, a questão se colocava: quem vai redigir esse panfleto, este texto preparatório da reunião de um grupo de trabalho ou o relatório final dessa reunião? Quem vai tomar a palavra, que vai contatar a mídia? Se deixassem agir a força do hábito, o longo curso tranquilo da divisão do trabalho entre sexos, isto é, se utilizassem o *savoir faire* de uns e o medo pânico das outras, a totalidade dessas tarefas recairia rapidamente nas mãos dos homens. E tudo muito logicamente, muito “naturalmente”, sem tomada de poder violenta...

Ora, muito rapidamente, uma reação se produziu. No lado dos homens, alguns se recusaram a ser homens-orquestra, argumentando que o movimento dizia respeito, antes de tudo, a mulheres e que, portanto, não era nada natural que fossem representadas sempre por homens. Suas motivações, neste nível, são complexas, pois colocam o problema da legitimidade. Voltaremos ao assunto, mas pode-se dizer que para alguns homens - aliás, militantes políticos -, o feminismo tinha deixado, se não práticas totalmente antissexistas, pelo menos uma verdadeira sensibilidade quanto à existência do problema.

O segundo nível de reação foi das mulheres. No grupo inicial, muitas foram as que reportaram um sentimento difuso de vergonha diante da situação:

“Eu não participava, não falava, era alguém que não falava nunca, eu escutava... porque havia pessoas que estavam habituadas a falar, que tinham um passado notadamente sindical [...] Cheguei às reuniões, participei desse comitê, mas sem dizer a mim mesma: vou fazer parte disso. As coisas não são bem assim, completamente espontâneas [...]. Quando fizemos a assembleia geral, em 14 de maio de 1988, só os homens tomaram a palavra porque estavam acostumados. No fim da assembleia geral, lembro que eu e uma amiga nos olhamos e dissemos: ‘Não é possível, viu o que aconteceu hoje? Temos uma Coordenação Enfermeira, temos projetos, somos 80% de mulheres na profissão e hoje só os homens pediram a palavra.’ Estávamos muito agradecidas, pois sabíamos que não seríamos capazes de falar, mas mesmo assim dissemos: ‘Não é possível, temos que fazer alguma coisa!’ O

encontro seguinte seria na AG de 15 de setembro e nos dissemos: ‘Temos três meses para aprender e temos três meses para desbloquear as coisas, alguma coisa vai ter que acontecer’. Trabalhamos o verão inteiro, fizemos parte das comissões e tudo. Eu via que 15 de setembro estava chegando e pensava comigo: Droga, você disse que ia pedir a palavra e agora vai ter que falar, não pode mais recuar. Agora acabou, às vezes vamos mais rápido que eles, pois aprendemos muito rápido.”

Duas observações para encerrar este ponto:

Este poder das mulheres no interior da Coordenação, nesse primeiro nível de análise, é ao mesmo tempo conquistado e atribuído. Atribuído, pois foram sobretudo os homens que ajudaram essas mulheres a apropriar-se dos meios de conhecimento e de ação. Certamente, isso não é nenhuma novidade no movimento operário, mas esta passagem dos saberes e das práticas se fazia sempre entre homens. O que me parece essencial não é apenas o fato de esse poder ter sido em parte atribuído mas, sobretudo, o fato de ter sido atribuído *coletivamente* às mulheres e não individualmente a uma mulher particularmente brilhante ou “merecedora”.

Isto pode explicar, a meu ver, porque regras de gestão da mixidade foram criadas rapidamente e respeitadas ao longo do movimento. Só é possível aqui enumerar alguns exemplos: a presidência das assembleias gerais era sempre exercida pelas mulheres; a decisão de que as responsabilidades oficiais no quadro da associação lei 1901 (presidência, tesouraria, secretariado) fossem exercidas por mulheres; idem quanto à animação das manifestações, ao “som” e à responsabilidade pelo serviço de ordem (este último ponto suscitou muitas discussões) e, certamente, o trabalho com as mídias.

Todos estes pontos foram respeitados e, pouco a pouco, as mulheres líderes nos níveis regionais e nacional se soltaram e se tornaram “visíveis” como porta-vozes, tanto no interior do movimento, quanto nas mídias. Mas esta preocupação não se limitou a editar regras mais ou menos

formalizadas. Ela impregnou também toda a vida cotidiana do movimento, ou seja, este conjunto sexualizado de práticas cotidianas tão incorporadas que nem são mais notadas. (Devo precisar, de passagem, que esse tipo de relatório de comportamentos cotidianos, um pouco parecido com o carnê dos etnólogos, só é possível a preço de uma imersão total e de longa duração dos sociólogos no próprio movimento e que apenas esses relatórios, esses inventários – muitas vezes maçantes – permitem validar ou invalidar várias hipóteses de partida). A predominância de práticas cotidianas femininas era marcada por vários traços. O clima das reuniões (fora do período de crise) era fortemente impregnado daquilo que se pode chamar de formas de convivência femininas: utilização sistemática do prenome, beijar-se ao dar bom-dia, atenção à boa ou má aparência, ao modo de vestir-se, ao fato de ter ido ao cabeleireiro, etc.

Tudo isso era importante porque essa sociabilidade é também uma maneira de se conhecer e de se comunicar em conjunto de modo relativamente informal e, portanto, de contribuir para forjar uma subjetividade coletiva original – o que pesa, em seguida, nas modalidades da luta e na condução das reuniões, por exemplo. É preciso sublinhar, sobretudo, a feminização do vocabulário. Nos cartões usados para votar nas assembleias gerais, lia-se, impresso com todas as letras: “cartão de delegadas”. Note-se que nenhum(a) membro da Coordenação foi capaz de dizer como isso aconteceu, se houve consenso ou votação, etc. Elas consideravam minhas questões sobre este ponto um pouco idiotas, fora de propósito... Sempre no nível do vocabulário, os homens enfermeiros falavam de si mesmos no feminino: “Nós, as enfermeiras...”¹⁵

Ouvimos essa frase dezenas de vezes e quando perguntávamos o porquê disso, os enfermeiros respondiam que “era

15 Observamos que as assistentes sociais fizeram a escolha inversa: masculinizar seu vocabulário reivindicativo, embora sua profissão seja tão feminizada quanto a das enfermeiras (cf. Josette Trat, “‘Ni nonnes ni fées’, mai 1968 des assistantes sociales”, *Cahiers du féminisme*, n. 59, 1992, p. 17-21).

normal”. Mais uma vez, não parecia haver nenhum mal-estar... Mas como isso aconteceu?

Uma tentativa de explicação

Como isso se produziu? Primeiramente, pela vontade claramente afirmada de que as mulheres dirigissem esta luta, pois se tratava de uma luta de mulheres. Em seguida, pela enunciação de regras formais, mas também por uma solidariedade muito forte entre as mulheres: solidariedade de ajuda mútua durante o período de aprendizagem intensa e, depois, na vida cotidiana para conseguir “resistir” no decorso dos meses. Tudo isso se passou através da descoberta de certas aquisições do feminismo, redescoberta consciente para algumas delas.

“Nas relações com os companheiros, com todo mundo, descobri as lutas das mulheres da minha adolescência. Pensava que era uma outra época... Bem, é verdade que, com 14 anos, eu estava muito longe de todas aquelas lutas de mulheres, todos aqueles problemas... pílula, aborto... não vivi nada disso. Você chega e, bem, as coisas já estão resolvidas. Depois, criamos um grupo e é engraçado o que se passa entre as mulheres nessa coordenação. Quando acontecia de as coisas ficarem meio difíceis, era entre os homens, pois nesse grupo de mulheres, entre os meses de março e setembro (isto é, os seis primeiros meses do movimento) nunca houve rivalidades. Aconteceu imediatamente... a gente aprendeu a se conhecer muito rápido, ficamos amigas muito rápido, falávamos daquilo que vivíamos cotidianamente”.

No entanto, seria falso passar a imagem de uma coordenação irmanada na sororidade entre mulheres e na abolição das relações de dominação entre homens e mulheres. É evidente que estas últimas não foram apagadas magicamente, mas simplesmente foram criados meios para impedi-las de atuar “naturalmente”. E com frequência, uma forma de antagonismo homens/mulheres reaparecia. Muito esquemati-

camente, eu diria que as mulheres se sentiam legítimas (não individualmente, mas coletivamente) ao tomar a palavra, ao assumir, em suma, as responsabilidades do poder. Já os homens tinham de legitimar (inclusive a seus próprios olhos) a todo momento o poder que assumiam eventualmente. Esta situação, imagem invertida perfeita da situação de dominação que eles vivem habitualmente, permitiu colocar o problema da legitimidade no centro de um certo número de hipóteses explicativas, pois ainda falta explicar sociologicamente a coexistência de harmonia e agressividade que se observava na Coordenação, em seus diferente níveis.

Explico-me: como esta situação masculina de não poder (mesmo que fosse relativa) não podia ser expressa em palavras, manifestava-se através de reações de agressividade que pudemos testemunhar em diversas ocasiões. Estas reações de agressividade apareciam, em geral, nos momentos de clivagens políticas agudas. Os homens, como as mulheres, agrediam-se do seguinte modo: “X, você realmente só diz babaquices e está cometendo um erro. Não é com uma luta corporativista (ou intercategoria) que vamos ganhar alguma coisa”. Mas havia um modo que era específico dos homens: “Y, você está se achando uma estrela” ou: “Z, seu problema é tomar o poder. Na verdade, você despreza as enfermeiras.” Este modo distinguia-se sempre por uma caracterização negativa e individualizada da pessoa visada. Não penso de modo algum que isso possa ser reduzido à personalidade dos homens em questão, mas que, ao contrário, traduz a polimorfia das relações sociais de sexo: estranguladas num plano, elas reaparecem sob uma outra forma. Portanto, levanto aqui a hipótese de que estas práticas masculinas de agressividade remetem antes às relações sociais e não às relações individuais. É por isso que designei-as com a expressão “ódio de gênero”.¹⁶

16 Essa expressão, que faz pensar, inevitavelmente, em “ódio de classe”, designa sempre o ódio dos dominados (o proletariado) contra o grupo social dos dominantes. E o paralelismo realmente existe: aqui, os homens se sentem, de fato, como dominados.

Há, portanto, de uma só vez, a instauração de uma *relação de força* favorável às mulheres na tomada de decisões simultaneamente à permanência das *relações de poder* tradicionais entre homens e mulheres.

CONCLUSÃO

Gostaria de concluir sublinhando alguns pontos que me parecem importantes para nossa reflexão:

- A instituição de regras formando um sistema (sendo cada uma delas dependente das outras) que tendia a substituir o livre jogo inevitável das relações de dominação foi crucial.
- A transformação da divisão do trabalho entre homens e mulheres aparece, aqui, nodal para mexer com as relações de dominação entre os sexos. A divisão do trabalho militante (da colagem de envelopes à tomada da palavra diante das mídias) é uma das modalidades da divisão do trabalho entre os sexos.
- A mixidade aparece claramente aqui como condição necessária para o exercício do poder pelas mulheres, como um instrumento para transformar as relações de poder. Mas dizer isso não é o bastante. Não travaremos aqui um debate sobre a mixidade e seus efeitos no trabalho e nas lutas, mas é preciso observar, entretanto, que o caso da Coordenação Enfermeira é bastante particular. A este respeito, nós falamos de “mixidade com hegemonia feminina”. Evidentemente, o fato de as mulheres serem, neste caso, quantitativamente muito majoritárias facilitou grandemente a construção de uma relativa igualdade. Isso leva ao postulado de que, em todo caso, no quadro das lutas, a condição necessária (mas não suficiente) para uma relativa igualdade no acesso ao poder supõe que as mulheres sejam quantitativamente muito majoritárias.

Esta mixidade também é igualmente particular, pois é alimentada pelo postulado absoluto da autonomia (e não da

diferença) dos homens e mulheres presentes. Esta autonomia foi, a meu ver, uma condição *sine qua non* para que houvesse solidariedade real no interior do movimento.

- As mulheres não utilizaram a relação de força favorável somente para interpelar as instâncias masculinas (e, no entanto, os sindicatos não deixaram de convidá-las a vir “criticá-los” do interior); não foi, em caso algum, uma máquina de guerra voltada contra o poder masculino. Este acesso ao poder serviu, ao contrário, para irrigar a ação das próprias mulheres, para permitir a existência dessa ação. Ao mesmo tempo, permitiu que saíssem do relativo (i.e., pensar-se a si mesma em relação aos homens) e tivessem acesso ao universal. Testemunha disso é a proposta, pelas mulheres, de reivindicações nas quais os homens se sentiram plenamente reconhecidos e que retomaram por sua conta.
- O poder que está em questão aqui é um poder cujo exercício não é ligado à dominação. É antes um poder difuso, não concentrado, coletivo, diverso e, no entanto, este poder plural¹⁷ é operacional e serve, eficientemente, como alavanca da ação.
- Gostaria, enfim, de encerrar falando da mixidade. Para o senso comum, a mixidade é totalmente realizada em toda a sociedade. Nada de mais falso.¹⁸

A meu ver, a inclinação natural de nossas sociedades parece ser, ao contrário, a não mixidade. Penso aqui particular-

17 Sobre as noções de poder plural, de espontaneidade e de organização, de dialetização entre o subjetivo e o objetivo, seria útil (re) ler Rosa Luxemburgo (Rosa Luxemburgo, “Grèves de masse, parti et syndicats” [1906]*, *Oeuvres*, Maspero, Paris, 1969, e Martine Leibovici, “Revolution et démocratie: Rosa Luxemburgo”, *Revue française de science politique*, vol. 41, n. 1, 1991).

**Greves de massas, partido e sindicatos* (1906), São Paulo: Kairós, 1979 (NdT).

18 Cf. Michèle Le Dœuff, *L'Étude et le rouet*, Le Seuil, Paris, 1989.

mente na feminização do terciário, simultaneamente à masculinização do trabalho industrial.¹⁹

A aparição de uma “verdadeira” mixidade (e não somente a coexistência de grupos sexuais) que faça com que as mulheres não fiquem mais – tanto objetiva, quanto subjetivamente – na ilegitimidade em relação ao poder passa pela instauração de uma relação de força, a qual tampouco decorre, de maneira mecânica, das cotas ou da paridade: ela precisa ser construída. É o que fez a Coordenação Enfermeira, podendo demonstrar assim que esta mixidade real era portadora de uma outra dinâmica, que permitia a emergência de alternativas sociais (cf. a emergência de uma nova figura salarial, a figura da assalariada).²⁰

Certamente, nem tudo mudou com a Coordenação. Tudo, aliás, voltou à ordem. Durante o conflito do outono de 1991, os líderes eram na maioria homens enfermeiros, quaisquer que fossem o seu pertencimento: sindical ou associativo. Mas ela apontou determinadas condições para uma transformação possível das relações de poder entre os homens e as mulheres e deu provas de que esta transformação era possível. E é a palavra de uma enfermeira que encerrará este artigo:

“Os homens ainda não reconhecem nosso poder. Podem compreender uma mulher, mas não reconhecer totalmente nosso poder político e isso é realmente uma pena. Somos novas nisso, mas estamos inventando alguma coisa.”

19 Cf. Danièle Kergoat, “Les absences de l’histoire”, *Autrement*, n. 126: *Ouvriers, ouvrières; un continent morcelé et silencieux*, organização de Guy-Patrick Azemar, janeiro de 1992.

20 Sobre a emergência de uma nova figura salarial a propósito do conflito das enfermeiras, cf. Danièle Kergoat, “L’infirmière coordonnée”, *Futur antérieur*, n. 6, 1991, p. 71-85.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Michèle Perrot, *Les ouvriers em grève. 1871-1890*, Mouton, Paris, 1974.

Michèle Riot-Sarcey, “Les sources du pouvoir: l'événement en question”, *Les Cahiers du Grif*, n. 37-38; *Le Genre de l'histoire*, 1988, p. 25-40.

Laurent Visier e Marcin Frybes, *Les Coordinations: de l'expérience des acteurs à la mobilisation. Étude comparative à partir do cas des infirmières*, IRES, CFDT, 1990.

7

CONSUBSTANCIALIDADE VERSUS INTERSECCIONALIDADE? A PROPÓSITO DA IMBRICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Primeira publicação em: *Nouvelles Pratiques Sociales*,
volume 26, número 2, primavera 2014, p.44-61.

Elsa Galerand e Danièle Kergoat

Nossa contribuição a este número pode parecer paradoxal pois, para tentar avançar na compreensão da opressão e dos processos de emancipação, não é em termos de “interseccionalidade” das identidades, das experiências ou dos sistemas de dominação que nós raciocinamos, mas antes em termos de “consustancialidade das relações sociais”. É esta premissa que queremos explicitar aqui e, embora ela suponha a discussão das duas conceitualizações, pretendemos demonstrar como seria inútil colocá-las em concorrência.

Trata-se, portanto, de apresentar o conceito de “consustancialidade”, de precisar suas propriedades em relação às tensões que atravessam a reflexão sobre a articulação das relações de poder, reflexão esta que nos parece, por vezes, unificada de maneira rápida demais sob o termo *interseccionalidade*. É certo que este conceito assumiu uma extensão tão grande (Crenshaw, 2013) que recobre hoje em dia muitas acepções (Patricia Hill Collins, 2012) – ou seja, compreensões distintas da imbricação das relações de

poder –, das quais algumas se aproximam da análise em termos de consubstancialidade. Mesmo assim, as referências à “abordagem interseccional” mascaram oposições persistentes no campo da teoria crítica em geral e dos estudos feministas em particular (categorias x relações sociais; identidades x classes; subversão x emancipação). Eis o que diz Sirma Bilge a respeito dos debates que atravessam a pesquisa interseccional: “Se a interação das categorias de diferença constitui um ponto de consenso na literatura interseccional – conforme demonstra o uso disseminado de termos alusivos a categorias/identidades/processos ‘mutuamente constitutivos’ –, a questão ontológica (o que é) e a questão epistemológica (como é visto) estão sujeitas a controvérsias. De fato, uma certa imprecisão cerca este “mutuamente constitutivo” (2010: 77). Elsa Dorlin argumenta, por sua vez, que “as teorias de interseccionalidade, por hesitarem entre o analítico e o fenomenológico da dominação, não conseguem conciliar estas duas abordagens: de um lado, a dominação é interseccional. De outro, determinadas experiências vividas da dominação é que são interseccionais” (2009, p. 12). E “estas hesitações têm um custo”, precisa ela, quando somente as experiências das “hiperdominadas” são vistas como interseccionais.

Assim, é bastante provável que o conceito de interseccionalidade, tendo se tornado “termo privilegiado nos meios acadêmicos e de militantes anglófonas para designar a complexa articulação das identidades/desigualdades múltiplas” (Sirma Bilge, *idem*: 71), não seja, por enquanto, senão falsamente aglutinador.¹

Nestas condições, parece-nos que a análise crítica tem tudo a ganhar com a discussão dos diferendos (e tudo a perder se não o fizermos). Por outro lado, o conceito de consubstancialidade se distingue dos outros enquadramentos existentes, na medida em que se liga a toda uma bagagem teórica, dialética e materialista e se propõe antes a retrabalhar do que a afastar as noções-chave da herança marxiana que a onda culturalista levou ao esvaziamento. É, portanto, a atualidade sociológica desta conceitualização que gostaríamos de colocar em evidência aqui.

1 Algumas não hesitam em utilizar a palavra “buzzword” para qualificar a interseccionalidade. (Kathy Davis, 2008).

Em um primeiro momento, nós retornaremos ao contexto no qual se enraiza o paradigma da “consustancialidade das relações sociais”. Em seguida, trataremos da maneira como ele enfrenta a articulação das relações de poder a partir de uma compreensão dinâmica dos conflitos sociais. Num segundo momento, insistiremos mais no pressuposto materialista desta conceitualização e tentaremos explicar, a partir de um exemplo, por que a exploração, o trabalho e suas reorganizações devem ser colocados no centro da análise.

I. SEXO, CLASSE, RAÇA: POR UMA REFLEXÃO EM TERMOS DE RELAÇÕES SOCIAIS.

A jovem Angela Davis, então professora da UCLA, lembrava em uma de suas intervenções que travar uma luta “radical” significava travar uma luta que ataca o mal em suas “raízes”. Trata-se de fazer exatamente isto com o conceito de “consustancialidade”: dotar-se dos meios para remontar às raízes e tentar identificar alavancas para lutar contra as dinâmicas de opressão, exploração, dominação. O que supõe, num primeiro momento – certamente insuficiente, mas em todo caso necessário –, delimitar o melhor possível as relações de poder. Assim como a noção de interseccionalidade, a de consustancialidade remete, portanto, a dois objetivos:

- o primeiro é o conhecimento dos mecanismos da opressão. Isso exige que nada de sua complexidade seja negado. Ao contrário, exige tomá-la como objeto central da análise. Para tanto, é indispensável abarcar a pluralidade dos sistemas de dominação e seus entrelaçamentos.
- o segundo objetivo é – para dizer rapidamente – a saída destes sistemas tendo a emancipação como horizonte.

Exatamente para sustentar estes dois objetivos é que o conceito de consustancialidade foi proposto no final dos anos 1970²

2 Na ocasião, ninguém no campo acadêmico francês falava de “interseccionalidade” como, aliás, nos Estados Unidos, onde o termo ainda não tinha entrado em cena, pelo menos no campo acadêmico.

para “articular” – era o termo que se utilizava então –³ o sexo e a classe (Kergoat, 1978). A noção de articulação parecia, então, insuficiente. De fato, ela parecia autorizar a adoção de uma lógica meramente aditiva, consistindo em acrescentar as mulheres às classes, sem que isso modificasse a compreensão das relações de classe, de um lado, e a “ideia de natureza” (Guillaumin, 1978), concernente aos homens e às mulheres, de outro. Ora, é evidente que as práticas combativas das operárias, a partir das quais a consubstancialidade foi pensada inicialmente, não se limitavam a engrossar as fileiras do movimento operário. Elas se inscreviam de maneira original, seja nas relações sociais de sexo, seja nas relações sociais de classe. Para compreendê-las, era necessário, portanto, não apenas convocar estas duas contradições, mas tratar de relacioná-las.

Daí surgiu a “consubstancialidade”. Certamente, o termo surgiu por carência.⁴ Mas, significando a unidade de substância entre três entidades distintas, *ele convida a pensar o mesmo e o diferente num só movimento*: (1) as relações sociais, embora distintas, possuem propriedades comuns – donde o empréstimo do conceito marxista de relação social, com seu conteúdo dialético e materialista, para pensar o sexo e a raça; (2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob pena de reificá-las.

É com esta preocupação – de não reificar as relações sociais – que nos parece importante apontar os riscos de deslizamento que uma aplicação mecânica do conceito de interseccionalidade implica para a análise das relações de poder tal como elas se desenvolvem na França, no Québec ou em outras partes. Retomar este conceito sem um exame quase sempre significa simplesmente retomar os termos “raça”, “gênero”, “classe”. Ora, podemos ter certeza de que eles reco-

3 Sobre este ponto, ver Danielle Juteau (2010).

4 O empréstimo do termo à teologia não era evidente. Mas ele é usado aqui em sua acepção mais banal, a que enuncia a unidade e a identidade de substância das três pessoas da Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

brem as mesmas realidades nos Estados Unidos ou em outros lugares?

Para precisar o que está em jogo neste questionamento, faremos um desvio pelos contextos sociopolíticos nos quais os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade foram forjados.

Primeiramente, sua emergência deve ser localizada nos movimentos de contestação dominantes nos dois países: estamos pensando na diferença entre a centralidade da raça nos Estados Unidos (Chauvin, 2013) - em detrimento da classe - e a insistência na classe social (em detrimento das relações de raça) na França. No caso dos Estados Unidos, na virada dos anos 1970, o movimento pelos direitos civis e pela libertação negra parece ter relançado um movimento operário consideravelmente enfraquecido pelo anticomunismo da guerra fria (Max Elbaum, 2008) assim como o movimento feminista.⁵

Quanto ao contexto francês, o movimento feminista (em sua dupla dimensão ativista e universitária) se desenrolava numa sociedade herdeira do pós-guerra (1945-1960), marcada por um partido comunista forte, um movimento operário potente, um e outro centrados na relação capital-trabalho e suscitando debates tão apaixonados quanto polêmicos. Para estes anos 1970 confluíram três grandes movimentos sociais: maio de 68 e a ressurgência nos anos 72/75 de uma conflituosidade operária muito forte, em particular feminina, o movimento de liberação das mulheres e os movimentos anti-imperialistas e anticolonialistas (os acordos de Evian, que puseram fim à guerra da Argélia, datam de 1962, a Tricontinental⁶ de 1966, a guerra do Vietnã terminou em 1975). Tínhamos en-

5 Para uma contextualização do feminismo negro estadunidense, remetemos a Jules Falquet (2006).

6 A “Tricontinental” – na verdade, conferência tricontinental – reuniu oitenta e dois países e era um movimento terceiro-mundista (era o termo habitual na época) que pretendia unir todos os movimentos de luta pela independência, mas queria também lutar contra a globalização, o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o liberalismo. Teve lugar em Cuba, em 1966.

tão, socialmente, sociologicamente e teoricamente, todos os elementos para pensar numa trilogia racismo, capitalismo e sexismo.⁷

Mas não foi o que aconteceu, conforme demonstram os trabalhos a respeito da recepção do *black feminism* e do feminismo pós-colonial na França (Lépinard, 2005; Meillé, 2007; Moujoud e Lmadani, 2012). Se, neste período, a imigração começa, timidamente, a ser objeto de estudo sociológico, temos de esperar até 1983 com a Marcha pela Igualdade, rebatizada de “Marcha dos *beurs*”⁸ pelas mídias, e depois até 2005, como o Apelo dos Indígenas da República, para que a “raça” venha a se impor no debate público.⁹

A despeito do trabalho pioneiro e ignorado durante muito tempo de Colette Guillaumin (1972) (Nadier e Soriano, 2010) que, no entanto, abria esta possibilidade, o passado escravagista francês, as relações sociais de raça, de etnicidade e de colonialidade permaneceram excluídas por muito tempo da sociologia francesa (Juteau, 2006), inclusive feminista. As razões desta longa exclusão, assim como o alcance de seus efeitos teóricos e políticos sem dúvida ainda permanecem, em larga medida, por analisar. Aqui, pode-se adiantar minimamente que sua origem está ligada à história e à dinâmica próprias das lutas sociais na França, onde não houve a constituição de uma corrente analítica oriunda de uma contestação coletiva comparável ao *Black Feminism*.¹⁰

7 Com a entrada em cena de novos atores reivindicativos, as mulheres, os trabalhadores imigrantes e os jovens. Mas a intersecção ou o imbricamento entre estas categorias não era pensada. Aliás, neste período, não se falava de “raça” na França, mas antes de relações Norte-Sul, países desenvolvidos/países em vias de desenvolvimento, de imigração, Terceiro Mundo etc.

8 *Beur* – jovem magrebino/a nascido/a na França de pais imigrantes (NdT).

9 Para uma análise do contexto no qual ganha forma uma “transformação pós-colonial” “à francesa”, os debates que suscita e questões que levanta, remetemos ao dossiê *Cohen e al.* (2007).

10 A Coordenação das mulheres negras (1976) não é equivalente ao *Combahee River Collective*.

Note-se que tampouco ocorreram *Gender Studies*, *Critical Race Studies*, *Subaltern Studies*, *Gay & Lesbian Studies* e *Queer Studies* (Benelli et. al., 2006) até agora.

Ora, o que impressiona no *Black Feminism* é o número de estudos iniciados por mulheres negras muitas vezes oriundas dos meios populares, o que permitiu que avançassem conceitos como o de “dupla consciência” (bell hooks, 1981), que quer dar conta do ponto de vista das domésticas negras e de seu duplo posicionamento, de proximidade e distância em relação ao poder branco, e, de uma maneira mais geral, noções como a de *intersecting systems* (Hill Collins, 1990), centrada na interação dos sistemas de classe, de raça e de sexo.

Quando se observa a situação estadunidense, fica evidente o quanto a origem de classe (classe de sexo, classe social, classe étnica) de muitas teóricas foi determinante para a gênese e o desenvolvimento deste campo, pois permitiu apresentar a raça como modalidade possível de experiência de classe, colocar a experiência e o sujeito no centro da reflexão e não se limitar à dominação pura, ao levantar o problema da resistência, da revolta e da emergência dos movimentos sociais (Combahee River Collective, 1977; Davis, 1981).

Se uma mesma necessidade de pensar a complexidade surgiu nos dois países, ela se enraíza, no entanto, em contextos e em dinâmicas diferentes: o conceito de interseccionalidade, introduzido inicialmente por Kimberle Crenshaw (1989; 1990) numa perspectiva jurídica e com um objetivo tático, e desenvolvido notadamente por Patricia Hill Collins (op.cit.) enquanto teoria de articulação das opressões, tem suas origens nas configurações das dominações oriundas da história da escravidão e do racismo pós-emancipação, específicas dos Estados Unidos. Não se trata, evidentemente, de dizer que o racismo e a escravidão são invenções anglófonas, propriamente estadunidenses, mas simplesmente de sublinhar “que o racismo dos Estados Unidos, como em qualquer lugar, é organizado de maneira específica, que ele é fruto de uma construção histórica, social e política particular” (Paola Bacchetta e Jules Falquet, 2011).

É verdade que as palavras são as mesmas – “raça”, “gênero”, “classe” –, mas remetem a configurações historicamente situadas da opressão e das lutas pela emancipação. E se estas configurações são feitas de racismo, de colonialismo, de capita-

lismo e de sexismo, estes sistemas derivam de relações sociais que são relações de força vivas e fundamentalmente dinâmicas. Isto significa que estão permanentemente se recolocando e recompondo no fio das práticas sociais e que são necessariamente variáveis no espaço e no tempo. Esta é a razão pela qual nos parece indispensável pensar os processos que produzem categorias de sexo, classe e raça em termos de relações sociais, ao invés de partir do tríptico “gênero, classe e raça”.¹¹

Em outras palavras, o termo “interseccionalidade” nos incomoda quando remete ao cruzamento de categorias.¹²

Mas é absolutamente legítimo para determinados usos como, por exemplo, para demonstrar, conforme fez Crenshaw, que as mulheres negras e pobres estão na interseção de vários sistemas de dominação e que esta interseção não é considerada pelo sistema jurídico. No que nos diz respeito, não se trata de cruzar *categorias*, mas de partir das *relações sociais* que as constituem, de ver como suas múltiplas imbricações efetivamente produzem e recompõem os grupos sociais e em que medida reconfiguram, incessantemente, os sistemas de dominação e as relações de força. Não utilizamos, portanto, o conceito de identidade(s), mas os conceitos de classe e sujeito político, assim como não falamos em termos de desigualdades, mas em termos de antagonismo, de contradição. Não se trata, para nós, de estabelecer uma cartografia mais “verdadeira” da diversidade das identidades, nem tampouco de tomar como objeto as relações de poder uma vez cristalizadas e objetivadas nas cabeças e nos corpos. Trata-se, sobretudo, de remontar aos processos que estão na origem da produção dos grupos e dos pertencimentos objetivos e subjetivos.

Não há, portanto, nem sobreposição nem concorrência entre os dois termos. Há, ao mesmo tempo, distância e proximidade.

11 Assim, um trabalho de contextualização nos parece indispensável, qualquer que seja a formação social considerada. A “raça”, na América Latina, não é a mesma “raça” tal como é compreendida nos Estados Unidos. Assim como, sendo sumária, *Idle no more* não é equivalente ao movimento dos Indígenas da República.

12 Para uma discussão sobre as concepções geométricas e/ou aritméticas da interseccionalidade, cf. Elsa Dorlin (2005).

dade: proximidade na atitude crítica – em relação à tendência a tomar uma experiência particular da “opressão das mulheres” pela experiência de todas –, diferença entre os contextos de produção da crítica, distância na maneira de pensar esta atitude crítica e de traduzi-la em práticas sociológicas. De fato, falar de categorias ou de relações sociais não é anódino. As categorias remetem necessariamente a uma fotografia da sociedade num dado momento. É a partir dela que o trabalho de pesquisa se organiza, enquanto em termos de relações sociais a “paisagem” é sempre movente e dinâmica – o que, evidentemente, não simplifica a análise. No entanto, é também em referência a isto, a esta paisagem movente, que afirmamos que a sociologia jamais conseguirá captar totalmente a complexidade, a ambivalência, as contradições da sociedade e dos grupos sociais nela presentes, pois no momento mesmo em que os sociólogos estabelecem suas representações da realidade, ela já mudou. E cruzar os estudos feministas com aqueles que reivindicam a crítica antirracista, pós-colonial e anticapitalista em nada mudaria a situação. De todo modo, se a aspiração de abraçar a totalidade é uma utopia, podemos, todavia, tentar trazer à tona alguns pontos nodais¹³ e linhas de tensão. Num dado momento e num dado espaço, que relação(ões) social(ais) podem ser usadas como alavanca para mexer na relação de força? E se a relação de força se move, como isso influencia (se influencia) as outras relações sociais?

É evidente que, quer pensemos em termos de interseccionalidade, quer em termos de consubstancialidade, não existe uma via principal. No máximo, podemos propor aqui a linha de análise que nós utilizamos ao longo dos nossos trabalhos: a do trabalho¹⁴, tomado aqui, é claro, na acepção que teve origem na reflexão feminista materialista, incluindo o trabalho doméstico, o trabalho

13 É nesta perspectiva que refletimos, por exemplo, a respeito do trabalho de *care*. No cruzamento das relações sociais de classe, de sexo e de raça, ele é um dos paradigmas possíveis da consubstancialidade (Kergoat, 2009-2012, p. 138-140).

14 Para um retorno ao conceito de trabalho, remetemos a Elsa Gale-
rand e Danièle Kergoat (2013).

de produção de crianças (Tabet, 1998), o trabalho militante (Dunezat, 2010) e, mais recentemente, o trabalho de *care*, que atualmente ocupa uma posição central em inúmeros estudos.

II. ANÁLISE MATERIALISTA E CENTRALIDADE DO TRABALHO

Conforme dissemos, o paradigma da *consustancialidade das relações sociais* está, desde a origem, enraizado na análise da atividade concreta de trabalho. Inicialmente, ele respondia à necessidade de retirar a opressão de classe do “solipsismo” masculino¹⁵, necessidade esta que se impunha para compreender tanto as práticas sociais das operárias – a exploração particular que sofriam e que informava suas formas de militância, as resistências que opunham à desqualificação de seu trabalho “de mulheres”, as modalidades segundo as quais entravam em luta e se mobilizavam – quanto a dinâmica intrinsecamente sexuada e, portanto, contraditória da relação de classe (Kergoat, 1982). As primeiríssimas formulações da consustancialidade eram, então, centradas na articulação entre sexo e classe, excluindo a raça. Mas esta ancoragem inicial não impediu que a teorização fosse submetida à prova de outras realidades e assim, no curso das pesquisas e sob a pressão dos conflitos sociais, ficou demonstrado que era preciso: 1) estender o raciocínio às relações sociais que produzem a raça (Lada, 2004; 2005); 2) considerar o conjunto destas contradições (de sexo, de classe e de raça) e 3) estabelecer uma relação entre elas para captar a complexidade das dinâmicas conflituais.¹⁶

Neste sentido, a consustancialidade faz eco às teorias críticas que as franjas radicais do *black feminism* opuseram ao

15 Retomamos aqui a expressão de Adrienne Rich (1979), que apontava o “solipsismo branco” do movimento feminista estadunidense.

16 Para as pesquisas realizadas nesta perspectiva, remetemos aos trabalhos de Emmanuelle Lada (op. cit.), uma das primeiras a teorizar as relações sociais de raça e etnicidade na França, considerando suas imbricações com as relações sociais de classe e de sexo, e àqueles de Danielle Juteau, Sabine Masson, Xavier Dunezat, Francesca Serinzi, Rose-Myrle Joseph.

conjunto dos movimentos sociais baseados na hipótese de uma frente de luta principal, entre os quais o movimento feminista. Quer pensemos em termos de consubstancialidade ou de interseccionalidade, é a esta hipótese dos inimigos secundários que é preciso retornar para substituí-la por aquela da indissociabilidade das relações de poder.¹⁷

Mas esta guinada, sozinha, ainda é insuficiente se quisermos realmente superar a lógica da concorrência das lutas. Além disso, é necessário reunir condições próprias a esta superação. Ora, acreditamos que a classe é esquecida, com demasiada frequência, na análise da interseccionalidade – pode ser encontrada, às vezes, subsumida na “raça” – e quando aparece na análise crítica, tende a conservar um estatuto de “parceira hegemônica” (Delphy, 2003). Em todo caso, a questão do lugar que deve ocupar (no coração da disputa feminista dos anos 1970) não parece totalmente resolvida, pois se recoloca, com novo frescor, com a questão de saber como ligar a crítica pós-moderna à crítica do capitalismo. O debate sobre o estatuto da classe se encontra, por exemplo, no primeiro plano da reflexão realizada por Nancy Fraser e Judith Butler sobre a maneira de ligar as políticas culturais de reconhecimento às políticas socialistas de redistribuição, em Fraser (2004), e as políticas *Queer* de subversão das identidades sexuais à crítica marxista da família, em Butler (2010). Pode ser encontrada também nos debates que animam hoje a esquerda francesa anticapitalista sobre as relações entre racismo, colonialidade e capitalismo, sobre o que esta esquerda pode ou não “conceder” às lutas antirracistas e pós-coloniais (Sadri Khiari, 2011; Saïd Bouamama, 2007).

Assim, embora exista hoje um certo consenso sobre a necessidade de integrar as diferentes opressões na construção das lutas, o reconhecimento partilhado dessa necessidade não basta para dissipar as tensões em torno das questões que se

17 Sobre este indissociabilidade e sobre a maneira como ela contradiz os raciocínios monistas e pluralistas na medida em que seguem presos a uma lógica aditiva (sexo + raça + classe) ou multiplicativa (sexo x raça x classe), ver Sirma Bilge (2010).

colocam a seguir: o que, exatamente, se deve articular e com o quê? Como definir, explicar e teorizar as diferentes opressões? Em que teoria do poder e da emancipação se apoiar? Ora, a análise dessas questões, em termos de consubstancialidade, demarca-se de outras modelizações na medida em que encerra uma conceitualização materialista das opressões “não capitalistas” de sexo e de raça. De fato, ela se apoia diretamente nos avanços teóricos realizados pelas feministas materialistas sobre o trabalho, a exploração e a apropriação: (1) demonstrações de que o trabalho gratuito é um trabalho explorado (Delphy, 1970), de que a figura do trabalhador assalariado livre para vender sua força de trabalho não é a única figura explorada em nossas sociedades, de que existem outras figuras, entre as quais a da mulher casada; (2) demonstração de que a exploração não é uma propriedade das relações de classe, de que as contradições “não capitalistas” constituem modos específicos de exploração e de apropriação, que estão na origem seja da *ideia de natureza*, seja dos *sistemas de marcação* “sexo” e “raça” (Colette Guillaumin, 1978^a e b; 2002 [1972]: 171-194).

Esses avanços têm incidências decisivas não somente para a compreensão de cada uma das relações de poder, mas também de sua imbricação. Ampliando a definição da economia política que serve de base para a crítica marxista das relações de classe, as redefinições feministas do trabalho e da exploração vêm efetivamente modificar os termos a partir dos quais se pode pensar a imbricação sexo, classe, raça. Enquanto, sob as condições anteriores, o dogma da solidão do capitalismo como modo único de exploração impede sua articulação em condições de igualdade com os outros sistemas de opressão (Delphy, *op. cit.*). No entanto, raramente esses avanços são integrados nas teorias da interseccionalidade, o que talvez explique a dificuldade que se enfrenta para estabelecer passarelas entre os diferentes sistemas analíticos.

Finalmente, ao contrário de outros enquadramentos teóricos que reduzem o sexo e a raça à sua face ideal (como a heteronormatividade, para o gênero) e que só estabelecem *a posteriori* a sua ligação com a crítica da economia política – com as relações de produção –, a análise em termos de relações sociais deles se apropria imediatamente para explicar a formação das classes – como a fábrica dos marcadores – de

sexo e de raça. Estas últimas são, portanto, indissociáveis das divisões sexuais e raciais do trabalho (doméstico e assalariado), que assumem o estatuto de divisões propriamente sociais, políticas e não naturais do trabalho: o estatuto das relações de produção.

Partindo destas redefinições, nós podemos considerar as relações sociais em condições de igualdade e a sua consubstancialidade. Tornando-as irreduzíveis uma às outras, elas são também comparáveis entre elas. Cada uma constitui, ao mesmo tempo, uma relação de dominação simbólica, de opressão física e de exploração material (Dunezat, 2004) que, sobre suas próprias bases ideais e materiais, contribui para configurar as outras. Assim, é possível compreender as conexões entre elas não mais como relações hierárquicas de sobredeterminação, mas como ligações recíprocas de coconstrução. As relações sociais se reorganizam e se recompõem mutuamente.

Da mesma forma, os conflitos do trabalho não podem ficar restritos a *um* modo de produção principal, seja ele o capital, o racismo, a relação colonial ou o patriarcado.

Concretamente, se começarmos da divisão sexual do trabalho, é evidente que ela não produz, no momento, uma relação mecanicamente portadora de unidade ou de solidariedades feministas, assim como as divisões raciais, capitalistas e internacionais do trabalho criam relações – objetivas e subjetivas – com o trabalho (assalariado, gratuito, profissional, doméstico e militante) que não são diferentes, mas dissimétricas. Essas relações com o trabalho são sempre sexuadas, mas também são classistas e racializadas. Se bem que as relações de força suscetíveis de serem construídas no terreno do trabalho, ou mais precisamente da exploração, dependem de uma dinâmica complexa na qual todas as relações sociais intervêm enquanto relações de produção. Dito de outra maneira, assim como os movimentos operários, pós-coloniais e antirracistas, as feministas não podem se apoiar, se basear ou contar com a existência de uma relação coletiva – já existente – com o trabalho, nem mesmo com o trabalho gratuito, doméstico, de *care* ou supostamente reprodutivo somente e tipicamente feminino, ao qual as mulheres permanecem, prioritariamente, assignadas na escala da economia mundial. Esta relação subversiva permanece, a todo momento, a ser construída.

Por isto, conscientizar-se desta dificuldade não deveria levar a negligenciar o raciocínio em termos de classe(s)¹⁸ e junto com ele, o que está em jogo [enjeux] na constituição da organização do trabalho. Suas divisões, inclusive entre homens e mulheres, estão, ao contrário, no coração do problema das solidariedades feministas no contexto atual, a tal ponto que as análises e estratégias que contornam este problema participam plenamente da exacerbação das contradições entre mulheres.

Deste ponto de vista, as análises interseccionais que desmaterializam o sexo e a raça, reduzindo-os ao estado de discurso, são problemáticas (Galerand, 2007). Elas nos levam, inevitavelmente, a uma compreensão *antifeminista* da economia, do trabalho e da exploração que poderia hipotecar o projeto de descolonização do feminismo. O impasse sobre as formas não capitalistas de apropriação do trabalho alheio contribui, efetivamente, para retardar a pesquisa de soluções coletivas e é forçoso constatar que este atraso tem atuado até aqui em favor das classes brancas, médias e abastadas, que podem externalizar o trabalho doméstico.

É, pelo menos, uma das conclusões que podemos tirar dos trabalhos feministas que visam a crítica da mundialização neoliberal. Estes trabalhos mostram, primeiramente, que “a proletarianização da mão de obra”, no sentido marxista do termo, “não ocorreu verdadeiramente”. É preciso, pelo menos, retornar ao que entendemos por proletarianização, conforme afirma Jules Falquet (2009). Ela constata que certos modos de exploração ou de apropriação do trabalho alheio, supostamente pré-capitalistas, e certas relações de dependência pessoal não somente subsistem, mas contribuem para explicar o que está em jogo, atualmente, na mundialização, onde assistimos ao desenvolvimento de formas híbridas de exploração. Ou seja, de relações de trabalho nas quais o trabalho não é “nem completamente gratuito” nem “plenamente assalariado e proletário” (Jules Falquet, op. cit.: 74).

18 Remetemos à demonstração elaborada por Danielle Juteau (2010) sobre este ponto.

Tais relações podem ser observadas, sobretudo, no setor da domesticidade, onde podemos ver que a figura do trabalhador assalariado branco, livre para vender sua força de trabalho, não esgota a realidade.¹⁹

O caso das trabalhadoras domésticas filipinas, submetidas ao programa canadense de imigração Auxiliares Familiares Residentes (*Programme des Aides Familiales Résidentes* - PAFR), que se organizam – notadamente – contra a obrigação da residência (PINAY [Organização das Mulheres Filipinas do Quebec]) é exemplar a este respeito. Mais precisamente, as condições de trabalho e de luta nas quais elas estão envolvidas nos parecem exemplares das “formas transicionais de exploração”²⁰ que se situam entre a “apropriação física” e o “acaparamento da força de trabalho”, evidenciados por Colette Guillaumin (1978^a).²¹

Atendo-se ao contrato de trabalho das “Auxiliares Familiares Residentes” (AFR) e comparando-o com o contrato de casamento examinado por Colette Guillaumin (op. cit.), vemos que, no caso das trabalhadoras domésticas residentes, a apropriação do tempo trabalhado não é total, pois seu contrato prevê limites para o tempo apropriável, expressos sob a forma de horário e sob forma monetária. Ao contrário do trabalho da esposa, que não é objeto de nenhuma medida e de nenhuma limitação, o da AFR é regulamentado no papel. O contrato institui um tempo de trabalho e um tempo de liberdade (festas, dias de repouso, etc.). No entanto, tais disposições não são suficientes para garantir que as trabalhadoras possuam e disponham de sua força de trabalho como

19 Os trabalhos de Evelyn Nakano Glenn (2009, 2010) são particularmente esclarecedores sobre este ponto.

20 Estas “formas transicionais de exploração” remetem, por exemplo, a formas de escravidão que limitam a própria duração ou ainda às formas de servidão que fixam limites para o uso do servo. C. Guillaumin, 1978.

21 Esta hipótese de trabalho está no princípio de uma pesquisa em curso, realizada em parceria com a PINAY, no quadro do serviço às coletividades da UQAM [Université du Québec à Montréal]. Ela é desenvolvida mais amplamente em Elsa Galerand e Martin Gallié (2014), que retomamos parcialmente aqui.

acontece no caso do trabalhador assalariado. A obrigação de residir no trabalho vem, ao contrário, anular a delimitação do tempo de trabalho apropriável previsto no contrato, pois coloca, pelo menos virtualmente, a força de trabalho à disposição das necessidades/horários do empregador(a). Esta obrigação de residência pode, de fato, ser lida como um dos meios de organizar, de maneira otimizada, a disponibilidade da força de trabalho para o período de residência. Ela garante a exposição permanente da “máquina-de-força-de-trabalho” (Guillaumim, 1978) ao trabalho a ser feito e, para o/a empregador/a, a possibilidade sempre aberta de obter mais trabalho.

Em suma, ao que tudo indica, a luta das trabalhadoras domésticas filipinas contra a obrigação de residência não se atém apenas ao capitalismo, inclusive mundializado e inclusive quando se integra a violência das normas racializadas de gênero ao coração de sua definição. Essa montagem teórica é insuficiente para quem pretende identificar as modalidades segundo as quais – e as questões em torno das quais – as militantes da PINAY se organizam. Inversamente, a teorização da sexagem e a hipótese de suas recomposições²² sob o efeito das reorganizações internacionais do trabalho nos parecem particularmente heurísticas. Assim também, as práticas reivindicativas das militantes da PINAY revelam, em negativo, a insuficiência das estratégias feministas, baseadas numa compreensão míope do trabalho e da exploração e testemunham, em positivo, a atualidade da crítica feminista materialista.

É preciso, portanto, a nosso ver, partir de suas premissas e romper com a tendência a desmaterializar sexo, raça, ou seja, a negar as questões materiais em jogo, a começar pelos benefícios que propiciam. Ora, é exatamente o que acontece cada vez que gênero e raça são reduzidos a suas imagens ideais ou a suas dimensões normativas. Os modos específicos de explo-

22 Danielle Juteau e Nicole Laurin-Frenette avançavam esta hipótese a partir das formas específicas de apropriação das religiosas desde 1988. Para uma análise das transformações da sexagem no contexto da mundialização neoliberal, ver também Jules Falquet (2012).

ração ou de desapossamento da sexagem, da escravidão e do assalariamento, assim como as formas “transicionais” que se desenvolvem atualmente, desaparecem então do campo de visão, não somente da análise dos mecanismos pelos quais se (re)produzem o sexo e raça, mas também da crítica do capitalismo e da mundialização.

Em 2010, Danielle Juteau escrevia:

“Se só podemos comemorar a abertura da França à problemática das feministas de língua inglesa minoritárias, às suas análises das relações pós-coloniais e das oposições delas resultantes (...), seria lamentável que, neste novo diálogo, abandonássemos o que temos para reconhecer o que não temos” (p. 81).

Ela apontava, então, o risco de abandono da teorização materialista das relações de sexo, em particular. Seguindo o fio condutor de sua demonstração e à distância das análises que celebram ou, ao contrário, denunciam o recurso ao conceito de interseccionalidade na literatura de língua francesa, queremos demonstrar aqui como a teorização materialista das relações sociais de sexo e de raça são atuais.

O exemplo da PINAY também não foi escolhido por acaso. Atacando o coração mesmo do complexo da exploração, ele abre nossos olhos para pistas cruciais para a renovação da reflexão sobre a emancipação. Assim como as operárias francesas dos anos 1970 constituíam algo totalmente diferente daquele “arquiproletariado” ao qual eram condescendentemente reduzidas, as trabalhadoras da PINAY não travam combates de retaguarda (qualquer que seja o *front* em questão), mas atacam, ao contrário, as formas de recomposição mais avançadas do assalariamento, da sexagem, da escravidão e de sua imbricação. Suas lutas não são, portanto, nada passadistas. Ao contrário, elas se inscrevem, resolutamente, na modernidade. Porém, para perceber a importância desta contestação, é necessário adotar uma aparelhagem teórica capaz de revelar a espessura das questões que elas levantam. E é neste sentido que a análise feminista materialista oferece, a nosso ver, instrumentos poderosos e sempre atuais, entre os quais a substancialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bacchetta P. e Falquet J. (2011), “Introduction”, Les cahiers du CEDREF [Online], 18, na rede desde 26 de junho de 2012, consultado em 31 de março de 2014, URL: <http://cedref.revues.org/670>

Bell Hooks (1981), *Ain't I a Woman; Black Women and Feminism*, Boston, South End Press.

Benelli N. et al. (2006), “Les approches postcoloniales: apports pour un féminisme antiracista”, *Nouvelles Questions Feministes*, 25, 3, pp. 4-12.

Bilge, S. (2009), “Théorisations féministes d'intersectionnalité”. *Diogenes*, vol. 1, no 225, 70-88.

Bilge, S. (2010), “De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe”, *L'Homme et la société*, vol. 2, n. 176-177, 43-64.

Bouamama S. (2007), “La colaboração tendancielle des classes sociales et as traduction politique”, *Empan*, n. 67, pp. 36-40.

Butler, J. (2010), “Simplement culturel?”, *Actuel Marx*, n. 30, pp. 168-183.

Chauvin S. (2013), “Intersectionnalité”. Em *Genre et science politique*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 286-297.

Cohen J. et al. (2007), “Dossier. Le tournant postcolonial à la française”, *Mouvements*, n. 51, p. 7-12. DOI: 10.3917/mouv.051.0007

Collins P. H. (1990), *Black Feminism Thought—Knowlwdge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, Boston, Unwin Hyman.

Collins P. H. (2012), *Lost in translation. Black Feminism, intersectionnalité et justice sociale*. Conferência apresentada no 6^{ème} Congrès International des Recherches Féministes Francophones, Universidade de Lausanne, 28 de agosto de 2012.

Combahee River Collective (1977), “The Combahee River Collective Statement”, in Barbara SMITH (dir.), *Home Girls: A Black Feminist Anthology*, New Jersey, Rutgers University Press (2000) [1977], 264-274. Tradução francesa de Jules Falquet (2006), “Déclaration du Combahee Rivere Collective”, *Cahiers du CEDREF*, 53-67.

Crenshaw, K. (1989), “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Discrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Practice”, *University of Chicago Legal Forum*, 89, pp. 139-167.

Crenshaw, K. (1991), “Mapping the Margins of Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color”, *Stanford Law Review*, vol. 43, n. 6, 1241-1299. Tradução francesa, Crenshaw, K. (2005), “Cartographies des marges: intersectionnalité, politiques de l’identité et violences contre les femmes”, *Cahiers du genre*, n. 39, 51-82.

Davis, A. (1981), *Women, Race and Class*, Nova York, Vintage Books.

Davis, K. (2008), “Intersectionality and Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes Feminist Theory Successful”, *Feminist Theory*, vol. 9, n. 1, 67-85.

Delphy, C. (1998 – 1^a ed. 1970), “L’ennemi principal”, em *L’ennemi principal*. 1. Économie politique du patriarcat, Paris, Syllepse, 31-56.

Delphy, C. (2003), “Pour une théorie générale de l’exploitation (I): en finir avec la théorie de la plus-value”, *Mouvements*, n. 26, 69-78.

Dorlin, E. (2009), *Sexe, race, classe. Pour une épistémologie de la domination*, Paris, PUF, col. Actuel Marx confrontation.

Dorlin E. (2005), “De l’usage épistémologique et politique des catégories de “sexe” et de “race” dans les études sur le genre”, *Cahiers du Genre*, n. 39, 83-105.

Dunezat, X. (2010), “Organization du travail militant, luttes internes et dynamiques identitaires: le cas des “mouvements de chômeurs”, in Muriel Surdez, Michaël Voegtli, Bernard Voutat (Org.), *Identifier – S’identifier. À propos des identités politiques*, Lausanne, Publications universitaires romandes, 155-175.

Dunezat, X. (2004), *Chômage et action collective. Luttes dans la lutte. Mouvements de chômeurs et chômeuses de 1997-1998 en Bretagne et rapports sociaux de sexe*. Tese de sociologia, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines.

Elbaum, M. (2008), “68 made in USA”, em 1968: Un monde en révoltes, *Contretemps*, n. 22, maio de 2008, <http://www.contretemps.eu/node/36>

Falquet, J. (2009), “La règle du jeu. Repenser a co-formation des rap’ports sociaux de sexe, classe et de “race” dans la mondilisation néolibérale”, em Elsa Dorlin (org.), Sexe, race, classe; Pour une épistémologie de la domination, Paris, PUF, col. Actuel Marx confrontation, 71-90.

Falquet, J. (2006), “Le Combahee River Collective, pionnier du féminisme Noir”, Les cahiers di CEDREF 14, em rede desde 19 de maio de 2009, consultado em 24 de março de 2014. URL: <http://cedref.revues.org/457>

Falquet, J. (2012), Les mouvements sociaux dans la mon-dialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique latine – Caraïbes-France), Ha-bilitação para dirigir pesquisas, Université de Paris 8 Saint-Denis, setembro de 2012.

Fraser, N. (004), “Justice sociale, redistribution et recon-naissance”, Revue du MAUSS, Vol. 1, n. 23, 152-164.

Galerand, E. e Gallié, M. (2014), “Le Live-in Care Program au Canadá: un dispositif juridique au service d’une forme de travail non libre”, *Interventions économiques/political economy papers*, a sair.

Galerand, E. e Kergoat, D. (2013), “Le travail comme enjeu des rapports sociaux (de sexe)”, em Maruani, M., *Travail et genre dans le monde – L’état des savoirs*, Paris, La découverte.

Galerand, E. (2007), “Les rapports sociaux de sexe et leur (dé)materialisation: retour sur le corpus revendicatif de la Marche Mondiale des Femmes de 2000”, tese de doutorado em so-ciologia, Université de Versailles – Saint-Quentin-em-Yvelines.

Glenn, E. N. (2010), *Forced to Care: Coercicion and Care-giving in America*, Cambridge, Massachussets, Harvard Uni-versity Press, 272 pages.

Glenn, E. N. (2009), “Le travail forcé: citoyenneté, obliga-tion statutaire e assignation des femmes au care”, em Pascale Molinier et. al., Qu’est-ce que le care?, Paris, éditions Payot & Rivages, 113-131.

Guillaumin, C. (1978a), “Pratiques du pouvoir et idée de Nature. (I) L’appropriation des femmes”, Questions féministes, n. 2, 5-30.

Guillaumin, C. (1978b), “Pratiques du pouvoir et idée de Nature (II) Le discours de la Nature”, Questions féministes, n. 3, 5-20.

Guillaumin, C. (2002), *L'idéologie raciste. Genèse et langage actuel*, Paris, Gallimard (1^a éd. 1972)

Juteau, D. (2010). “Nous’ les femmes: sur l’indissociable homogénéité et hétérogénéité de la catégorie”, *L’Homme et la société*, vol. 2, n. 176-177, 65-81.

Juteau, D. (2006), “Forbidding Ethnicities in French Sociological Thought”, in *Mobilities*, vol. 1, n. 3, November, pp. 391-408.

Juteau, D. (1999), *L’ethnicité et ses frontières*, Les presses de l’Université de Montréal.

Kergoat, D. (1978), “Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique des deux variables: sexe et classe sociale”, *Critiques de l’économie politique*, n. 5, pp. 65-97.

Kergoat, D. (2012), *Se battre, disent-elles*, Paris, La Dispute, coleção Le genre du monde.

Kergoat, D. (2009), “Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux”, em Elsa Dorlin (org.), *Sexe, race, classe, pour une épistémologie de la domination*, Paris, PUF, 2009, 111-125.

Kergoat, D. (1982), *Les ouvrières*, Paris, Le Sycomore, 1982.

Khiari, S. (2011), “Les mystères de l’articulation races-classes”, em rede desde 22 de junho de 2011: <http://indigenes-republique.fr/les-mysteres-de-l-articulation-races-classes/>

Lada, E. (2004), *Quand les marges deviennent centre. Mise au travail, jeunesses populaires et rapports sociaux (de sexe) dans le secteur public e associatif*, Tese de sociologia, Université de Versailles–Saint-Quentin-en-Yvelines.

Lépinard, É. (2005), “Malaise dans le concept”, *Cahiers du Genre*, 2005/2 n. 39, p. 107-135.

Moujoud, N. e F. Lmadani (2012), “Peut-on faire de l’intersectionnalité sans les ex-colonisé-e-s?”, *Mouvements*, n. 72, pp. 12-21.

Maillé C. (2007), “Réception de la théorie postcoloniale dans le féminisme québécois”, *Recherches féministes*, vol. 20, n. 2, pp. 91-111.

Naudier, D. e Soriano E. (2010), “Colette Guillaumin. La race, le sexe e les vertus de l’analogie”, *Cahiers du Genre*, n. 48, pp. 193-214.

Rich, A. (1979), “Disloyal to Civilization: Feminism, Racism, Gynophobia”, em *On Lies, Secrets and Silence; Selected Prose 1966-1978*, Nova York, W. W. Norton, 275-310.

Tabet, P. (1998), “Fétilité naturelle, reproduction forcée”, em *La construction sociale de l'inégalité des sexes. Des outils et des corps*, Paris, l'Harmattan, 76-110.

DOMINAÇÃO, LUTAS E EMANCIPAÇÃO: ENTREVISTA COM DANIÈLE KERGOAT

Maira Abreu¹

Danièle Kergoat é pesquisadora do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) desde 1972 e é atualmente vinculada ao centro de pesquisa GTM (*Genre, Travail et Mobilités*). É autora de diversos artigos e livros sobre temas como mobilizações operárias, divisão sexual do trabalho, consubstancialidade e produziu aportes capitais para se pensar o mundo do trabalho e a imbricação de diferentes relações sociais de dominação. Seus textos, traduzidos em diversas línguas, nutriram também debates para além das fronteiras francesas.

Suas primeiras pesquisas foram impulsionadas, segundo a própria autora, pela vontade de entender como homens e mulheres, mesmo em situações de extrema dominação se mobilizavam e lutavam. Isto é, a dialética entre dominação e lutas. Um dos seus primeiros trabalhos de campo foi realizado numa fábrica de água, Bulledor. Seus operários, jovens, pouco espe-

1 Maira Abreu é pós-doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo. É autora de *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris* (São Paulo: Alameda, 2014) e uma das organizadoras da coletânea de artigos de autoras feministas materialistas francesas *Patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*, publicado pela Editora SOS-Corpo em 2016.

cializados e imigrantes em sua maioria, colocaram em prática a autogestão em maio de 1968. Essa pesquisa deu origem ao livro *Bulldozer ou L'Histoire d'une mobilisation ouvrière*, publicado em 1973. Nessa mesma época, começou a se interessar pelo caráter *genré* (OU *sexué*, para usar os termos da época) da classe operária, no bojo das mobilizações feministas das quais fez parte nos anos 1970. A partir do final dos anos 1970 publica diversos artigos nessa perspectiva tais como “Operários = operárias? Proposições para uma articulação teórica de duas variáveis: sexo e classe social” (1978). Questionando a figura arquetípica do trabalhador masculino, essas reflexões reconceituam uma série de categorias como trabalho, produção, reprodução, classe, exploração e procuram romper com dicotomias como trabalho-família, produção-reprodução. Progressivamente, sua reflexão caminha para a necessidade de não somente articular produção e reprodução, mas também de pensar a transversalidade da divisão sexual do trabalho e a noção de consubstancialidade das relações sociais de classe e relações sociais de sexo.

Foi uma figura central na criação de um dos primeiros laboratórios do CNRS na área que chamaríamos hoje de “estudos de gênero”, institucionalizado em 1983, o GEDISST (Groupe d'étude sur la division sociale et sexuelle du travail) ao lado de Helena Hirata, Dominique Fougère, dentre outras. Participou também de grupos como o APRE (Atelier Production-Reproduction) e de diversas outras iniciativas nas quais se buscava forjar novos instrumentos teóricos que promovessem uma superação das limitações dos conceitos existentes.. Kergoat define esse momento como “um fantástico período de gestação coletiva no qual nós elaboramos múltiplos conceitos” (2012, p.16). Um dos primeiros resultados desse trabalho em equipe foi a publicação, em 1984, do livro *Le sexe du travail* (parcialmente traduzido para o português sob o título de *O sexo do trabalho*). De sua autoria, datam dessa época livros como *Les ouvrières* (1982), *Les femmes et le travail a temps partiel* (1984) e diversos artigos. A partir dos anos 2000, inclui, de forma explícita, a raça em suas teorizações sobre a consubstancialidade. O objetivo é pensar a imbricação de diferentes relações sociais, não somente classe e gênero, mas também raça.

Diversos textos de sua autoria foram traduzidos e publicados no Brasil e tiveram um importante impacto na produção brasileira sobre o mundo do trabalho e a divisão sexual do trabalho. Kergoat veio também diversas vezes ao Brasil, alimentando uma troca intelectual entre os dois países. Seu artigo “O cuidado e a imbricação de relações sociais”, apresentado num congresso no Brasil² e publicado em 2016, *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*, é um dos frutos mais recentes dessas trocas.

Essa entrevista foi realizada em 2014 no contexto de uma pesquisa de doutorado sobre a constituição do “feminismo materialista” na França que deu origem à tese *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês*,³ defendida em 2016 na Unicamp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KERGOAT, Danièle. *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers= ouvrières ?. *Critiques de l'économie politique*, n.5, nouvelle série, outubro-dezembro 1978.

KERGOAT, Danièle. *Bulldozer ou L'Histoire d'une mobilisation ouvrière*, Paris: Le Seuil, 1973.

KERGOAT, Danièle. *Les Ouvrières*. Paris: Le Sycomore, 1982.

KERGOAT, Danièle. *Les femmes et le travail à temps partiel*. Paris: La Documentation française, 1984.

2 Colóquio internacional “Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate”, realizado no Rio de Janeiro e São Paulo entre 26 e 29 de agosto de 2014.

3 Tese realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob a orientação de Ângela Araújo.

Maira Abreu: Na introdução de seu último livro, você afirma que seu itinerário pessoal, político e teórico é marcado por quatro movimentos sociais: o movimento operário, o movimento de libertação da Argélia, os acontecimentos de maio de 1968 e o movimento de libertação das mulheres.

Danièle Kergoat - Creio que a pesquisa, em geral, e a pesquisa sociológica em particular, é em muito tributária, em suas temáticas e no modo como trabalha seu material, do contexto político e social e, portanto, dos movimentos sociais. Particularmente para mim, que me interessava por estas questões desde o início. Eram questões de grande alcance na época: vivi o fim da guerra do Vietnã, o fim da guerra da Argélia. Houve maio de 68. Havia um movimento operário forte e, entre 1968 e 75, uma grande ascensão das lutas dos operários não-qualificados, jovens, imigrantes e das mulheres, ou seja, de populações que até então eram invisíveis e que, naquele momento, entraram em cena com lutas duras e muito bem construídas. Portanto, eu não poderia não ficar marcada por este contexto, do qual, é claro, fazia parte o movimento feminista. Nesse momento, estava muito envolvida na militância e era parte integrante, pessoal e sociologicamente, de todos estes movimentos. Foi neste terreno que se construíram os meus primeiros trabalhos.

Meu primeiro campo de pesquisa foi uma grande companhia de seguros, muito feminizada. Aliás, foi ali que as “invejas” femininas começaram a me interpelar; eu reencontrei mais tarde o mesmo fenômeno entre as mulheres operárias. É isso que teorizei mais tarde em termos de “silogismo do sujeito sexuado feminino”. Em seguida, trabalhei sobre jovens imigrantes operários não-qualificados e sobre operárias. **Meu objetivo era compreender os processos reivindicativos da classe operária. E o que rapidamente se mostrou foi que eles eram bem diferentes quando se tratava de operários ou de operárias...**

Maira Abreu - Poderia falar do processo que a levou à Sociologia?

Danièle Kergoat - Estudei filosofia e psicologia e só cheguei à sociologia depois. Ela me parecia mais ligada à vida real, me dava os instrumentos para pensar aquilo que me cercava e do

que eu participava. Darei dois exemplos de livros que me tocaram particularmente na época. Penso em Richard Hoggart quando escreveu: “Sou oriundo de uma família operária e, mesmo agora, sinto-me ao mesmo tempo próximo e distante de minha classe de origem”⁴, ou em Bourdieu e Passeron, que desmistificaram a “ideologia do dom” em *Les Héritiers*⁵ e mostraram que a chamada desigualdade dos dons servia de fato para camuflar e legitimar desigualdades sociais.

Maira Abreu - Suas origens sociais foram muito marcantes em seu itinerário e seu trabalho?

Danièle Kergoat - Sim, creio que sim. Acabei de mencionar minha origem social e a história familiar também jogou um papel. Meu pai e minha mãe foram da Resistência durante a guerra de 1940. Essa noção de resistência marcou toda a história da família: resistimos à ocupação, não devemos ser assujeitados. E depois há, evidentemente, toda a história do movimento operário que, por definição, é uma história de resistência. **Foi esta dupla ancoragem que me levou a colocar as questões que estruturaram minhas pesquisas: por que as pessoas se revoltam e por que lutam? Como explicar sua resiliência? Como explicar que não sejam completamente dominadas? De onde tiram a força, a energia, a potência de agir? Como esta última se cria? Individualmente e/ou coletivamente? Tudo isto é muito enigmático.**

Maira Abreu - Seus primeiros trabalhos versam sobre a classe operária. Como se deu a passagem desta análise para a questão das mulheres?

Danièle Kergoat - Esta passagem se fez na conjunção de duas coisas. O fato de haver mulheres nas fábricas onde fui e

4 Richard Hoggart, 1970, *La culture du pauvre. Etude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*. Editions de Minuit, p. 42.

5 Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron, 1964, *Les héritiers. Les étudiants et la culture*. Editions de Minuit.

o fato de ser feminista. Como disse há pouco: o estudo sobre a companhia de seguros já havia demonstrado que os homens e as mulheres não reagem da mesma forma diante do universo do trabalho, quer se trate das condições de trabalho ou das reivindicações que serão adotadas. Esta questão se tornou central quando eu trabalhei sobre a classe operária. Havia alguns estudos, muito poucos, que mostravam como as situações eram diferentes. Mas por outro lado, não havia nada sobre as *respectivas* capacidades de ação dos homens e das mulheres.

Aliás, de um ponto de vista muito subjetivo, pesou também o fato de ouvir os discursos cheios de estereótipos, tanto da parte dos patrões quanto dos sindicalistas, a respeito das operárias. Os sindicatos diziam: “é muito difícil fazer com que entrem em greve, não são como os homens. E depois, quando resolvem agir, não conseguimos pará-las (subentendido: elas não obedecem às orientações sindicais) e, além do mais, elas começam por um nada”. Os patrões, por sua vez, as qualificam de “histéricas”: às vezes, elas desengatam por causa de um ataque de nervos! Ou, como pude ver por ocasião de um conflito, quando elas expulsaram os supervisores a golpes de guarda-chuva e usaram batom para pichar os para-brisas os carros dos altos funcionários. E o fato daquelas mulheres serem tratadas como histéricas me interpelava pessoalmente: lembremos que, no movimento de mulheres, costumávamos gritar “somos todas histéricas”.

Em suma, ao contrário do que então prevalecia, de uma classe operária unida que avança ao mesmo passo, ficou evidente que isto não funcionava assim e que as clivagens eram fortes e numerosas: homens/mulheres, mas também operários imigrantes/operários franceses, operários qualificados/operários não-qualificados, jovens/velhos... Daí as minhas hipóteses sobre a heterogeneidade da classe operária: são estas diferenças que criam a dinâmica reivindicativa. Um pouco como escreveu Audre Lorde a respeito das mulheres. É quando eles/elas conseguem trabalhar suas diferenças que se tornam capazes de formar um coletivo e entrar em luta.

Portanto, não passei propriamente para a “questão das mulheres”, mas sobretudo tentei analisar as diferenças de situação e de comportamento de homens e mulheres, primeiro da classe operária, em seguida de outros extratos profissionais.

Maira Abreu - Poderia falar desse encontro com o feminismo como movimento social?

Danièle Kergoat - Não me lembro de ter havido um elemento detonador preciso. **Diria antes que caí dentro do feminismo. Foi tudo muito rápido: participei das assembleias gerais na Beaux-Arts, formei um grupo de consciência em meu bairro e depois participei dos grupos sindicais de mulheres. Desde o início, o movimento me levou. Eu não imaginava mais viver sem o feminismo.**

Maira Abreu - Você foi uma das fundadoras do GEDISST (Grupo de Estudos da Divisão Social e Sexual do Trabalho). Conte-nos um pouco da história da criação do grupo.

Danièle Kergoat - Depois de ser professora por um curto período, de fazer vários pequenos trabalhos e de ter ido trabalhar no setor privado, entrei para o CSO (Centro de Sociologia das Organizações), dirigido por Michel Crozier. No início, era assistente de Renaud Sainsaulieu. Mas o mínimo que posso dizer é que eu não estava mais à vontade ideologicamente neste laboratório. Dito isto, foi Michel Crozier quem propôs que eu entrasse para o CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), onde só se entrava por concurso, e guardei um grande reconhecimento a ele por isso. É uma história clássica... Quando se é de uma origem modesta, muitas vezes é preciso que alguém lhe diga: “você é capaz, você deve tentar”; que alguém de fora, alguém que detém um poder, mesmo que relativo, “legítimo” você a seus próprios olhos...

Entre para o CNRS em 1972. Rapidamente, constituiu-se um pequeno grupo de reflexão feminista. Falávamos de nossas dificuldades teóricas, do que tínhamos vontade de estudar... Éramos três: Odile Chenal, que era engenheira do CNRS, Helena Hirata, que era datilógrafa nesse momento, e

eu. Era um trio heteróclito do ponto de vista do *status*, mas nem um pouco do ponto de vista ideológico. Em pouco tempo, consolidamos o grupo de trabalho e lançamos um seminário. Mais tarde, em 1977, Renaud Sainsaulieu, que nesse meio tempo tinha se tornado diretor do Centro de Estudos Sociológicos, propôs que eu criasse uma URES (Unidade de Pesquisa e Estudos Sociológicos). Para isso, contatei outras pessoas, entre as quais Danielle Chabaud-Rychter e Dominique Fougeyrollas, que trouxeram a dimensão do trabalho doméstico. Uma dimensão importante, pois nosso grupo já contestava a noção de trabalho baseada apenas no trabalho assalariado.

Depois da criação da URES, decidimos coletivamente que tentaríamos transformá-la em laboratório próprio do CNRS. E conseguimos em 1983.

Maira Abreu - Você fala com frequência da importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento de suas reflexões...

Danièle Kergoat - Sempre pensei que a pesquisa é eminentemente coletiva, que o gênio é tão relativo quanto o dom. Alguém comparou a pesquisa a uma imensa escada. Creio que é uma bela imagem. Muita gente trabalhando sobre um tema e construindo um degrau da escada. E depois, há alguém que, entre todas essas pessoas, formula a questão de um modo melhor ou diferente e dá um salto, começando a lançar as bases de um degrau superior. Evidentemente, essa pessoa não poderia fazê-lo sem todo este trabalho coletivo anterior. Essa é uma coisa em que acredito fortemente: não existe trabalho científico sem trabalho coletivo. É a primeira coisa. Aliás, eu tinha sólidas posições anti-hierárquicas, advindas de minha passagem na empresa privada (vivi com muita dificuldade meu status de chefe de serviço), que, ao contrário, reforçou meu gosto pelo coletivo. Enfim, tínhamos um sentimento muito forte de pertencimento ao movimento feminista (éramos todas mulheres) e vinha daí, mais uma vez, o sentido do coletivo. Deve-se igualmente evocar o problema da interdisciplinaridade, que era indispensável para a construção do nosso objeto: a divisão sexual e social do trabalho. Precisávamos de historiadoras (para periodicizar o trabalho doméstico, assim

como era periodicizado o trabalho assalariado), economistas (o problema do valor), ergonomistas (para desnaturalizar o trabalho doméstico). Nós intercambiávamos de verdade, todas nós éramos competentes, mas competentes diferentemente. Não havia poder hierárquico. A direção não era apenas bicéfala (no começo, Dominique Fougeyrollas e eu mesma), mas rotativa. Portanto, trabalhávamos coletivamente tanto no nível do funcionamento, quanto no nível científico e, para nós, os dois eram indissociáveis.

Maira Abreu - Num primeiro momento, seu trabalho girava em torno da noção de “articulação entre estruturas familiares e sistema produtivo” e, por volta dos anos 1980, vimos a emergência do conceito de “relação sociais de sexo”. Como se deu a passagem de uma abordagem à outra?

Danièle Kergoat - Tomemos o exemplo das qualificações. Eu via a relação capital-trabalho funcionar nas negociações sobre as grades de classificação. Mas era evidente que havia uma outra coisa em jogo: eu via também que os homens detinham os postos mais qualificados, que a penosidade do trabalho dos homens era reconhecida, enquanto a das mulheres não era, que o clima hierárquico era diferente para elas e para eles. Era necessário, portanto, pensar simultaneamente, “articular” estes dois níveis de realidade. Mas eu percebi muito rápido que não se tratava somente de “diferenças” entre as situações dos dois grupos, mas claramente de uma relação social, quer dizer, de uma relação contraditória e antagônica. Como explicar de outra forma que, por exemplo, as operárias *qualificadas* trabalhem com maior frequência na linha de montagem do que os operários *não-qualificados*? Foi então que comecei a falar em termos de relações sociais de sexo. A utilização da noção de relação social destravou o pensamento: as relações sociais de sexo e de classe só funcionam juntas, são indissociáveis, nós não podemos compreender o desenvolvimento de uma sem compreender o desenvolvimento da outra – a relação de classe cria a relação de sexo, e as relações sociais de sexo criam a relação capital-trabalho. A partir daí, tínhamos ultrapassado a articulação, estávamos na coextensividade e na consubstancialidade...

O raciocínio era o mesmo a propósito das estruturas familiares e do sistema produtivo. Num primeiro momento, estávamos na ordem do aditivo: era preciso considerar tanto o trabalho assalariado, quanto o trabalho doméstico. Mas num segundo momento, para repensar o trabalho, tornou-se necessário raciocinar no nível da divisão do trabalho social, quer dizer, das relações sociais de classe e de sexo.

Maira Abreu - Para você, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são conceitos indissociáveis. Pode nos explicar por quê?

Danièle Kergoat - São dois termos indissociáveis, que formam um sistema. A reflexão em termos de relações sociais de sexo é ao mesmo tempo anterior e posterior à discussão em termos de divisão sexual do trabalho: é posterior em termos de problemática, mas anterior como noção. Foi uma aquisição do feminismo mostrar, através da emergência das categorias de sexo como categorias sociais⁶, que as situações dos homens e das mulheres não eram produto de um destino biológico, mas eram antes de tudo construtos sociais e tinham, portanto, uma base material. Para provar isso, a formalização em termos de divisão sexual do trabalho era indispensável. Indispensável para conhecer o trabalho feminino em todos os seus aspectos, inclusive o trabalho doméstico, e para tirar o trabalho masculino do neutro, especificá-lo do ponto de vista do gênero. Foi só depois disso que retornamos às relações sociais para construir um quadro teórico de conjunto, no qual a divisão sexual do trabalho poderia se inserir. Estes dois conceitos são indissociáveis: é exatamente a análise em termos de divisão sexual do trabalho que permite demonstrar a existência de uma relação social específica entre os grupos de sexos e o fato de que esta relação social repousa sobre bases materiais.

6 Nicole-Claude Mathieu, Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe. Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe. Côté-femmes éditions, 1991 (inicialmente publicado em 1971).

Maira Abreu - Falamos do cruzamento entre relações de classe e de gênero. Como as relações de “raça” se integraram em sua abordagem?

Danièle Kergoat - Para responder, preciso fazer um desvio pela minha experiência como professora, pois se esta integração se deve à penetração dos debates em curso no ambiente da pesquisa e à interpelação por parte dos movimentos sociais, eu, no entanto, devo particularmente aos meus doutorandos, às discussões sem concessões que tivemos. Três exemplos me vêm no espírito: Elsa Galerand, por seu pensamento dialético dos conceitos de exploração e apropriação; Xavier Dunezat, por sua afirmação de que as relações sociais exploram, dominam e oprimem, e enfim Emmanuelle Lada que, voltando aqui à sua pergunta, foi uma das primeiras a fazer uma sociologia do trabalho que integrava o conceito de relação social de raça. Se integrei este último, devo em grande parte a ela.

Portanto, não é senão tardiamente que eu dei um lugar teórico central às relações sociais de raça, ou seja, um lugar equivalente ao das relações sociais de classe e de sexo, foi tardia. Por outro lado, desde os meus primeiros trabalhos, eu integrei os problemas relativos à imigração e ao racismo.

Maira Abreu - Você propõe a noção de “consustancialidade” no lugar de “interseccionalidade”. Por quê?

Danièle Kergoat - Não houve uma “escolha”. Comecei a falar de consustancialidade e coextensividade em 1978, bem antes do aparecimento do termo interseccionalidade. E se falei nisso, foi por ter sido de certa maneira obrigada: minha situação de dupla opressão (de classe, de sexo) me impedia de apontar um “inimigo principal”. Sob pena de dissociação, tinha de pensar as coisas conjunta e simultaneamente. Então, por que a “consustancialidade”? Porque é a única imagem que encontrei para dar conta de algo que filosoficamente é facilmente entendido, mas que sociologicamente é difícil: a ideia de que as coisas podem ser *ao mesmo tempo* iguais e diferentes. Claro, este termo foi escolhido na falta de outro (seu empréstimo à teologia – à Trindade – não é evidente). Mas significando a unidade de substância en-

tre três entidades distintas, ele convida a pensar o mesmo e o diferente num só movimento. Seu potencial heurístico é forte, permite teorizar algumas das propriedades das relações sociais e as relações entre elas: (1) as relações sociais, embora distintas, possuem propriedades comuns – donde o empréstimo do conceito marxista de relação social com seu conteúdo dialético e materialista para pensar o sexo e a raça; (2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser compreendidas separadamente, sob pena de as reificarmos. Vê-se que não estamos mais nas noções de articulação, de imbricação ou de cruzamento (interseccionalidade).

No entanto, os dois conceitos têm pontos em comum: a ideia de que existem relações sociais diferentes e de que elas interagem entre si. Outro ponto importante é de ordem política: as duas abordagens se inscrevem numa visão emancipatória. A proximidade com Crenshaw é evidente neste nível. É a propósito do tratamento das categorias que as diferenças aparecem⁷: penso que o raciocínio não pode se ater às categorias sociais existentes, que é preciso compreender como nasceram estas categorias. Não se trata de dizer que existem homens e mulheres, mas de discernir as questões em torno das quais as classes (dos homens, das mulheres) se criaram e como deram origem às categorias “homens” e “mulheres”. O mesmo raciocínio de desconstrução e reconstrução pode e deve ser mantido a respeito das classes sociais e da relação de raça.

Maira Abreu - Você diz que levar em conta simultaneamente estas relações é mais fácil de recomendar do que de efetuar concretamente. Como articular estas categorias sem reificá-las?

Danièle Kergoat - Você tem razão de dizer “sem reificá-las”, pois o problema é justamente este: temos uma tendência, a começar por mim, a hegemonizar a uma relação social em detrimento das outras. E quando fazemos isso, temos efetivamente

7 Para uma argumentação desenvolvida sobre a proximidade/distancia entre os dois conceitos, Cf. o capítulo 7 desta edição.

uma tendência a reificar as outras relações sociais, a tratá-las como simples categorias. Quando funcionamos no nível de duas relações sociais, é relativamente mais fácil superar esta dificuldade, mas é bem mais difícil quando nós queremos raciocinar simultaneamente sobre três relações sociais. Uma coisa essencial para contornar esta dificuldade, é historicizar as relações sociais: é muito mais difícil reificar uma relação social historicizada, periodicizada. Em segundo lugar, vem o imperativo materialista que pressupõe retornar sempre às questões em jogo (materiais e ideais) nas relações sociais. O terceiro imperativo é delimitar invariantes nos princípios de funcionamento das três relações sociais (os princípios de separação e de hierarquia para a divisão sexual do trabalho, por exemplo).

Uma outra coisa, e aqui estamos quase no nível das receitas, é conjugar as explicações no negativo. Por exemplo, ao invés de dizer que as práticas reivindicativas das operárias são explicáveis porque elas são mulheres ou porque são operárias, dizer o contrário: estas práticas não são explicáveis nem em termos de “*é porque são mulheres*”, nem em termos de “*é porque são operárias*”; ou, em termos mais provocativos: elas não são mulheres, elas não são operárias. A negação impede de um modo quase mecânico de reificar as relações sociais, de tratá-las como categorias e, feito isso, é necessário considerá-las simultaneamente.

Maira Abreu - O feminismo dos anos 1970 é criticado muitas vezes por ser essencialista e por não levar em conta a heterogeneidade da categoria “mulher”. O que pensa sobre estas críticas?

Danièle Kergoat - Para responder, é preciso distinguir as práticas concretas do movimento segundo as diferentes correntes. Fala-se sempre do “feminismo dos anos 1970”, mas o que havia sobretudo eram feministas que investiam em ações múltiplas e diferenciadas. Logo foram criados grupos de empresa, organizados grupos de apoio às mulheres em luta nas fábricas e havia inúmeras associações de mulheres argelinas, tunisinas, marroquinas, da África negra... que se reivindicavam feministas e que trabalhavam em conjunto com ou-

tros grupos. É certo que ainda funcionávamos na base da adição, mas havia muitas ações comuns. É falso dizer que não tínhamos consciência das diferenças e absurdo acusar-nos de essencialismo. Mas tudo aquilo eram as práticas. De todo modo, éramos majoritariamente pequeno-burguesas e mesmo algumas da alta burguesia. Era um meio sociologicamente homogêneo, o que não ajuda uma tomada de consciência das diferenças a não ser de uma maneira paternalista ou maternalista. Distinguiria, portanto, as práticas, de um lado, e a doxa feminista em matéria de sujeito político, de outro. De fato, era um sujeito político um pouco semelhante àquele do movimento operário, ou seja, um sujeito político homogêneo, único, falando a uma só voz e com a ideia de que um dia chegaria enfim a “Grande noite” em que tudo ia mudar. Claro, nossa aspiração era uma revolução feminista, mas de todo modo era uma Revolução com R maiúsculo. Mais uma vez, o movimento era diversificado: a heterogeneidade da classe das mulheres estava inscrita nas práticas, mas o sujeito político era pensado de modo unívoco, o que tornava bastante difícil pensar teoricamente a diversidade das práticas emancipatórias.

Maira Abreu - Como estas reflexões suscitaram uma renovação dos conceitos e paradigmas dominantes no campo da sociologia do trabalho?

Danièle Kergoat - Poderíamos pensar que, 40 anos depois de ter sido proposta, a integração da dimensão sexuada da análise do trabalho foi realizada e acarretou uma renovação da epistemologia do trabalho. Em 1982, eu falava com Christine Delphy⁸, da revolução copernicana a propósito dos novos conceitos propostos pelas pesquisas feministas. Porém, a meu ver não é bem assim. Se houve a integração das categorias de

8 Os estudos e as pesquisas feministas e sobre as mulheres em Sociologia. Femmes et recherche, pour quel féminisme, com Christine Delphy, in *Rapport sur les recherches féministes du collectif parisien du colloque 'Femmes, féminisme, recherche'*, Toulouse, décembre 1982, 12 p.

sexo e da relação social que as opõe, ela ainda continua frágil, limitada e não estabilizada⁹.

Esta cegueira relativa é paradoxal sob mais de um aspecto. Paradoxal se considerarmos a amplitude dos trabalhos, dos quais alguns são de importância maior para uma sociologia que se recusa a ser conjugada no masculino-neutro. Seria difícil enumerar todos os temas trabalhados pela sociologia do gênero desde suas origens. Para mencionar apenas o que se refere à sociologia do trabalho, é preciso citar: técnicas, qualificação, competência, mobilidade social, hierarquia, salários, trabalho doméstico, desemprego, formas de emprego, precariedade e exclusão, profissões, resistências e conflitos no trabalho – e a lista não se encerra aqui, muito pelo contrário. Podemos dizer que depois do debate inicial em torno da natureza do trabalho doméstico (trata-se de um “verdadeiro” trabalho? E nesse caso, como teorizá-lo?), os estudos de gênero abraçaram todos os campos da sociologia do trabalho, inclusive os que surgiram no curso dos anos 1990: modos de regulação do mercado de trabalho, novos modelos produtivos, sociologia da empresa, sociologia das profissões, setor de serviços... E se esta lista é válida para a França, ela seria ainda mais vasta se quiséssemos dar conta das sociologias do gênero que tratam do trabalho no nível internacional.

É igualmente paradoxal no que diz respeito à história da sociologia do trabalho e da sociologia do gênero. A sociologia do trabalho é uma disciplina recente que afinal surgiu relativamente pouco antes da irrupção do feminismo nas categorias de pensamento da disciplina. É um contexto histórico que não pode ser ignorado. Devemos a G. Friedmann

9 Cf. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail? com Helena Hirata, in Jean-Pierre Durand et Danièle Linhart (sous la direction de), *Les ressorts de la mobilisation au travail*. Octarès Editions / Le travail en débats, série Colloques et Congrès, 2005, p. 288-298. E: « Les apports de la sociologie du genre à la critique du travail », com Elsa Galerland. *La nouvelle revue du travail [on line]*, 4 | 2014, publicado *on line* em 01 maio 2014, consultado em 09 setembro 2014. URL : <http://nrt.revues.org/1533>

e P. Naville a afirmação de que o trabalho ocupa um lugar central nas práticas sociais. Esta afirmação, no coração da sociologia do trabalho, foi amplamente retomada em nossos primeiros trabalhos. A filiação a Friedmann é evidente nos métodos utilizados para a análise do trabalho pelas primeiras pesquisadoras que refletiriam em termos de divisão sexual do trabalho. Igualmente evidente é a filiação a Naville e a centralidade que ele dá à relação social quando ele analisa, por exemplo, a qualificação. Poderíamos pensar, portanto, que a integração aconteceria “naturalmente”, porém não foi o que ocorreu: se é possível falar em filiação, é preciso falar sobretudo em ruptura. Nos anos 1970/80, a sociologia do trabalho aportava majoritariamente sobre o campo industrial. Quanto ao trabalho, ele continuava a ser pensado em torno da figura do homem – operário qualificado – trabalhando na metalurgia – branco – heterossexual.

Paradoxal, por fim, o modo como somos ignoradas pelos que dominam a análise crítica – análise que tem se renovado na França nos últimos cinco anos –, muito embora a sociologia feminista materialista seja definitivamente uma sociologia crítica que permite a ampliação dos campos de análise. Para ilustrar esta proposição, eu distinguirei dois momentos das pesquisas. O primeiro remete à teorização das relações sociais de sexo como relações de produção em si mesmas e irreduzíveis ao capitalismo. São os estudos de Delphy e de Guillaumin sobre o trabalho doméstico como trabalho explorado e sobre o conceito de apropriação. O segundo é o momento da divisão sexual do trabalho, de sua transversalidade e da imbricação das diferentes relações de exploração. A partir daí, o conceito de trabalho designa todas as atividades humanas de produção do viver em sociedade, como teorizam Helena Hirata e Philippe Zarifian em 2000 no *Dictionnaire critique du féminisme*. Todo este *corpus* teórico é crítico em virtude da centralidade que confere às relações sociais. Ele não se contenta em descrever a realidade, mas permite que se compreenda melhor os mecanismos, a base material, a produção – pelas relações sociais – dos mecanismos da dominação. Assim como contribui também para revelar novas figuras emancipadoras – eu penso, por exemplo, na Coordenação enfermeiras e nos trabalhos que fiz sobre

ela – que, por serem femininas, escapam ao pensamento crítico “masculino”.

Em suma, o conceito de trabalho tal como o reiventamos ainda não tem um verdadeiro direito de cidadania na comunidade científica, quer se trate dos sociólogos do trabalho ou dos que dominam a análise crítica.

No que diz respeito aos primeiros, os artigos de Michel Lallement (2003), Margaret Maruani (2001) e Nicky Le Feuvre *et alii* (2013)¹⁰ são testemunhos eloquentes, evidenciando o fato de que a situação não tem melhorado: ao contrário de países como a Inglaterra, na França, as revistas generalistas de sociologia do trabalho reservam apenas o espaço estritamente indispensável aos artigos sobre gênero.

Maira Abreu - Sobre a recepção do conceito de gênero na França, nós sabemos que o conceito demorou a se estabelecer no país, em grande medida por causa da força da reflexão que se desenvolveu na França em torno do conceito de relações sociais de sexo. Como você recebeu o conceito de gênero? E como foi a recepção de outras pesquisadoras, com outros quadros conceituais? Pode-se substituir um pelo outro e quais são as consequências?

Danièle Kergoat - A recepção foi conflituosa e o livro *Le genre comme catégorie d'analyse*¹¹ é testemunha disso. Eu diria, esquematizando bastante, que as feministas materialistas foram as mais reticentes, à exceção, contudo, de Christine Delphy. Fomos reticentes por múltiplas razões.

10 Lallement M., « Quelques remarques à propos de la place du genre dans la sociologie du travail en France », in Laufer J., C. Marry C., M. Maruani M. (dir.), *Le travail du genre. Les sciences sociales à l'épreuve des différences de sexe*, Paris, La Découverte, 2003, pp. 123-137.

Le Feuvre N., Bataille P. et Morend L., « La visibilité du genre dans des revues de sociologie du travail. Comparaisons France et Grande-Bretagne (1987 – 2012) », in *Cahiers du genre*, n° 54, 2013, pp.121-150.

11 *Le genre comme catégorie d'analyse. Sociologie, histoire, littérature*. Sous la direction de Dominique Fugeyrollas-Schwebel, Christine Planté, Michèle Riot-Sarcey et Claude Zaidman. L'Harmattan, 2003.

O fato é que, ao se transformar em termo da moda, ele perdeu toda a carga subversiva. Foi, aliás, assimilado pelo patronato, pelas organizações internacionais, pelos governos. Bem ao contrário do termo “relações sociais de sexo”, certamente menos eufônico, porém infinitamente mais crítico. Ao que algumas respondiam que o termo gênero também podia conter a noção de relação social, que ele não era forçosamente uma palavra-ônibus e que deveria ser reapropriado, porque ele era portador de novas perspectivas teóricas. De minha parte, eu via menos as novas perspectivas teóricas do que aquilo que perderíamos com o termo, ou seja, a noção de classe, de classe dos homens e classe das mulheres: as noções de conflitualidade, de antagonismo, de contradição contidas na relação social são ausentes nele. Penso, portanto, que relações sociais de sexo não é equivalente a gênero, que os dois termos não remetem à mesma apreensão do social.

Dito isto, posso afirmar que utilizo os dois termos. Uso “relações sociais de sexo” para tudo aquilo que é da ordem da dinâmica, na sociedade em seu processo de se fazer ou de se desfazer. Por outro lado, “gênero” eu utilizo mais no sentido de “regime de gênero”, por exemplo, em termos de mesossociologia, num nível descritivo intermediário. Para mim, a noção de “relações sociais de sexo” não tem, portanto, equivalentes, não é possível substituí-la por outra coisa. “Relações (rapports) sociais de sexo”, “relações (relations) sociais de sexo” e “gênero” são, a meu ver, três níveis diferentes de realidade que, particularmente em sociologia, é extremamente importante de diferenciar, de desconstruir e de reconstruir.

Maira Abreu - Você fala de feminismo materialista. Como você o define?

Danièle Kergoat - Historicamente, o feminismo materialista se compôs na França não por correntes propriamente ditas, mas a partir de sensibilidades diferentes que, a bem dizer, se encontravam pouco, não porque estivéssemos em desacordo, mas porque estávamos, todas nós, numa situação de urgência intelectual: era preciso construir um quadro conceitual. Foi assim com as fundadoras da revista *Questions féministes*, com

as que criaram o GEDISST e, mais tarde, o APRE. Quanto a estas últimas, é evidente que conhecíamos os textos de Delphy, Mathieu, Guillaumin, Wittig, mas não trabalhávamos com elas. Abrimos nossos caminhos de modo paralelo e convergente, se posso me permitir este oxímoro.

Havia também, embora isso tenha uma importância secundária, uma distância geracional: pela idade e/ou pela anterioridade dos trabalhos.

No feminismo materialista, há “materialismo”, quer dizer, nós tínhamos e temos uma concepção da história que considera que aquilo que os seres humanos são coincide com o que eles produzem e com a maneira na qual eles produzem. Para nós, os conceitos, as categorias derivam das relações sociais que são, elas mesmas, relações de dominação.

De modo mais agudo, eu diria que o que nos une é a ideia de classe de sexo e, portanto, a pressuposição do conceito de relação social, conceito marxista, senão marxiano, com as noções de antagonismo, de contradição. Trabalhamos com campos e disciplinas diferentes, mas partilhamos a ideia de que esta contradição, este antagonismo trabalham a sociedade e de que são os conflitos que fazem avançar as coisas. Estamos bem longe da teorização *queer*.

Maira Abreu - Nos últimos anos, assistimos a uma ascensão das teorias críticas em vários domínios. Como você vê este processo?

Danièle Kergoat - O pensamento feminista é um ramo do pensamento crítico, mas, como disse anteriormente, não há ou há pouca comunicação entre os dois. A retomada do pensamento crítico na França é muito nítida neste momento. Nos anos 1980, houve um quase desaparecimento do marxismo. A sociologia do trabalho, por exemplo, voltou a girar em torno da empresa, da regulação, da teoria das organizações. A renovação dos debates em torno da noção de classe social é relativamente recente. Esta renovação, a meu ver, está ligada à crise do capitalismo, ao desemprego de massa, ao crescimento exponencial das desigualdades sociais e também à ascensão da extrema direita. Houve, portanto, uma renovação do questionamento, conforme testemunham uma série de livros

recentes – Keucheyan¹², Corcuff¹³, Boltanski¹⁴, por exemplo... –, e de debates sobre classe operária/classe popular ou sobre a emancipação. Em suma, há uma verdadeira renovação do pensamento crítico na França.

A interrogação que me faz avançar gira em torno da relação dialética entre dominação e emancipação e, portanto, li estes livros e participei destes debates. Fiquei pasma ao constatar como o pensamento feminista e mais particularmente o pensamento feminista materialista era ignorado. Os mais informados falam de Butler, de Spivak, de Nancy Fraser, mas não do feminismo como pensamento crítico e menos ainda do feminismo materialista. Eu, certamente, sou convidada a falar, a escrever, mas assim como acontece com a divisão sexual do trabalho, tenho a impressão de que tudo o que digo permanece exterior ao discurso dominante, à fortaleza teórica patriarcal.

Maira Abreu - Qual é o contexto das novas discussões-estudos de gênero atualmente, no ambiente universitário?

Danièle Kergoat - É essencialmente um contexto pós-estruturalista que levanta questões maiores (interseccionalidade, subjetividade, sexualidade...) e remete a certos conceitos ou discussões importantes na ordem do dia (o essencialismo, o conceito de agência, a heterogeneidade do grupo de mulheres, o materialismo). No entanto, os *gender studies* se inserem em outros quadros teóricos e disciplinares que não são os meus. Elas trabalham sobre novos objetos: as sexualidades e sua hierarquização, as identidades, as tecnologias do corpo etc., e são amplamente emancipadas da disciplina sociológica. Se elas são interdisciplinares, não são, como no nosso caso, em in-

12 Keucheyan R., *Hémisphère gauche. Une cartographie des nouvelles pensées critiques*, Paris, La Découverte, coll. "Zones", 2010.

13 Corcuff P., *Où est passée la critique sociale? Penser le global au croisement des savoirs*, Paris, La découverte, 2012.

14 Boltanski L. *De la critique. Précis de sociologie de l'emancipation*, Paris, NRF, 2009.

teração com as outras ciências sociais, mas em interação com estudos culturais, com a filosofia, a linguística. Em suma, não é senão na margem que me inscrevo nestes debates.

Maira Abreu - Sabemos que várias pesquisadoras e pesquisadores brasileiros passaram pelo GEDISST e pelo GTM. Helena Hirata participou desde o início do grupo. Você veio ao Brasil várias vezes. Poderia falar de seus intercâmbios com o Brasil?

Danièle Kergoat - É difícil responder. Conheço a sociologia brasileira essencialmente através dos trabalhos de companheiras que vieram fazer parte da equipe (do GEDISST e depois do GTM) no quadro de convites diversos, intercâmbios, estágios, bolsas-sanduiche. O leque destes trabalhos é muito vasto: educação, desemprego, cooperativas, novas tecnologias, os músicos, os bancos, o movimento operário, o movimento feminista e os vínculos com o PT e a CUT etc. Através desse filtro, tenho uma visão muito positiva da sociologia brasileira, mas meu quadro de referência, certamente, tem um viés. Mesmo assim, a maioria dos trabalhos são apaixonantes, sociologicamente sólidos e abertos para realidades que não conhecemos, ou conhecemos muito pouco na França. E não estou falando da descoberta de um mundo exótico que seria diferente do nosso, mas de um mundo ao mesmo tempo próximo e diferente. E de formas de teorizar, de problematizar, de construir objetos de pesquisa que se articulam diferentemente. Poderíamos tomar o exemplo das cooperativas: a mesma palavra cobre realidades completamente diferentes nos dois países e o modo como o problema é construído no Brasil, na articulação de relações de classe, de raça e de sexo, é apaixonante.

O mesmo ocorre com minhas viagens. Em toda parte, encontrei mulheres politizadas, muito interessadas na discussão das relações de classe e sua ligação com as relações de sexo e de raça, pensando simultaneamente nos planos sociológico, social e político. É claro que se trata de uma visão um pouco parcial, pois fui convidada por pessoas interessadas no meu trabalho, com as quais eu já tinha um mínimo de acordo teórico, político. No entanto, me parecem que existem verdadeiros coletivos de mulheres que não têm equivalentes na França. Não estão envolvidos, como nós, numa crítica a Hollande e ao

governo socialista, eles estão numa crítica muito mais construtiva e muito mais política. Minha última viagem, e particularmente minha passagem por Recife, foi muito fecunda deste ponto de vista. Mas você me disse que nas universidades este não é o tipo de debate que prevalece. Uma vez mais, minha visão é parcial.

Maira Abreu – Sobre a relação entre dominação e emancipação...

Danièle Kergoat - Emancipação e dominação são os dois polos entre os quais se desenvolve o meu raciocínio. Assim, alguns de meus trabalhos são centrados na análise dos mecanismos de dominação, de sua consubstancialidade e outros na análise das resistências e da potência de ação. Por ocasião de meu último livro, fui levada a refletir a respeito das ligações que eu fazia, de um ponto de vista sociológico, entre dominação e emancipação. De minha parte, eu não penso que da análise das dominações irão surgir as palavras de ordem, receitas, modos de ação, campos de luta a privilegiar, todas as coisas que o sociólogo revelaria a fim de que as pessoas que entram na luta delas se reapropriem. Eu penso que este não é o trabalho da sociologia. Por outro lado, ela pode visibilizar as lutas e resistências e propor uma análise. Isso pressupõe um aparato teórico, conceitual e experimental extremamente preciso, assim como um enorme trabalho de campo, que inclui em particular o trabalho de restituição dos resultados da pesquisa (o que é factível mesmo se o objeto de estudo é um movimento social). Portanto, trazer à luz algumas lutas que não são forçosamente “exemplares”, mas cuja análise permite que se compreenda como se deu a passagem de um grupo fragmentado de indivíduos para um coletivo em luta que contesta o sistema de dominação. Tornar visíveis lutas, resistências e analisá-las sempre levando em conta centralmente o ponto de vista dos atores, esta é, a meu ver, a contribuição que o sociólogo pode aportar à reflexão sobre a relação dialética entre dominação e emancipação. Esta abordagem pode parecer modesta. De minha parte, ela me parece uma premissa necessária para quem não acredita mais num sujeito políti-

co unificado, homogêneo, para o qual a emancipação seria um processo mecânico (a grande classe operária e a grande noite), mas que procura, ao contrário, pensar a emancipação a partir de um sujeito político complexo.

Este livro utiliza a Minion Pro da Adobe
– criada por Rober Slimbach em 2009 –
para textos e títulos.

Em 2018, faz exatamente 40 anos da publicação do artigo que abre esse livro de Danièle Kergoat. Ele oferece ao leitor a primeira elaboração de um paradigma fundamental das ciências sociais contemporâneas, o da centralidade da divisão sexual do trabalho como aquilo que está em jogo nas relações sociais de sexo. Tal paradigma continua de grande atualidade, desafiando o mainstream da sociologia do trabalho, que continua a considerar o trabalhador do sexo masculino, branco, na força da idade, como universal.

(...)

Dominação e resistência sempre foram indissociáveis no pensamento de Danièle. Contra todas as formas de determinismo, ela sempre postulou a existência de um espaço de liberdade para o exercício da capacidade de ação ou da potência de agir – agency – dos explorados, oprimidos, dominados.

Helena Hirata